



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2025 COMPASNET Nº 90007/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3416/2025

UASG: 080014

OBJETO: Contratação de Serviço de Assistência à Saúde Médico-Hospitalar

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$13.295.464,61, mensais, totalizando R\$398.863.938,30 para 30 meses

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 13/08/2025 às 11h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global mensal

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO



A adesão do TRT da 4ª Região ao
Programa Nacional de Prevenção à Corrupção
reforça o compromisso institucional com a transparência, a ética e a integridade.

[Acesse aqui o Guia de Conduta de Ética e Integridade para Licitantes, Fornecedores e Contratados](#)



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	10
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	12
6. DA FASE DE JULGAMENTO	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	21
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
11. DA CONTRATAÇÃO	26
12. DO PAGAMENTO	27
13. DO REAJUSTAMENTO	28
14. DA PROTEÇÃO DE DADOS	28
15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	29
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	29





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Coordenadoria de Licitações e Contratos
PROAD 3416/2025
UASG 080014

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO** (TRT da 4ª Região), por meio da Coordenadoria de Licitações Contratos, sediado na Av. Praia de Belas nº 1.100, em Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.520.619/0001-52, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de prestação continuada de serviços de assistência à saúde, em todo o território nacional, na forma de **Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde**, conforme previsto no art. 1º, inciso I, da Lei 9.656/98, garantindo coberturas de serviços médico-hospitalares de assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica, tratamentos, exames complementares, internações hospitalares e demais serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, incluindo centro de terapia intensiva, tanto em caráter eletivo, de emergência e de urgência, em hospitais e clínicas próprias, conveniadas ou referenciadas, no âmbito de todo o território nacional, das doenças reconhecidas ou que vierem a ser reconhecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde (CID-11) e/ou pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sem excluir doenças preexistentes, crônicas ou congênitas, observadas as leis e normas nacionais sobre a matéria, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos.

1.1.1. Os serviços e procedimentos a serem ofertados pela contratada deverão estar em conformidade com o constante nos **artigos 10 a 12 da Lei nº 9.656/1998**, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, bem como devem observar as coberturas mínimas obrigatórias previstas no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde divulgados pela ANS (edição atualizada), e demais atos normativos que venham a ser publicados pelo referido órgão regulador, ressalvadas as especificações contratuais a serem definidas neste instrumento e seus anexos.

1.1.2. O objeto será implementado por meio de **plano ou seguro privado coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade pré-fixada, e coparticipação apenas em consultas**. Os magistrados (ativos e inativos), servidores (ativos e inativos) e pensionistas interessados em fazer uso do serviço de assistência à saúde solicitam sua inclusão no rol de beneficiários, por meio de formulário próprio, indicando a modalidade de plano escolhido (**semiprivativo** ou **privativo**), e autorizam o desconto em folha de pagamento do valor correspondente da mensalidade, de acordo com



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

a faixa etária, bem como da coparticipação nas consultas médicas realizadas e também de eventuais itens extras a serem ofertados pela operadora.

1.1.3. Os trabalhos serão realizados nas dependências da contratada ou na rede credenciada desta e, tendo os magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes, e pensionistas do TRT4, beneficiários do plano, o acesso ao serviço final.

1.2. O serviço será prestado aos beneficiários regularmente inscritos no Programa de Assistência à Saúde Suplementar do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que totalizam **13.645** vidas, sendo **5.251 Titulares e 8.394 dependentes**, com distribuição escalonada por modalidade de plano e faixa etária, conforme tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA	PLANO SEMIPRIVATIVO		PLANO PRIVATIVO	
	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES
0 – 18	3	1.886	0	290
19 – 23	4	537	1	36
24 – 28	23	564	27	30
29 – 33	116	478	28	27
34 – 38	273	475	58	50
39 – 43	606	574	105	63
44 – 48	583	530	68	50
49 – 53	471	371	55	49
54 – 58	554	306	43	28
59 ou +	1.939	1.866	294	184
TOTAIS:	4.572	7.587	679	807
Total por modalidade:	12.159		1.486	

1.3. A quantidade corresponde aos beneficiários do Plano de Saúde atualmente contratado (base **MAIO/2025**), podendo sofrer alterações, inclusive antes do início da prestação do serviço.

1.3.1. Estima-se, também, a realização mensal de **9.582 consultas médicas**, com base na **mediana** calculada entre os meses de *junho de 2024 e maio de 2025*, podendo variar em razão da utilização.

1.4. O valor global **mensal máximo** admitido é de **R\$13.295.464,61** (treze milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos):

1.4.1. PLANO SEMIPRIVATIVO (COLETIVO/ENFERMARIA)

(A) Faixa Etária	(B) Nº de Titulares	(C) Nº de Dependentes	(D) Preço Líquido Mensal <i>per capita</i> Máximo Admitido (R\$)	(E) Preço Total por Faixa Máximo Admitido (R\$) ((B+C)xD)
0-18	3	1.886	R\$ 373,27	R\$ 705.107,03
19-23	4	537	R\$ 440,64	R\$ 238.386,24



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

24-28	23	564	R\$ 485,73	R\$ 285.123,51
29-33	116	478	R\$ 544,80	R\$ 323.611,20
34-38	273	475	R\$ 606,92	R\$ 453.976,16
39-43	606	574	R\$ 682,70	R\$ 805.586,00
44-48	583	530	R\$ 720,42	R\$ 801.827,46
49-53	471	371	R\$ 891,33	R\$ 750.499,86
54-58	554	306	R\$ 1.091,95	R\$ 939.077,00
59 ou +	1.939	1.866	R\$ 1.403,36	R\$ 5.339.784,80
TOTAL	12.159		Preço Total Mensal <u>Máximo</u> Admitido (R\$)	R\$ 10.642.979,26

1.4.2. PLANO PRIVATIVO (INDIVIDUAL/APARTAMENTO)

(A) Faixa Etária	(B) Nº de Titulares	(C) Nº de Dependentes	(D) Preço Líquido Mensal <i>per capita</i> <u>Máximo</u> Admitido (R\$)	(E) Preço Total por Faixa <u>Máximo</u> Admitido (R\$) ((B+C)x(D))
0-18	0	290	R\$ 602,88	R\$ 174.835,20
19-23	1	36	R\$ 722,86	R\$ 26.745,82
24-28	27	30	R\$ 792,64	R\$ 45.180,48
29-33	28	27	R\$ 908,36	R\$ 49.959,80
34-38	58	50	R\$ 981,68	R\$ 106.021,44
39-43	105	63	R\$ 1.090,54	R\$ 183.210,72
44-48	68	50	R\$ 1.186,99	R\$ 140.064,82
49-53	55	49	R\$ 1.455,27	R\$ 151.348,08
54-58	43	28	R\$ 1.800,89	R\$ 127.863,19
59 ou +	294	184	R\$ 2.247,59	R\$ 1.074.348,02
TOTAL	1.486		Preço Total Mensal <u>Máximo</u> Admitido (R\$)	R\$ 2.079.577,57

1.4.3. COPARTICIPAÇÃO EM CONSULTA MÉDICA:

(A) Nº de consultas mensais	(B) Valor da Coparticipação <u>Máximo</u> Admitido (R\$)	(C) Valor Líquido Mensal <u>Máximo</u> Admitido (R\$) (AxB)
9.582*	R\$ 59,79	R\$ 572.907,78

* Número de consultas mensais conforme estimativa constante do subitem 1.3.1, supra.

1.5. O prazo de vigência do contrato inicia-se com a sua assinatura e encerra-se em 30 (trinta) meses, contados da data de início da cobertura assistencial prevista no subitem 1.6, podendo ser prorrogado por interesse das partes, até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021](#).

1.6. A cobertura assistencial terá início em [01/11/2025](#), sem qualquer tipo de carência para os beneficiários já inscritos no Programa de Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial em vigor.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

1.7. As demais condições e especificações constam no Termo de Referência mencionado no subitem 1.1.

1.8. Havendo divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema Portal de Compras do Governo Federal e as que constam neste Edital, prevalecem as especificações do Edital.

1.9. Na hipótese de haver divergência entre os termos do presente Edital e os termos do Anexo I do Edital - Termo de Referência, prevalece o disposto no presente Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. Em caso de dúvidas relativas ao sistema “Portal de Compras do Governo Federal”, as interessadas devem entrar em contato com as Centrais de Atendimento “Portal de Compras do Governo Federal” ou “SIASG” pelo telefone 0800-9789001.

2.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 2.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5.** servidores que tenham participado do planejamento da contratação ou que desempenhem função na área de licitações e contratos do TRT4;
- 2.6.6.** servidores ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento vinculados à Secretaria de Administração, à Diretoria-Geral, à Assessoria Jurídica da Presidência, à Secretaria-Geral da Presidência e às demais unidades envolvidas no procedimento licitatório;
- 2.6.7.** o Presidente do Tribunal ou o desembargador que estiver no exercício da Presidência do TRT4;
- 2.6.8.** o Diretor da Escola Judicial do TRT4 ou o desembargador que estiver no exercício do cargo, em relação às contratações da referida unidade;
- 2.6.9.** cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos agentes públicos referidos nos itens 2.6.5, 2.6.6, 2.6.7 e 2.6.8;
- 2.6.10.** pessoas jurídicas que tenham em seus quadros societários as pessoas referidas nos itens 2.6.5, 2.6.6, 2.6.7, 2.6.8 e 2.6.9;
- 2.6.11.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com as pessoas referidas nos itens 2.6.5, 2.6.6, 2.6.7, 2.6.8 e 2.6.9;
- 2.6.12.** empresas que não atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto do presente pregão;
- 2.6.13.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404/1976](#), concorrendo entre si;
- 2.6.14.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.15.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.16.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do TRT da 4ª Região, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021](#).



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

2.7. A vedação descrita nos itens 2.6.5, 2.6.6, 2.6.7, 2.6.8, 2.6.9, 2.6.10 e 2.6.11 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (conforme §3º do art. 2º da [Resolução CNJ nº 7/2005](#) e § 1º do art. 7º do Código de Conduta e Valores Éticos do TRT4 - [Portaria GP.TRT4 Nº 4.573/2023](#)).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **a proposta com o preço global mensal**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (**dia 13/08/2025 às 11h**).

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133/2021](#).

3.5. A falsidade da declaração de que trata o item 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor do item, correspondente ao preço global mensal;

4.1.1.1. O preço global mensal será obtido mediante preenchimento do **Anexo II do Edital - Modelo de Proposta**.

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. O licitante deve informar o **preço global mensal**, em moeda corrente nacional (Real), obrigatoriamente com duas casas decimais (centavos de Real), incluindo eventuais descontos ou acréscimos, inclusive os decorrentes de insumos, impostos, taxas e demais encargos inerentes à prestação do objeto.

4.11.1. Na hipótese de o lance vencedor apresentar valor com número superior de casas decimais, serão consideradas apenas os centavos de reais, desconsiderando-se as demais casas após a vírgula.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **preço global mensal**.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,1% (um décimo por cento)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

5.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.16.2.1. empresas brasileiras;

5.16.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, devendo apresentar a devida comprovação desta condição junto com os documentos de habilitação.

5.16.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187/2009](#).

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.17.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **conforme Anexo II do Edital - Modelo de Proposta**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.17.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A classificação das propostas será apurada pelo critério de **menor preço global mensal**.

6.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

d) Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo), mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
(<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>).

6.3. Fica a licitante ciente de que, na fase de verificação da regularidade da licitante (habilitação), será efetuado consulta ao **CADIN (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal)** e, constatando irregularidade, será notificada para que solucione as pendências, sob pena de, após a adjudicação do objeto e a homologação do certame, ser impedida de celebrar a contratação ou emitir a Nota de Empenho. Nova consulta será efetuada após a homologação do certame e, persistindo as pendências, será novamente notificada, sendo-lhe concedido o prazo de **10 (dez) dias úteis** para comprovar a regularização da situação.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

6.3.1. Será realizada, ainda, consulta ao CADIN em eventuais aditivos contratuais e, caso verificadas pendências naquele Cadastro, será a contratada notificada para que comprove a regularização, no prazo de **10 dias úteis**, prorrogáveis a critério da Administração, sob pena de não celebração do respectivo aditivo.

6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).

6.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([art. 29, caput, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#))

6.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([art. 29, §1º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

6.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([art. 29, §2º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

6.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#), são os que seguem:

a) Habilitação Jurídica, conforme o caso:

a.1) registro comercial, no caso de empresa individual;

a.2) certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI;

a.3) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.4) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

a.5) decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

b.1) prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta relativa a tributos federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Receita Federal do Brasil;

b.2) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a qual deverá incluir todos os tributos estaduais;

b.3) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

b.4) prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

b.5) prova de regularidade com as obrigações trabalhistas, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida no portal do TST.

c) Qualificação Técnica:

c.1) prova de Registro na **Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS)**, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro.

c.2) em se tratando de **Sociedade Seguradora** em planos privados de assistência à saúde, deverá ainda ser comprovada a sua regularidade junto à **Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP)**, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro.

c.3) prova de registro na **Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS)** do(s) plano(s) ofertado(s), necessariamente de abrangência geográfica nacional, bem como da segmentação assistencial oferecida, nos termos da **RN-ANS nº 465/2021**, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro.

c.4) atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(is) esteja expressa a aptidão técnica da interessada na prestação de serviço de assistência médica, hospitalar e ambulatorial, no regime de contratação coletiva, abrangendo, no mínimo, **6.500 beneficiários**.

c.4.1) o atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a especificação do serviço, a identificação da empresa ou entidade que forneceu o atestado, a assinatura e o telefone para diligências, se for o caso.

c.4.2) será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, somatório de atestados relativos a contratos de serviços executados desde que de forma concomitante.

c.5) A licitante deverá dispor de profissionais habilitados à prestação dos serviços nas especialidades e quantitativos mínimos nas microrregiões abrangidas por este Tribunal no estado do Rio Grande do Sul, conforme definido no **Anexo III do Termo de Referência - Quantitativos Mínimos de Hospitais e Médicos Disponíveis para Atendimento de Beneficiários no estado do Rio Grande Do Sul**.

c.5.1) A listagem de profissionais habilitados deverá ser apresentada em arquivo eletrônico com formato aberto e não proprietário que permita a busca de termos e palavras-chave por meio do comando "Localizar", a fim de otimizar a análise da proposta pelo pregoeiro.

d) Qualificação Econômico-Financeira

d.1) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.

d.2) balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE), do último exercício social, **que permitam comprovar:**

I - que os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) são superiores a 1 (um), a serem calculados pelas seguintes fórmulas:



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} \quad SG = \frac{AT}{PC + PNC} \quad LC = \frac{AC}{PC} \quad \text{onde:}$$

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo não circulante

AT = Ativo Total

ou

II - Patrimônio Líquido de, no mínimo, R\$15.954.557,53 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor total anual estimado da contratação.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([art. 7º, caput, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([art. 7º, parágrafo único, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#), e [art. 39, §4º, da IN SEGES/ME nº 73/2022](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, no prazo máximo de 10 minutos;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o curso do processo licitatório;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

- 9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5.** fraudar a licitação
- 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).
- 9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a defesa escrita, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber:
 - 9.2.1.** advertência;
 - 9.2.2.** multa;
 - 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar com a União e
 - 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8 a multa será de 2% do valor total do lance, limitada a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por ocorrência.

9.3.7. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.1 do Termo de Referência para designação de preposto, a contratada estará sujeita à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

9.3.8. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.10. para envio dos novos cartões ao Tribunal, a contratada estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

9.3.8.1. O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério da Administração.

9.3.9. Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos nos subitens 7.17.11 (disponibilizar canais de atendimento) e 7.17.12 (disponibilizar portal eletrônico) do Termo de Referência, a contratada estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

9.3.9.1. O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério da Administração.

9.3.10. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.14 do Termo de Referência para credenciamento de serviço, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para o credenciamento, limitada a 1% (um por cento) do referido valor.

9.3.10.1. O atraso por período superior a 30 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério da Administração.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

9.3.11. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.23 do Termo de Referência para prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo Tribunal, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data limite para prestação das informações solicitadas, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

9.3.12. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.24 do Termo de Referência para correção de faturas contestadas pelo Tribunal, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data fixada para a correção, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

9.3.13. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a contratada estará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato.

9.3.13.1. A inexecução do contrato poderá ser caracterizada pelo descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações nele previstas, a critério do CONTRATANTE.

9.3.13.2. O valor da parcela não executada do contrato corresponderá ao montante mensal estimado da contratação, multiplicado pelo número de meses restantes para o término da vigência contratual.

9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º, da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

9.9. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, designados pela Portaria GP.TRT4 nº 3.822/2022, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.14. A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na [Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#).

9.15. A defesa escrita e os recursos administrativos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço dq@trt4.jus.br.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@trt4.jus.br até às 23h59min do último dia do prazo.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no *site* deste Tribunal, no link <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/licitacoes-compras-e-contratos>, ficando as interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação do objeto será efetivada mediante assinatura do instrumento de contrato, cuja minuta encontra-se anexa, após a homologação da presente licitação.

11.1.1. Fica estabelecido o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da comunicação deste Tribunal, para a licitante assinar o contrato decorrente desta licitação, o qual, na forma do [art. 95 da Lei nº 14.133/2021](#), constitui, neste procedimento, documento hábil à formalização da contratação do objeto.

11.2. Como condição para contratação, prorrogações e acréscimos contratuais, a licitante vencedora deste certame deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista. Na hipótese de as provas de regularidade não se encontrarem disponíveis nas respectivas homepages, a licitante deverá providenciar sua emissão no prazo máximo de 10 dias úteis contados da intimação deste Tribunal.

11.3. Decairá do direito à contratação a licitante que, regularmente convocada, não assinar o contrato no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, não apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, ficando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

11.4. Ocorrendo a hipótese descrita no item anterior, este Tribunal reserva-se o direito de convocar outra licitante para firmar a contratação, observada a ordem de classificação.

11.4.1. A licitante eventualmente convocada, na hipótese do disposto no *caput* deste item, caso aceite a convocação, ficará sujeita às mesmas obrigações e penalidades.

11.5. O licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da assinatura do contrato, conforme [art. 25, §4º da Lei 14.133/2021](#), regulado pelo [Decreto nº 12.304/2024](#).

11.6. Os riscos inerentes à CONTRATADA e à CONTRATANTE quando da execução do contrato estão previstos no Anexo V – Matriz de Alocação de Riscos, o qual constitui parte integrante deste edital e do contrato.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento das mensalidades, coparticipação dos beneficiários nas consultas médicas, bem como dos eventuais serviços extracontratuais realizados e comprovadamente devidos, será realizado mediante crédito em conta corrente bancária até o dia 25 de cada mês, após a entrega do documento fiscal (fatura) correspondente à prestação do serviço, devidamente atestado pela fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP e, se for o caso ISSQN.

12.1.1. A movimentação cadastral será encerrada neste Tribunal no dia 20 de cada mês e encaminhada à contratada para os devidos ajustes do rol de beneficiários, a contar do primeiro dia do mês seguinte.

12.1.2. O faturamento deverá ser emitido pela CONTRATADA onde deverá apresentar descrição completa dos valores cobrados, detalhada por beneficiário.

12.1.3. A fatura correspondente à prestação do serviço deverá ser entregue neste TRT até o dia 1º (primeiro) de cada mês, acompanhada dos relatórios gerenciais necessários à sua conferência, quando será recebida provisoriamente.

12.1.4. A fatura será recebida definitivamente após a equipe de Gestão e Fiscalização proceder a verificação do atendimento dos requisitos da contratação.

12.1.5. Todos os serviços prestados aos beneficiários deste TRT que não estiverem expressamente previstos neste Edital ou por ele forem expressamente afastados, serão ressarcidos pelos referidos beneficiários mediante desconto em folha de pagamento.

12.1.5.1. O pagamento do valor previsto no *caput* deste subitem será efetuado até o dia 25 do mês subsequente à realização do desconto na folha de pagamento do beneficiário.

12.2. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para ateste, liquidação e pagamento.

12.2.1. A contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento. Por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>, a contratada terá acesso ao SIGEO - JT e, pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

12.3. A contratada fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para fornecimento do material objeto da presente licitação, nos termos do Protocolo ICMS nº 42/2009 e inciso VIII do art. 26-A do Livro II do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.

12.4. Na hipótese de a proposta ser apresentada pela matriz e o faturamento for realizado por CNPJ de filial, ou vice-versa, tal condição deverá constar expressamente da proposta, na qual deverão ser informados os respectivos números de CNPJ, bem como a licitante deverá encaminhar, para fins de habilitação, as provas de regularidade fiscal pertinente a ambos os números.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

12.5. A forma de pagamento referida no subitem 12.1 deste item é cláusula indisponível à licitante, sendo que qualquer outra forma de pagamento porventura disposta na proposta será desconsiderada.

12.6. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

12.7. No caso de os documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista estiverem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a licitante deverá providenciar a regularização.

12.8. Na eventualidade de atraso no pagamento entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos por este TRT:

a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;

b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e

c) atualização financeira pelo IGP-DI.

12.9. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da contratada para o atraso no pagamento.

13. DO REAJUSTAMENTO

13.1. As regras para reajustamento dos valores contratuais estão previstas na minuta do contrato.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As regras para proteção de dados estão previstas na Minuta do Contrato.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. As regras para gestão e fiscalização do contrato estão previstas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

16.4. É vedada a subcontratação do objeto.

16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TRT da 4ª Região.

16.9. A contratada, o preposto e os empregados, vinculados à presente contratação, deverão conhecer e observar a [Portaria GP.TRT4 nº 4.081/2023](#), que regulamenta o tratamento das notícias de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, de acordo com a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

16.10. Todas as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos consignados para este Tribunal no Orçamento Geral da União para o(s) exercício(s) de 2025 a 2027, Programa de Trabalho: 214187 - Assistência Médica e Odontológica Aos Servidores Cíveis, Classificação: 3390395001 - serviços médico-hospitalares, os quais serão discriminados nas respectivas notas de empenho.

16.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/licitacoes-compras-e-contratos>.

16.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.13.1. ANEXO I DO EDITAL - Termo de Referência

16.13.1.1. Anexo I do Termo de Referência - Coberturas e Procedimentos Mínimos Garantidos

16.13.1.2. Anexo II do Termo de Referência - Definições das Exclusões de Atendimentos

16.13.1.3. Anexo III do Termo de Referência - Quantitativos Mínimos de Hospitais e Médicos Disponíveis para Atendimento de Beneficiários no estado do Rio Grande do Sul



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

- 16.13.1.4.** Anexo IV do Termo de Referência - TRT4: Microrregiões e Municípios
- 16.13.1.5.** Anexo V do Termo de Referência - Matriz de Alocação de Riscos
- 16.13.1.6.** Anexo VI do Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar
- 16.13.1.7.** Anexo VII do Termo de Referência - Formulário de Pesquisa de Preços
- 16.13.1.8.** **ANEXO II DO EDITAL - [Modelo de Proposta](#)**
- 16.13.1.9.** **ANEXO III DO EDITAL - Minuta de Contrato**

Porto Alegre/RS, 25 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente

JOSÉ VALIM BEMFICA FILHO

Coordenador de Licitações e Contratos Substituto





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Descrição: Contratação de prestação continuada de serviços de assistência à saúde, em todo o território nacional, na forma de **Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde**, conforme previsto no art. 1º, inciso I, da Lei 9.656/98, garantindo coberturas de serviços médico-hospitalares de assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica, tratamentos, exames complementares, internações hospitalares e demais serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, incluindo centro de terapia intensiva, tanto em caráter eletivo, de emergência e de urgência, em hospitais e clínicas próprias, conveniadas ou referenciadas, no âmbito de todo o território nacional, das doenças reconhecidas ou que vierem a ser reconhecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde (CID-11) e/ou pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sem excluir doenças preexistentes, crônicas ou congênitas, conforme as especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos, devendo também ser observadas as leis e normas nacionais sobre a matéria.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, uma vez que:

1.2.1. Os trabalhos serão realizados nas dependências da contratada ou na rede credenciada desta e, tendo os magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes, e pensionistas do TRT4, beneficiários do plano, o acesso ao serviço final.

1.2.2. O serviço pode ser determinado e especificado em edital a partir de características de desempenho e qualidade que estão comumente disponibilizadas no mercado pelos fornecedores, independentemente do seu grau de complexidade, estando de acordo com o definido no art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021.

1.3. Uma vez que o objeto não permite sua divisão em parcelas técnica e economicamente viáveis, respeitadas a sua integralidade e interdependência técnica-operacional, **não é possível o parcelamento do objeto** sem prejuízos da continuidade, adequabilidade,





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

compatibilidade e funcionalidade do objeto. Considerem-se, ainda, os benefícios do gerenciamento centralizado, vantagem para a Administração com a economicidade e o ganho em economia de escala, conforme entendimento da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União. Têm-se ainda que, o objeto ora requerido tem caráter técnico, com restrição de prestadores no mercado que dispõe de capacidade e conhecimento para executá-lo.

1.4. A presente contratação adotará a execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário.

1.5. Estimativa das Quantidades:

1.5.1. O serviço será prestado aos beneficiários regularmente inscritos no Programa de Assistência à Saúde Suplementar do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que totalizam **13.645** vidas, sendo **5.251 Titulares** e **8.394 dependentes**, com distribuição escalonada por modalidade de plano e faixa etária, conforme tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA	PLANO SEMIPRIVATIVO		PLANO PRIVATIVO	
	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES
0 – 18	3	1.886	0	290
19 – 23	4	537	1	36
24 – 28	23	564	27	30
29 – 33	116	478	28	27
34 – 38	273	475	58	50
39 – 43	606	574	105	63
44 – 48	583	530	68	50
49 – 53	471	371	55	49
54 – 58	554	306	43	28
59 ou +	1.939	1.866	294	184
TOTAIS:	4.572	7.587	679	807
Total por modalidade:	12.159		1.486	

1.5.2. A quantidade corresponde aos beneficiários do Plano de Saúde atualmente contratado (base **MAIO/2025**), podendo sofrer alterações, inclusive antes do início da prestação do serviço.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

1.5.3. Estima-se, também, a realização mensal de **9.582 consultas médicas**, com base na **mediana** calculada entre os meses de *junho de 2024 e maio de 2025*, podendo variar em razão da utilização.

1.6. Início da cobertura assistencial do serviço objeto: **01/11/2025**.

1.7. Prazo de vigência do contrato: Inicia com a sua assinatura e encerra-se em **30 (trinta) meses**, contados da data de início da cobertura assistencial prevista no item 1.6, podendo ser prorrogado por interesse das partes, até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.8. Estimativa atual do valor da contratação (30 meses): R\$ 398.863.938,30 (trezentos e noventa e oito milhões, oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e oito reais, e trinta centavos), conforme item 11. (Estimativa do Valor da Contratação) deste instrumento.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda está prevista no Plano de Gestão de Contratações de 2025, conforme ID Demanda nº **SESAUDE-05**.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Motivação da Contratação:

3.1.1. Considerando que o Contrato TRT4 nº 92/2020, firmado entre o Tribunal Regional da 4ª Região e a Unimed Porto Alegre – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., finda em **31-10-2025**, sem possibilidade de nova prorrogação, faz-se necessária a contratação de um novo serviço de assistência médica para dar continuidade a prestação de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar prevista pelo Programa de Assistência à Saúde Suplementar (PASS) instituído pela Portaria - GP.TRT4 nº 1.198/2022.

3.1.2. O presente termo formaliza a demanda de contratação de plano ou seguro privado de assistência à saúde, destinado aos magistrados, servidores, dependentes e pensionistas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, dentro das normativas/coberturas fixadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) referentes a matéria.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

3.2. Objetivos da Contratação:

3.2.1. Atender à Resolução CNJ nº 294/2019, que trata da obrigatoriedade dos Tribunais em instituir programa de assistência à saúde suplementar de magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes, e pensionistas do TRT4.

3.2.2. Contribuir com a preservação da saúde de magistrados e servidores, com o objetivo de alcançar os macrodesafios estabelecidos na Estratégia Judiciário 2026, a teor da Resolução CNJ nº 325/2020.

3.2.3. A manutenção da prestação de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar prevista pelo Programa de Assistência à Saúde Suplementar (PASS), instituído pela Portaria GP.TRT4 nº 1.198/2022, ou pela que a substituir.

3.2.4. Cumprir os termos da Resolução CNJ 207/2015 que Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

3.3. Os demais elementos pertinentes que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos técnicos constantes nos seguintes documentos:

3.3.1. Documento de Oficialização da Demanda;

3.3.2. Estudo Técnico Preliminar;

3.3.3. Mapa de Riscos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo, conforme os Estudo Técnico Preliminar, abrange a prestação de serviço de assistência à saúde suplementar, mediante a contratação de operadora privada de plano de saúde coletivo empresarial ou de Sociedade Seguradora em plano privado de assistência à saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

4.2. No caso da contratação ser efetivada com Sociedade Seguradora em planos privados de assistência à saúde, deverá ainda ser comprovada a sua regularidade junto à SUSEP (Superintendência dos Seguros Privados), conforme a Lei nº 10.185/2001, que dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

- 4.3.** A entrega da solução se dará fora das dependências físicas do Tribunal, por empresa especializada, com rede própria e/ou conveniada de profissionais e prestadores de serviços em saúde, com abrangência em todo o território nacional, observadas as normas reguladoras referentes a assistência suplementar em saúde.
- 4.4.** Os serviços e procedimentos a serem ofertados pela contratada estarão em conformidade com o constante nos **artigos 10 a 12 da Lei nº 9.656/1998**, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, bem como devem observar as coberturas mínimas obrigatórias previstas no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde divulgados pela ANS (edição atualizada), e demais atos normativos que venham a ser publicados pelo referido órgão regulador, ressalvadas as especificações contratuais a serem definidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 4.5.** A solução escolhida será implementada por meio de **plano ou seguro privado coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade pré-fixada, e coparticipação apenas em consultas**. Os magistrados (ativos e inativos), servidores (ativos e inativos) e pensionistas interessados em fazer uso do serviço de assistência à saúde solicitam sua inclusão no rol de beneficiários, por meio de formulário próprio, indicando a modalidade de plano escolhido (**semiprivativo** ou **privativo**), e autorizam o desconto em folha de pagamento do valor correspondente da mensalidade, de acordo com a faixa etária, bem como da coparticipação nas consultas médicas realizadas e também de eventuais itens extras a serem ofertados pela operadora.
- 4.6.** A gestão da contratação e do rol de beneficiários será centralizada pelo órgão:
- 4.6.1.** A área responsável solicitará a movimentação dos interessados na relação de beneficiários, de acordo com os prazos a serem definidos junto à contratada. Os beneficiários também poderão indicar os dependentes a serem incluídos no plano de saúde, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo TRT4 na Portaria - GP.TRT4 nº 1.198/2022, ou pela que vier a substituí-la.
- 4.6.2.** A Contratada deverá fornecer relatórios em formato e parâmetros a serem ajustados quando da reunião inicial, para que possam ser realizadas as devidas cobranças dos usuários.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

- 4.7.** Os beneficiários do plano de saúde atual, cujo contrato se encerra em **31/10/2025** serão notificados da nova contratação e sua migração ocorrerá de forma automática, salvo manifestação expressa declarando o não interesse em permanecer no plano de saúde a ser ofertado pela empresa ganhadora do certame, sendo necessário o envio de formulário solicitando a exclusão, em **até 40 dias antes do início da vigência do novo contrato**.
- 4.8.** A contratada deverá fornecer planilhas em formato editável e garantir que os dados possam ser migrados para outros sistemas a fim de que a área técnica possa realizar a gestão adequada das informações. Os prazos e as responsabilidades para solução das demandas que surgirem durante a execução do contrato serão especificados neste Termo de Referência.

5. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. LEGAIS:

- 5.1.1.** Lei nº 14.133, de 01/04/2021 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública).
- 5.1.2.** Portaria Gp.TRT4 nº 1.737, de 31/03/2023 (Regulamenta, no âmbito do TRT4, as licitações e contratações promovidas com fundamento na Lei nº 14.133/2021).
- 5.1.3.** Lei nº 9.656/1998 (Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde).
- 5.1.4.** Lei nº 10.185/2001 (Dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde).
- 5.1.5.** Resoluções Normativas do CONSU (Conselho de Saúde Suplementar).
- 5.1.6.** Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde, versão atualizada, conforme mantido pela ANS, respeitadas as respectivas Diretrizes de Utilização.
- 5.1.7.** Instruções normativas e demais deliberações da ANS relacionadas a normatização e controle dos serviços de prestação de assistência à saúde suplementar.
(<http://www.ans.gov.br/legislacao/elaboracao-das-normas-da-saude-suplementar>)
- 5.1.8.** Resolução CNJ nº 294/2019 (Regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário).
- 5.1.9.** Portaria TRT4 nº 1.198/2022 (Dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar - PASS - no âmbito do TRT4), ou a que vier a substituí-la.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

5.2. TEMPORAIS: _____

5.2.1. A contratação deverá ocorrer **até 01/11/2025**, tendo em vista o término da vigência do Contrato TRT4 nº 92/2020, que ocorrerá em 31/10/2025.

5.2.2. Prazo de 30 meses, prorrogáveis até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

5.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: _____

5.3.1. O rol dos serviços a serem prestados estarão em conformidade com o disposto nos artigos 10 a 12 da Lei nº 9.656/1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, bem como as especificações contratuais do presente Termo de Referência.

5.3.2. Os serviços também deverão atender a legislação e normas complementares relacionadas à saúde suplementar, conforme definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

5.3.3. Será adotado o **plano-referência de assistência à saúde** previsto na Lei nº 9.656/1998, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

5.4. CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA EQUIPE: _____

5.4.1. A prestadora deverá ter registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS), com autorização de funcionamento em plena validade, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.656/1998.

5.4.2. No caso da contratação ser efetivada com Sociedade Seguradora, deverá ainda ser comprovada a sua regularidade junto à SUSEP (Superintendência dos Seguros Privados), conforme a Lei nº 10.185/2001, que dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

5.4.3. Comprovação, com base em atestados de **capacidade técnica e operacional** emitidas por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que está apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação especificada.

5.4.4. Dispor de profissionais habilitados à prestação dos serviços nas **especialidades e quantitativos mínimos** nas microrregiões definidas pela Portaria TRT4 nº 3782/2013, conforme ANEXO IV – TRT4: MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS, uma vez que o mínimo de hospitais e médicos credenciados assegura que os beneficiários tenham acesso rápido e fácil aos serviços de saúde necessários, sem necessidade de deslocamentos excessivos ou esperas prolongadas. Muitos beneficiários estão em tratamento médico contínuo e dependem da disponibilidade constante de profissionais e hospitais já conhecidos e utilizados. Como esses beneficiários não podem interromper ou adiar seus tratamentos, é essencial que a empresa vencedora do certame já possua uma rede credenciada mínima nas localidades indicadas no edital. Caso contrário, seria necessário buscar ou estabelecer essa rede após a contratação, o que pode levar tempo e acarretar atrasos no atendimento. Isso pode resultar em riscos graves, incluindo o risco de morte para pacientes que dependem de acompanhamento regular, medicamentos e procedimentos urgentes.

5.5. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: _____

5.5.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, observando a finalidade e boa-fé na utilização de informações para consecução dos fins a que se propõe o contrato, especialmente considerando os dados sensíveis dos beneficiários vinculados ao Programa de Assistência Indireta à Saúde mantido por este Tribunal.

5.6. TRANSIÇÃO CONTRATUAL: _____

5.6.1. As exigências técnicas para o oferecimento de um Plano de Saúde são usualmente praticadas no mercado. Nesse contexto, a transição contratual, restringi-se apenas à transferência da base de dados entre a atual contratada e a vencedora do certame.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Destaca-se que a operacionalização de tal transição deverá observar as normas especificadas pela Agência Reguladora (ANS), bem como os procedimentos e cuidados previstos pela LGPD quanto ao tratamento de dados pessoais.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1.** A comunicação com a contratada se dará, preferencialmente, por meio eletrônico;
- 6.2.** A tramitação do processo administrativo de contratação será eletrônica;
- 6.3.** Os documentos elaborados pela contratada serão entregues no formato digital;
- 6.4.** A contratada deverá observar as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), relacionadas ao tema.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Das Características Gerais: _____

7.1.1. O serviço privado de assistência à saúde será prestado sob o **regime coletivo, por adesão, a preço “per capita” previamente determinado e com coparticipação tão somente para consultas**. A utilização dos serviços será por intermédio do acesso direto dos beneficiários à ampla rede de profissionais e serviços próprios da operadora, credenciados, contratados, cooperados ou referenciados, em todo o território nacional, sendo vedada aos usuários a livre escolha de profissionais ou serviços fora da rede, à exceção dos casos de atendimentos de urgência e emergência, ou quando não for possível a utilização dos serviços da contratada, nos termos da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (RN - ANS) nº 465/2021 e suas atualizações.

7.1.2. Será objeto da contratação por este Tribunal o **plano-referência de assistência à saúde**, cobrindo eventos **ambulatoriais, hospitalares e obstétricos**, conforme artigos 10 a 12 da Lei nº 9.656/98, que compreende os procedimentos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e os atendimentos de urgência e emergência, bem como todos os exames e procedimentos elencados no rol da ANS (anexos da RN - ANS nº 465/2021 e alterações), respeitadas as respectivas Diretrizes de Utilização, não sendo admitidas quaisquer tipos de limitações nas coberturas garantidas pelas referidas normas.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.1.3. Além das coberturas constantes do plano-referência, a operadora contratada será obrigada a garantir cobertura de doenças preexistentes, crônicas ou congênitas, sendo vedado o estabelecimento de qualquer cláusula de Cobertura Parcial Temporária (CPT).

7.1.4. Será facultado à contratada disponibilizar, a qualquer momento, no transcurso da vigência do contrato, serviços adicionais àqueles especificados no presente termo de referência, observando-se o que segue:

7.1.4.1 A adesão aos serviços adicionais eventualmente disponibilizados pela operadora contratada será optativa, sendo que os beneficiários deverão manifestar formalmente, em formulário próprio, o desejo de incluir os referidos serviços adicionais à configuração do seu plano;

7.1.4.2 A inclusão dos serviços adicionais será celebrada por aditamento contratual, sujeitando-se estes serviços às demais cláusulas contratadas;

7.1.4.3 O custeio de eventuais serviços adicionais será realizado integralmente pelos respectivos beneficiários.

7.1.5. A contratada deverá providenciar para que as requisições emitidas pelos médicos pertencentes ao quadro de servidores deste Tribunal para realização de exames complementares sejam amplamente aceitas pela rede conveniada, **independentemente do credenciamento** dos referidos médicos junto à operadora.

7.1.6. A operadora contratada deverá garantir cobertura dos *testes ergométricos em esteira rolante* para os servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, com idade a partir de 40 anos e que desempenhem as atividades de segurança neste Tribunal, para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS, **independentemente da vinculação do servidor ao plano de saúde**. O referido teste integra o Programa de Reciclagem Anual previsto na Portaria nº 5743/2023, e as despesas dele decorrentes serão custeadas por este Tribunal, mediante lançamento na fatura dos serviços do plano de saúde, conforme tabela de custo operacional da operadora contratada, que deverá ser apresentada a cada nova atualização.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.2. Dos Beneficiários: _____

7.2.1. Os beneficiários do Plano de Saúde classificam-se em **titulares** e **dependentes**.

7.2.2. São beneficiários-**titulares**:

7.2.2.1 magistrados e servidores, ativos e inativos;

7.2.2.2 servidores sem vínculo efetivo com a Administração Pública, no exercício de cargo em comissão;

7.2.2.3 servidores de outros quadros, à disposição deste Tribunal, e que optarem pelo benefício deste órgão;

7.2.2.4 beneficiário de pensão estatutária (*pensionista*).

7.2.3. Qualifica-se como beneficiário-**dependente** aquela pessoa inscrita pelo beneficiário-titular, de acordo com a seguinte relação:

7.2.3.1 cônjuge;

7.2.3.2 companheiro(a) designado conforme a regulamentação interna vigente neste órgão;

7.2.3.3 ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) que perceba pensão alimentícia;

7.2.3.4 filho(a) e enteado(a), até completar 34 anos;

7.2.3.5 filho(a) e enteado(a), inválido ou interditado por alienação mental, sem economia própria, que viva sob a dependência econômica do beneficiário-titular, independentemente da idade.

7.2.3.6 menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial, até completar 21 anos;

7.2.3.7 pai e mãe, se comprovadamente constarem como dependentes do beneficiário-titular para fins de IRPF;

7.2.3.8 irmão/irmã, inválido ou interditado por alienação mental, sem economia própria, que viva sob a dependência econômica do beneficiário-titular.

7.2.3.9 neto(a) até completar 21 anos.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.2.4. É vedado ao beneficiário de pensão estatutária (*pensionista*) participante do plano de saúde inscrever beneficiários-dependentes.

7.2.5. A operadora contratada fica obrigada a garantir a inclusão de novos tipos de beneficiários, resultantes de alterações na regulamentação interna deste Tribunal (Portaria TRT4 nº 1.198/2022).

7.3. Da Aceitação dos Beneficiários: _____

7.3.1. A operadora contratada deverá providenciar o cadastramento de todos os beneficiários atualmente inscritos no plano de saúde, a partir da assinatura do contrato até, no máximo, **30 (trinta) dias** antes do início da cobertura assistencial.

7.3.2. A Contratada deverá, obrigatoriamente, cadastrar todos os beneficiários que constarem inscritos no atual plano de saúde na data do início da prestação dos serviços, mesmo que não previstos no rol do item 7.2.

7.3.3. Serão aceitos como beneficiários pela operadora contratada, a contar da data do início da prestação dos serviços, todos os beneficiários elencados no item 7.2., sem limite de idade.

7.3.4. Deverão ser aceitos no plano de saúde os beneficiários portadores de doenças e lesões preexistentes, crônicas ou congênitas em igualdade de condições com os demais integrantes do grupo de beneficiários.

7.3.5. Todos os beneficiários que se encontrarem em qualquer tipo de tratamento de saúde, ambulatorial ou hospitalar na data do início da vigência do contrato deverão ser aceitos, independentemente de estarem internados em entidade hospitalar cooperada/credenciada/contratada/referenciada ou não, compreendendo-se, para este efeito, a assunção imediata das despesas com a continuidade do tratamento ou internação diretamente junto ao prestador de serviço.

7.4. Das Inclusões, do Início da Cobertura e das Carências: _____





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.4.1. A cobertura assistencial terá início em **01/11/2025**, sem qualquer tipo de carência para os beneficiários já inscritos no Programa de Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial em vigor (Contrato TRT4 nº 92/2020).

7.4.2. Durante a vigência do contrato, as inclusões no plano de saúde com direito à cobertura assistencial **imediate e sem cumprimento de carências**, deverão ser solicitadas no prazo de **30 (trinta) dias** contados da ocorrência das seguintes hipóteses:

7.4.2.1 da data de exercício neste TRT de novos magistrados e servidores, abrangendo seus respectivos dependentes;

7.4.2.2 do nascimento de filho natural;

7.4.2.3 do compromisso de guarda de menor ou adoção.

7.4.3. As demais inclusões que não se enquadrarem nas hipóteses do subitem 7.4.2. cumprirão os seguintes períodos de carência:

7.4.3.1 prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para cobertura dos casos de **emergência e urgência**, conforme definições constantes do subitem 7.11 (Das Urgências e Emergências) deste termo de referência;

7.4.3.2 prazo de **30 (trinta) dias** para todos os demais eventos em saúde do rol da ANS, à exceção de internações em casos de **urgências** decorrentes de **acidente pessoal**, conforme definições constantes do subitem 7.11 (Das Urgências e Emergências) deste instrumento.

7.4.4. Os beneficiários-titulares serão responsabilizados pela utilização do plano de saúde durante o cumprimento de carências, cujos valores serão cobrados pela operadora a título de custo operacional.

7.4.5. Os beneficiários-dependentes serão incluídos na mesma modalidade de plano escolhida pelo beneficiário-titular.

7.5. Das Alterações das Modalidades de Plano, do Início da Cobertura e das Carências: __





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.5.1. Nas **alterações** de modalidade de plano de saúde serão considerados os seguintes prazos de carências:

7.5.1.1 Em caso de alteração para uma modalidade **superior** (p. ex. Semiprivativo para Privativo) será obrigatório o cumprimento de **180 dias de carência**, somente para internações hospitalares;

7.5.1.2 Durante o prazo de carência citado no subitem 7.5.1.1, as internações hospitalares ocorrerão na modalidade em que o beneficiário-titular encontrava-se anteriormente vinculado;

7.5.1.3 Em caso de alteração para uma modalidade **inferior** (p. ex. Privativo para Semiprivativo), não será exigido o cumprimento de nenhum tipo de carência.

7.5.2. a alteração para uma modalidade **superior**, conforme citado no subitem 7.5.1.1, em caso de ocorrer efetiva internação do beneficiário-titular e/ou de algum dos seus beneficiários-dependentes, será obrigatória a permanência pelo prazo de **12 (doze meses)** na nova modalidade, a contar da data da efetiva alteração junto à operadora, que ocorrerá sempre no dia 1º de um determinado mês, conforme subitem 7.7 (Da Operacionalização do Cadastro) do presente termo de referência.

7.5.3. Nas alterações de modalidade de plano de saúde, os beneficiários-dependentes terão seu plano **compulsoriamente** alterado para a **mesma modalidade** selecionada pelo beneficiário-titular.

7.6. Das Exclusões e do Fim das Coberturas: _____

7.6.1. Constituem exclusões dos beneficiários-**titulares**:

7.6.1.1 cancelamento voluntário;

7.6.1.2 falecimento;

7.6.1.3 exoneração;

7.6.1.4 vacância para posse em outro cargo inacumulável;

7.6.1.5 perda da condição de beneficiário de pensão estatutária;

7.6.1.6 demissão.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.6.1.7 redistribuição.

7.6.1.8 remoção de magistrado.

7.6.1.9 retorno ao órgão de origem de servidor cedido ou em exercício provisório neste Tribunal.

7.6.1.10 opção por receber benefício similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta no qual se encontre em exercício.

7.6.1.11 prestação de informações falsas, utilização de documentos falsos e uso indevido dos benefícios.

7.6.1.12 descumprimento das obrigações financeiras relativas ao PASS.

7.6.2. No caso das hipóteses previstas pelo subitem 7.6.1, todos os beneficiários-**dependentes** serão compulsoriamente excluídos.

7.6.3. Constituem exclusões dos beneficiários-**dependentes**:

7.6.3.1 solicitação de cancelamento pelo beneficiário-titular;

7.6.3.2 falecimento;

7.6.3.3 separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável sem fixação judicial de pensão alimentícia;

7.6.3.4 perda da condição de dependência definida no subitem 7.2.3 deste Termo de Referência.

7.6.4. Os beneficiários-titulares serão responsabilizados pelos eventuais débitos remanescentes, bem como pelo custo operacional a ser cobrado pela operadora, em caso de utilização após a efetiva exclusão do plano de saúde.

7.6.5. Na hipótese de exclusão por óbito do beneficiário, as mensalidades devidas serão cobradas *pro rata die* até a data do falecimento, sendo o ajuste financeiro realizado mediante abatimento na fatura do mês subsequente ao da comunicação do óbito à operadora do plano de saúde.

7.7. Da Operacionalização do Cadastro: _____





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.7.1. A movimentação cadastral será encerrada no dia **20 (vinte)** de cada mês e encaminhada por correio eletrônico (ou outro meio digital) à operadora contratada para a elaboração dos valores a serem pagos, bem como para inclusões, alterações e exclusões de beneficiários, **a contar do primeiro dia do mês seguinte**, salvo nas hipóteses de **inclusões** previstas no subitem 7.4.2, em que os pedidos serão encaminhados imediatamente, mediante procedimento a ser convencionado por ocasião da reunião inicial.

7.7.2. Se o dia 20 (vinte) ocorrer em feriado ou final de semana, o cadastro será encaminhado no último dia útil imediatamente anterior a esta data.

7.7.3. Os cartões físicos de identificação dos beneficiários relacionados no cadastro mensal previsto no subitem 7.7.1 deverão ser encaminhados para o TRT até o **quinto dia útil** do mês das inclusões e/ou alterações.

7.7.4. É vedada à operadora contratada cobrar qualquer taxa a título de movimentação cadastral e/ou expedição dos cartões físicos de identificação dos beneficiários.

7.7.5. Em caso de solicitação de **segunda via** do cartão físico de identificação de beneficiário, o pedido será encaminhado para a operadora mediante procedimento a ser convencionado por ocasião da reunião inicial.

7.7.6. Os cartões físicos de identificação dos beneficiários previstos nas hipóteses do subitem 7.4.2, bem como no caso do subitem 7.7.5 deverão ser encaminhados para o TRT em **até 10 (dias) úteis**, a contar do recebimento da solicitação pela operadora contratada.

7.8. Do Âmbito Geográfico De Cobertura: _____

7.8.1. O plano deverá ter cobertura em todo o território nacional, em consultórios, hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços de saúde, próprios, credenciados ou referenciados, devendo garantir a cobertura mínima constante no ANEXO I – COBERTURAS E PROCEDIMENTOS MÍNIMOS GARANTIDOS.

7.8.2. A operadora contratada compromete-se a manter assistência permanente em **100% (cem por cento)** das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013, e, no





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

mínimo, **75% (setenta e cinco por cento)** dos municípios em cada microrregião conforme listagem constante no ANEXO IV – TRT4: MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS deste Termo de Referência, arredondando-se as frações para o primeiro número inteiro imediatamente superior.

7.8.3. A operadora deverá apresentar em mídia digital, por ocasião da assinatura do contrato, a lista individualizada de todos os serviços em saúde oferecidos em cada um dos municípios mencionados no subitem 7.8.2, devendo disponibilizar nova listagem ao TRT4 a cada alteração da rede de atendimento.

7.8.4. A operadora deverá manter durante a vigência do contrato, os quantitativos mínimos constantes do ANEXO III – QUANTITATIVOS MÍNIMOS DE HOSPITAIS E MÉDICOS DISPONÍVEIS PARA ATENDIMENTO DE BENEFICIÁRIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

7.9. Das Modalidades de Plano: _____

7.9.1. Independentemente da modalidade, serão cobertas, cumulativamente, as despesas referentes aos serviços e especialidades médicas/profissionais de saúde especificados neste termo de referência e outras asseguradas pela legislação vigente a serem executadas pela operadora contratada em rede própria, credenciada ou referenciada.

7.9.2. Aos beneficiários caberá os seguintes tipos de planos:

7.9.2.1 Plano **Privativo** (ou outra denominação equivalente utilizada pela operadora contratada): padrão de internação em apartamento individual, com apenas um leito e banheiro privativo;

7.9.2.2 Plano **Semiprivativo** (ou outra denominação equivalente utilizada pela operadora contratada): padrão de internação em quarto com no **máximo 02 (dois) leitos**.

7.9.3. Havendo indisponibilidade de leito hospitalar em quartos de acordo com o plano do beneficiário, nos estabelecimentos próprios, credenciados ou referenciados pela contratada, deverá ser garantido ao beneficiário o acesso à acomodação em nível superior, sem ônus adicional, conforme **artigo 33**, da Lei nº. 9.656/98, até que haja a disponibilidade de leito, quando será providenciada a transferência.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.9.4. Havendo indisponibilidade de vagas nos estabelecimentos próprios, credenciados ou referenciados pela contratada, o ônus da internação em outro hospital fora da rede de serviço é de responsabilidade da contratada, nas mesmas condições da modalidade de plano em que o beneficiário está cadastrado.

7.9.5. Caso o beneficiário opte, no momento de sua internação hospitalar, por acomodação superior àquela em que estiver inscrito, ficará a cargo do mesmo o pagamento correspondente às respectivas diferenças, ficando os médicos e os hospitais autorizados a convencionar junto ao beneficiário, sem intermediação deste Tribunal, seus honorários e despesas hospitalares, de acordo com suas próprias tabelas.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.10. Da Coparticipação: _____

7.10.1. Os beneficiários contribuirão com coparticipação somente em **consultas médicas**, de **qualquer especialidade**, em valor a ser reajustado pelo mesmo índice do reajuste das mensalidades do plano.

7.10.2. É vedada a cobrança de coparticipação em atendimentos de especialidades organizadas em sistema de **sessões**.

7.11. Das Urgências e Emergências: _____

7.11.1. Considera-se atendimento de **urgência** o evento resultante de acidente pessoal ou de complicação no processo de gestação.

7.11.2. Considera-se atendimento de **emergência** o evento que implica em risco imediato de morte ou lesão irreparável para o paciente, a ser caracterizado em declaração do médico assistente.

7.11.3. Nos casos de urgência e emergência a operadora **não** poderá **exigir autorização prévia** para a realização de qualquer exame ou procedimento.

7.11.4. Os atendimentos de urgência e emergência serão garantidos após decorrido o prazo de carência de **24 (vinte e quatro) horas** de inclusão do beneficiário no plano, referido no subitem 7.4.3.1.

7.11.5. A assistência médica para urgência e emergência deve ser **imediate**, garantir a atenção e atuar no sentido da preservação da vida, órgãos e funções do beneficiário, incluindo eventual necessidade de remoção, observando-se o seguinte:

7.11.5.1 Quando o atendimento de **emergência** for efetuado no período de carência referido no subitem 7.4.3.2, será **limitado a 12 (doze) horas** de atendimento, nos moldes da cobertura ambulatorial, não garantindo, portanto, cobertura para internação;

7.11.5.2 Quando o atendimento de **urgência** for decorrente de **complicações no processo gestacional** e efetuado no período de carência referido no subitem 7.4.3.2, será **limitado a 24 (vinte e quatro) horas** de atendimento, nos moldes da cobertura ambulatorial, não garantindo, portanto, cobertura para internação;





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.11.5.3 O atendimento de **urgência** decorrente de **acidente pessoal** será garantido **sem restrições, inclusive para internação**.

7.11.6. Nos casos previstos nos subitens 7.11.5.1 e 7.11.5.2, quando for necessária a continuidade do atendimento para a realização de procedimentos exclusivos da cobertura hospitalar (como intervenção cirúrgica, parto e outros), ainda que na mesma unidade de serviços e em tempo menor que o limite previsto para atendimento, a cobertura cessará e a responsabilidade financeira a partir da necessidade de internação passará a ser do beneficiário, não cabendo qualquer ônus à operadora contratada.

7.11.7. Nos casos de urgência e emergência, os beneficiários utilizarão os serviços da rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada e, na impossibilidade, qualquer serviço de urgência e emergência disponível, sendo os valores das despesas decorrentes reembolsados na forma do subitem 7.15. (Do Reembolso) deste Termo de Referência.

7.12. Das Remoções: _____

7.12.1. É garantida a remoção **inter-hospitalar** do paciente (do hospital de origem para o hospital de destino), comprovadamente necessária, a ser caracterizada em declaração do médico assistente, dentro dos limites de abrangência geográfica do plano, observadas a RN ANS nº 490/2022 e a Resolução CFM nº 1.672/2003, que normatizam o transporte inter-hospitalar.

7.12.2. Nos casos de **urgência e de emergência** definidos no subitem 7.11. (Das Urgências e Emergências) deste termo de referência, quando o paciente não tiver direito à internação em virtude do cumprimento de carências, é garantida a remoção inter-hospitalar (do hospital de origem para o hospital de destino), dentro da área de abrangência geográfica do plano, quando caracterizada pelo médico assistente a necessidade de internação, observando-se que:





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.12.2.1 Quando não puder ocorrer a remoção por **risco de morte**, o paciente ou seu responsável e o prestador do atendimento deverão negociar entre si a responsabilidade financeira da continuidade da assistência, desobrigando-se, assim, a operadora desse ônus;

7.12.2.2 Caberá à operadora o ônus e a responsabilidade da remoção do paciente para uma unidade do SUS que disponha dos recursos necessários a garantir a continuidade do atendimento;

7.12.2.3 A operadora deverá disponibilizar **meio de remoção adequado à gravidade da situação**, conforme indicação do médico assistente, equipado com os recursos necessários a garantir a manutenção da vida, só cessando sua responsabilidade sobre o paciente quando efetuado o registro na unidade hospitalar que o receber;

7.12.2.4 Quando o paciente ou seus responsáveis optarem, mediante assinatura de termo de responsabilidade, pela continuidade do atendimento em unidade diferente daquela definida no subitem 7.12.2.2, a operadora estará desobrigada do ônus financeiro da remoção.

7.13. Das Exclusões de Cobertura Assistencial: _____

7.13.1.As exclusões da cobertura assistencial de que trata este Termo de Referência compreendem, observando-se as definições contidas no ANEXO II – DEFINIÇÕES DAS EXCLUSÕES DE ATENDIMENTOS:

7.13.1.1 Os procedimentos listados no **artigo 10** da Lei nº 9.656/1998 e suas alterações;

7.13.1.2 A prestação do serviço de Atendimento Domiciliar.

7.14. Do Reembolso: _____

7.14.1. É garantido o reembolso de despesas com assistência à saúde quando não for possível a utilização dos serviços oferecidos pela operadora, nos limites das obrigações contratuais, conforme disposto no art. 10 da RN-ANS nº 566/2022, e alterações posteriores, devendo ser também observadas as hipóteses e condições definidas neste instrumento.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.14.2. Caberá reembolso das despesas efetuadas nas seguintes hipóteses:

7.14.2.1 O serviço for realizado em localidade pertencente à área de abrangência geográfica do plano, onde, comprovadamente, não houver profissional da rede de serviço habilitado para prestar atendimento;

7.14.2.2 Na paralisação do atendimento pela rede de serviços ou interrupção de atendimento em determinadas especialidades;

7.14.2.3 Quando se configurar atendimentos de urgência e emergência, devidamente justificado pelo profissional que o executou.

7.14.3. Serão considerados os seguintes critérios para os valores de reembolso:

7.14.3.1 Para as situações previstas no subitem 7.14.2.1, será reembolsado 100% (cem por cento) do Valor de Referência (VR) da Tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) atualizada ou, no caso de despesas hospitalares, a tabela da operadora contratada, vigentes à época do evento;

7.14.3.2 Os procedimentos não previstos na Tabela da CBHPM e constantes do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, anexo à RN-ANS nº 465/2021 serão reembolsados conforme tabela a ser apresentada pela operadora contratada;

7.14.3.3 Nos casos previstos nos subitens 7.14.2.2 e 17.14.2.3, o valor do reembolso corresponderá ao pagamento integral das despesas cobertas por este Termo de Referência.

7.14.4. Em caso de reembolso de **consultas**, é facultado à operadora o desconto do valor da coparticipação prevista no subitem 7.10 deste Termo de Referência.

7.14.5. O prazo máximo para reembolso, contado do recebimento pela operadora, do comprovante de pagamento acompanhado da documentação exigida, será de 30 (trinta) dias consecutivos.

7.14.6. A operadora contratada informará ao TRT4, no início da vigência do contrato, os documentos necessários, a serem apresentados pelos beneficiários, para fins de reembolso das despesas médico-hospitalares.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.14.7. Em caso de negativa total e/ou parcial de reembolsos solicitados, a operadora contratada deverá encaminhar para o beneficiário-titular do plano, juntamente com os documentos originais do pedido indeferido, justificativa formal que fundamente os motivos da negativa, nos termos e prazos da RN-ANS nº 623/2024 e atualizações.

7.14.8. Para fins de reembolso, o beneficiário deverá apresentar a documentação adequada no **prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias**, contados da data do evento, sob pena de perder o direito ao reembolso.

7.15. Dos Mecanismos de Regulação: _____

7.15.1. O beneficiário poderá se utilizar dos serviços oferecidos pela operadora contratada, exclusivamente para o atendimento decorrente de riscos cobertos. Ao utilizar a rede da operadora, o beneficiário não fará qualquer desembolso, cabendo à operadora efetuar o pagamento diretamente ao prestador do serviço, em nome e por conta do beneficiário. A lista de prestadores de serviço pode sofrer inclusões e/ou exclusões a qualquer tempo, comprometendo-se a operadora em manter a informação relativa ao rol de prestadores sempre atualizada.

7.15.2. A operadora reserva-se o direito de alterar a rede de prestadores de serviços, obedecidos os trâmites legais existentes, principalmente no que se refere à mudança de entidade hospitalar, conforme **art. 17** da Lei nº 9.656/1998.

7.15.3. É facultada a substituição de entidade hospitalar, desde que por outra equivalente e mediante comunicação ao TRT4, aos beneficiários e à ANS com 30 (trinta dias) de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias em vigor.

7.15.4. Na hipótese de a substituição de entidade hospitalar ocorrer por vontade da operadora, durante o período de internação de algum beneficiário, será garantido o pagamento das despesas relacionadas com a internação até a alta hospitalar, estabelecida pelo médico assistente, exceto nos casos de infração às normas sanitárias, quando a operadora providenciará, às suas expensas, a transferência imediata do beneficiário para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuidade da assistência.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.15.5. A marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos, quando exigirem autorização prévia ou auditoria médica devem ser feitas de forma a atender os prazos exigidos no artigo 3º da RN-ANS nº 566/2022 e alterações posteriores.

7.15.6. Nos casos de **urgência e emergência** a autorização deverá ser **imediata**, nos termos do inciso XVII do art. 3º da RN-ANS nº 566/2022 e alterações posteriores.

7.15.7. Em caso de divergência médica na concessão da autorização, será garantida a instauração de **junta médica** para definição do impasse, conforme definido pela RN-ANS nº 424/2017 e alterações posteriores.

7.15.8. Em caso de negativa de autorização de quaisquer serviços solicitados, a operadora deverá encaminhar a negativa formal para o beneficiário interessado, conforme a RN-ANS nº 623/2024, e alterações posteriores.

7.16. Deveres e Responsabilidades do Tribunal: _____

7.16.1. Relacionar os beneficiários, quando da assinatura do contrato, com todos os dados necessários para fins de cadastramento.

7.16.2. Informar periodicamente, por escrito ou via eletrônica, as movimentações cadastrais conforme subitem 7.7 (Da Operacionalização do Cadastro) deste Termo de Referência.

7.16.3. Comunicar à operadora contratada os casos em que o beneficiário, por qualquer motivo, perder o direito de atendimento, na forma prevista neste Termo de Referência.

7.16.4. Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato.

7.16.5. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.

7.16.6. Registrar, por escrito, com a devida comprovação, as principais ocorrências relacionadas à prestação de serviços.

7.16.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada durante a execução do contrato.

7.16.8. Efetuar os pagamentos à operadora contratada, de acordo com as condições e prazos estabelecidos nas cláusulas contratuais.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

7.17. Deveres e Responsabilidades da Contratada: _____

- 7.17.1.** Indicar, **em até 10 dias** contados da assinatura do contrato, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este Regional.
- 7.17.2.** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades ou terceiros.
- 7.17.3.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal, aos beneficiários do plano de saúde ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 7.17.4.** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não possuem nenhum vínculo empregatício com o Tribunal.
- 7.17.5.** Responder por eventuais valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.
- 7.17.6.** Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.
- 7.17.7.** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 7.17.8.** Assegurar a execução dos serviços, conforme a forma preconizada em lei e de acordo com as normas e regulamentações expedidas pela ANS, Resoluções Normativas do CONSU (Conselho de Saúde Suplementar), e observando o estabelecido neste instrumento.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

- 7.17.9.** Garantir aos beneficiários, quando da utilização da rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada, o atendimento mediante sua identificação, que poderá se dar por meio de apresentação da carteira de identificação, física ou digital, por reconhecimento facial, por identificação biométrica ou outra forma disponibilizada pela CONTRATADA, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade e quando necessária, a autorização prévia, assegure aos beneficiários o direito a utilização dos serviços, nos termos do presente Termo de Referência e da legislação vigente.
- 7.17.10.** Possuir meio próprio para invalidar carteiras de identificação, quando canceladas em razão de exclusão, em caso de extravios ou quando da rescisão do contrato. O Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região não se compromete a devolver as carteiras de identificação entregues aos seus beneficiários.
- 7.17.11.** Instituir controle de validade dos cartões físicos de identificação, devendo, até o prazo máximo de 40 dias antes de expirado o prazo de validade, entregar novos cartões ao Tribunal.
- 7.17.12.** Disponibilizar e divulgar, de forma clara e ostensiva, até o prazo de início da prestação dos serviços (subitem 1.6.) os canais de atendimento adequados às demandas dos beneficiários, nos termos da RN-ANS nº 623/2024.
- 7.17.13.** Disponibilizar em portal eletrônico próprio na Internet, até o prazo de início da prestação dos serviços (subitem 1.6.), todas as informações referentes ao plano ou seguro privado de assistência à saúde contratado, conforme denominação apresentada na proposta.
- 7.17.14.** O portal eletrônico referido no subitem 7.17.12 deve, obrigatoriamente, possuir guia médico acessível pela Internet, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, laboratórios e outras instituições da área de saúde e serviços auxiliares da rede da CONTRATADA, atualizando os dados sempre que houver alguma modificação.
- 7.17.15.** Manter a rede de atendimento em número igual ou superior ao apresentado no ato da contratação, e, caso haja descredenciamento de qualquer serviço, credenciar outro de





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

mesmo porte e com a mesma capacidade técnica, abrangência e número de leitos, no **prazo máximo de 30 dias** contados do descredenciamento, e informar imediatamente ao Tribunal.

7.17.15.1 Para que seja admitida a não reposição dos credenciamentos a operadora deverá submeter para análise deste TRT:

7.17.15.1.1 Documentos que demonstrem que, apesar da diminuição da rede credenciada, não haverá influência na capacidade técnica para o cumprimento do contrato;

7.17.15.1.2 Documento expedido pela ANS que autoriza expressamente a diminuição da rede credenciada da operadora, nos termos do art. 17 da Lei nº 9.656/1998.

7.17.15.1.3 Comprovar, independentemente da situação, que serão mantidos os quantitativos mínimos constantes do ANEXO III – QUANTITATIVOS MÍNIMOS DE HOSPITAIS E MÉDICOS DISPONÍVEIS PARA ATENDIMENTO DE BENEFICIÁRIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, deste Termo de Referência, sob pena de descumprimento contratual.

7.17.16. Demonstrar, durante toda a vigência do contrato, a manutenção da qualidade na prestação dos serviços especificados neste instrumento.

7.17.17. Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pelo Tribunal, responsabilizando-se pelos fatos advindos da ineficiência, morosidade e irregularidades praticadas por seus empregados e prepostos, exceto no que se refere a procedimentos médicos, em que prevalece a relação médico-paciente, e a responsabilidade de ambos.

7.17.18. Manter rede própria, cooperada, contratada ou referenciada que propicie aos beneficiários a utilização de todos os serviços necessários ao tratamento, diagnóstico e prevenção das doenças abrangidas pelo presente instrumento.

7.17.19. Comunicar, por escrito, e com **antecedência mínima de 30 dias**, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

possam prejudicá-los, bem como eventual atraso ou paralisação dos serviços, neste caso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo Tribunal.

- 7.17.20.** A CONTRATADA assumirá as despesas hospitalares decorrentes das internações sob a responsabilidade de outra operadora de saúde ou do SUS, a partir da data de início da prestação do serviço objeto, prevista no subitem 1.6, facultando-lhe a transferência dos beneficiários que estiverem internados em condições de remoção, para seus hospitais próprios ou credenciados, desde que não exista restrição médica que a impossibilite.
- 7.17.21.** Dispor de equipe especializada para oferecer todo o suporte na implantação, manutenção e gerenciamento do plano, mantendo no decorrer deste contrato, um canal de comunicação exclusivo.
- 7.17.22.** A contratada não aplicará nenhum custo administrativo por ocasião de inclusão, exclusão, alteração ou de fornecimento de credenciais.
- 7.17.23.** Comunicar ao Tribunal, imediatamente, qualquer irregularidade cometida por beneficiário, por má-fé ou dolo, para as medidas cabíveis.
- 7.17.24.** Prestar as informações e esclarecimentos solicitados, em **até 48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação do Tribunal.
- 7.17.25.** Corrigir faturas contestadas por este TRT em um **prazo máximo de 05 (cinco) dias**.
- 7.17.26.** Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela Contratada aos beneficiários do serviço a ser contratado.
- 7.17.27.** O descumprimento de qualquer das obrigações, assim como a não prestação ou interrupção dos serviços ou sua prestação em qualidade e quantidade inferior ao especificado, poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas à Contratada, conforme previsto no item 15.(SANÇÕES APLICÁVEIS) deste instrumento.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Gestor:	Bruno Toyota Souza Costa	Fabiana da Silva Perdomo	DAIS e SeSAÚDE
Fiscal:	Luiz André da Costa Dorneles	Rodrigo Fernando Gerardi	DAIS

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

8.2.1. O gestor do contrato ficará responsável por:

- 8.2.1.1** Organizar a reunião inicial;
- 8.2.1.2** Encaminhar alterações contratuais;
- 8.2.1.3** Controlar prazos e indicadores contratuais;
- 8.2.1.4** Atestar notas fiscais;
- 8.2.1.5** Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- 8.2.1.6** Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;
- 8.2.1.7** Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

8.2.2. O Fiscal do contrato ficará responsável por:

- 8.2.2.1** Participar da reunião inicial;
- 8.2.2.2** Monitorar e conferir cumprimento de prazos contratuais;
- 8.2.2.3** Conferir documentação exigida no contrato;
- 8.2.2.4** Verificar a conformidade da fatura do objeto contratado;
- 8.2.2.5** Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;
- 8.2.2.6** Encaminhar a contratada as demandas que surgirem no curso da execução do contrato, por e-mail ou outro canal a ser definido na reunião inicial.
- 8.2.2.7** Atestar se os requisitos de negócio da contratação foram atendidos;
- 8.2.2.8** Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação:

- 8.3.1.1** Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscais do contrato.
- 8.3.2.** Toda a logística processual e de tratativas com a contratada deverá ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.
- 8.3.3.** O mecanismo formal de comunicação a ser utilizado para todos os assuntos relacionados ao contrato será o e-mail saude.planos@trt4.jus.br.
- 8.3.4.** A Contratada deverá manter, também, um(a) consultor(a) gerente devidamente assessorado(a) por equipe de relacionamento empresarial, com disponibilidade para atendimento por intermédio de rede de telefonia fixa e/ou móvel, para tratativas relacionadas as demandas que possam surgir e que exijam medidas imediatas.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1.** A movimentação cadastral será encerrada neste Tribunal no dia 20 de cada mês e encaminhada à contratada para os devidos ajustes do rol de beneficiários, a contar do primeiro dia do mês seguinte.
- 9.2.** O faturamento deverá ser emitido pela CONTRATADA onde deverá apresentar descrição completa dos valores cobrados, detalhada por beneficiário.
- 9.3.** A fatura correspondente à prestação do serviço deverá ser entregue neste TRT até o **dia 1º (primeiro) de cada mês**, acompanhada dos relatórios gerenciais necessários à sua conferência, quando será recebida provisoriamente.
- 9.4.** A fatura será recebida definitivamente após a equipe de Gestão e Fiscalização proceder a verificação do atendimento dos requisitos da contratação.
- 9.5.** O pagamento das mensalidades, coparticipação dos beneficiários nas consultas médicas, bem como dos eventuais serviços extracontratuais realizados e comprovadamente devidos, será realizado mediante crédito em conta corrente bancária até o dia 25 de cada mês, após a entrega do documento fiscal (fatura) correspondente à prestação do serviço objeto da presente licitação, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

9.6. Todos os serviços prestados aos beneficiários deste TRT que não estiverem expressamente previstos neste Edital ou por ele forem expressamente afastados, serão ressarcidos pelos referidos beneficiários mediante desconto em folha de pagamento.

9.6.1. O pagamento do valor previsto no caput deste item será efetuado até o dia 25 do mês subsequente à realização do desconto na folha de pagamento do beneficiário.

9.7. A contratada deverá efetuar cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.

9.7.1. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

10. REAJUSTE CONTRATUAL:

10.1. O reajuste deverá ser concedido com a aplicação do **IPCA-PLANOS DE SAÚDE**, índice setorial do IBGE, referente ao serviço objeto da contratação, a contar da data do orçamento estimado (ver item 11.3). Os demais critérios serão previstos no edital e/ou contrato.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

PLANO SEMIPRIVATIVO (COLETIVO/ENFERMARIA)

(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
FAIXA ETÁRIA	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES	PREÇO LÍQUIDO MENSAL PER CAPITA	PREÇO TOTAL POR FAIXA ((B+C) X D)
0 – 18	3	1.886	R\$ 373,27	R\$ 705.107,03
19 – 23	4	537	R\$ 440,64	R\$ 238.386,24
24 – 28	23	564	R\$ 485,73	R\$ 285.123,51
29 – 33	116	478	R\$ 544,80	R\$ 323.611,20
34 – 38	273	475	R\$ 606,92	R\$ 453.976,16
39 – 43	606	574	R\$ 682,70	R\$ 805.586,00
44 – 48	583	530	R\$ 720,42	R\$ 801.827,46
49 – 53	471	371	R\$ 891,33	R\$ 750.499,86
54 – 58	554	306	R\$ 1.091,95	R\$ 939.077,00
59 ou +	1.939	1.866	R\$ 1.403,36	R\$ 5.339.784,80
TOTAL:	12.159		PREÇO TOTAL MENSAL:	R\$ 10.642.979,26





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

PLANO PRIVATIVO (INDIVIDUAL/APARTAMENTO)

(A) FAIXA ETÁRIA	(B) Nº TITULARES	(C) Nº DEPENDENTES	(D) PREÇO LÍQUIDO MENSAL PER CAPITA	(E) PREÇO TOTAL POR FAIXA ((B+C) X D)
0 – 18	0	290	R\$ 602,88	R\$ 174.835,20
19 – 23	1	36	R\$ 722,86	R\$ 26.745,82
24 – 28	27	30	R\$ 792,64	R\$ 45.180,48
29 – 33	28	27	R\$ 908,36	R\$ 49.959,80
34 – 38	58	50	R\$ 981,68	R\$ 106.021,44
39 – 43	105	63	R\$ 1.090,54	R\$ 183.210,72
44 – 48	68	50	R\$ 1.186,99	R\$ 140.064,82
49 – 53	55	49	R\$ 1.455,27	R\$ 151.348,08
54 – 58	43	28	R\$ 1.800,89	R\$ 127.863,19
59 ou +	294	184	R\$ 2.247,59	R\$ 1.074.348,02
TOTAL:	1.486		PREÇO TOTAL MENSAL:	R\$ 2.079.577,57

COPARTICIPAÇÃO EM CONSULTA MÉDICA ***

Número de Consultas mensais	Valor da Coparticipação	Valor Mensal
9.582	R\$ 59,79	R\$ 572.907,78

Obs.: Número de Consultas Mensais conforme estimativa constante do subitem 1.5.3. deste Termo de Referência

Valor Global Mensal (R\$): R\$ 13.295.464,61

11.1. O valor total estimado para a contratação (30 meses) é de **R\$ 398.863.938,30.**

11.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada e os memoriais de cálculo constam no PROAD nº **3417/2025**

11.3. Data do orçamento estimado: Assinatura deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS

3390.39.50 – Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais.

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

13.1. A seleção se dará por **Pregão Eletrônico.**

13.2. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços.

13.3. Critério de Julgamento - **Menor Preço Global.**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

14.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado em edital.

14.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

14.3. A licitante deverá comprovar a sua qualificação técnica, conforme abaixo:

14.3.1. Prova de Registro na ANS, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro;

14.3.2. Em se tratando de **Sociedade Seguradora** em planos privados de assistência à saúde, deverá ainda ser comprovada a sua regularidade junto à SUSEP (Superintendência dos Seguros Privados), mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro;

14.3.3. Prova de registro na ANS do(s) plano(s) ofertado(s), necessariamente de abrangência geográfica nacional, bem como da segmentação assistencial oferecida, nos termos da RN-ANS nº 465/2021, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro.

14.3.4. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(is) esteja expressa a aptidão técnica da interessada na prestação de serviço de assistência médica, hospitalar e ambulatorial, no regime de contratação coletiva, abrangendo, no mínimo, 6.500 (seis mil e quinhentos) beneficiários.

14.3.4.1 O atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a especificação do serviço, a identificação da empresa ou entidade que forneceu o atestado, a assinatura e o telefone para diligências, se for o caso.

14.3.4.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9. do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017;





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

14.3.5. A empresa deverá dispor de profissionais habilitados à prestação dos serviços nas especialidades e quantitativos mínimos nas microrregiões abrangidas por este Tribunal no estado do Rio Grande do Sul, conforme definido no ANEXO III – QUANTITATIVOS MÍNIMOS DE HOSPITAIS E MÉDICOS DISPONÍVEIS PARA ATENDIMENTO DE BENEFICIÁRIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, deste Termo de Referência.

14.3.5.1 A listagem de profissionais habilitados deverá ser apresentada em arquivo eletrônico com formato aberto e não proprietário que permita a busca de termos e palavras-chave por meio do comando “Localizar”, a fim de otimizar a análise da proposta pelo pregoeiro.

15. SANÇÕES APLICÁVEIS:

15.1. A inexecução do contrato poderá ser caracterizada pelo descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações nele previstas, a critério do CONTRATANTE.

15.2. O valor da parcela não executada do contrato corresponderá ao montante mensal estimado da contratação, multiplicado pelo número de meses restantes para o término da vigência contratual.

15.3. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.1 para designação de preposto, a contratada estará sujeita à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

15.4. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.10 para envio dos novos cartões ao Tribunal, a contratada estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

15.4.1. O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério da Administração.

15.5. Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos nos subitens 7.17.11 (disponibilizar canais de atendimento) e 7.17.12 (disponibilizar portal eletrônico), a contratada estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

15.5.1. O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério da Administração.

15.6. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.14 para credenciamento de serviço, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para o credenciamento, limitada a 1% (um por cento) do referido valor.

15.6.1. O atraso por período superior a 30 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério da Administração.

15.7. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.23 para prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo Tribunal, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data limite para prestação das informações solicitadas, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

15.8. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no subitem 7.17.24 para correção de faturas contestadas pelo Tribunal, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data fixada para a correção, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

Equipe de Planejamento da Contratação

LUIZ ANDRÉ DA COSTA DORNELES
 Integrante Requisitante e Fiscal do Contrato

BRUNO TOYOTA SOUZA COSTA
 Integrante Demandante e Gestor do Contrato

FABIANA DA SILVA PERDOMO
 Integrante da Secretaria de Saúde e Assistência





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

ANEXO I – COBERTURAS E PROCEDIMENTOS MÍNIMOS GARANTIDOS

1. Assistência médica/paramédica e de outros profissionais da área de saúde em hospitais, clínicas, centros médicos ou consultórios em todas as especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – **CFM**.
2. Coberturas conforme previsto no **artigo 10 da Lei nº 9.656/1998**.
3. Cobertura de todos os procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, anexo à RESOLUÇÃO NORMATIVA – RN nº 465/2021 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - **ANS**, bem como de todas as suas atualizações durante o período de vigência do contrato.
4. Atendimentos organizados em sistema de **sessões sem coparticipação**, para qualquer especialidade.
5. **Sessões de fisioterapia e fisioterapia** em número ilimitado.
6. Cobertura médica – ambulatorial e hospitalar para doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, bem como de suas consequências, incluindo a realização de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia relacionados com a saúde ocupacional.
7. Internações eletivas e emergenciais de todas as modalidades e especialidades médicas, **em número ilimitado de dias e sem coparticipação**, incluindo:
 - 7.1. atendimento em hospitais, clínicas e laboratórios que utilizem *tabela própria (alto custo)*, na área geográfica de abrangência do estado do Rio Grande do Sul;
 - 7.2. tratamento dos **transtornos psiquiátricos** codificados na CID-11, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSU nº 11/1998 e alterações posteriores, incluindo os procedimentos médicos necessários ao atendimento das lesões auto infringidas, compreendendo:
 - 7.2.1. internação em hospital psiquiátrico ou em unidade psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise;
 - 7.2.2. internação em hospital geral para pacientes portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

- 7.3.** internações em unidades hospitalares, inclusive UTI/CTI, sem limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo CFM, incluindo os procedimentos obstétricos, o pagamento de diárias e de toda e qualquer taxa relativa à internação.
- 7.4.** honorários médicos, serviços gerais de enfermagem, fisioterapia e alimentação (serviços dietéticos em geral);
- 7.5.** cobertura de despesas de acompanhante, conforme previsto no **artigo 19, inciso VII, alíneas a), b) e c)**, da RN ANS nº 465/2021, apenas no que se refere especificamente à causa da internação (alimentação, roupa de cama e banho), no caso de pacientes:
- 7.5.1.** menores de 18 anos, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.069/1990;
- 7.5.2.** maiores de 60 anos, nos termos do art. 16 da Lei nº 10.741/2003;
- 7.5.3.** portadores de deficiências, conforme a Lei nº 13.146/2015;
- 7.6.** cobertura das despesas, incluindo paramentação, acomodação e alimentação, relativas ao acompanhante indicado pela mulher, nos termos do **artigo 21, inciso I**, da RN ANS nº 465/2021.
- 8.** cirurgia plástica reparadora quando efetuada para restauração das funções em órgãos, membros e regiões, e que estejam causando problemas funcionais
- 9.** cirurgia plástica reconstrutiva de mama, para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer.
- 10.** cirurgias, mesmo aquelas passíveis de realização em consultório, quando, por imperativo clínico, necessitem ser realizadas durante internação hospitalar.
- 11.** procedimentos relativos ao pré-natal e da assistência ao parto.
- 12.** diárias de maternidade e berçário, sem limite.
- 13.** exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica.
- 14.** fornecimento de todo o material/medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões de sangue e seus derivados, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

15. fornecimento de materiais e aparelhos ortopédicos, próteses diversas, órteses e seus acessórios quando ligados ao ato cirúrgico, gesso, lente intraocular, implante de marcapasso provisório e definitivo.
16. Serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive para o internado, sem limite de qualquer espécie, em situações eletivas e/ou emergenciais, pré-anestésicas e pré cirúrgicas.
17. Atendimento de urgência e emergência, 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.
18. Remoção do paciente, quando comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, em todo o território nacional, conforme previsto no subitem 7.12. (Das Remoções) deste Termo de Referência.
19. Cobertura de cirurgias odontológicas buco maxilofaciais que necessitem de ambiente hospitalar, realizadas por profissional habilitado pelo seu Conselho de Classe, incluindo o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação ministrados durante o período de internação hospitalar.
20. Cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos passíveis de realização em consultório, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar.
21. A operadora contratada fica obrigada a cobrir integralmente todas as despesas com a realização da assistência proposta, caso ela não tenha estes serviços, sejam eles próprios, referenciados ou credenciados.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

ANEXO II – DEFINIÇÕES DAS EXCLUSÕES DE ATENDIMENTOS

1. Estão excluídos da cobertura e, portanto, não serão pagos pelo TRT4 os procedimentos, materiais e medicamentos que não constem no rol daqueles inseridos na Lei nº 9.656/1998 e na RN ANS nº 465/2021 e alterações posteriores, ou não reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina, Agência de Vigilância Sanitária ou outros órgãos reguladores, observando-se as seguintes definições:
 - 1.1. *Tratamento clínico ou cirúrgico experimental*: é aquele que emprega fármacos, vacinas, testes diagnósticos, aparelhos ou técnicas cuja segurança, eficácia e esquema de utilização ainda sejam objeto de pesquisas em fase I, II ou III, ou que utilizem medicamentos ou produtos para a saúde não registrados no Brasil, bem como, aqueles considerados experimentais pelo Conselho Federal de Medicina – CFM;
 - 1.2. Cirurgias não previstas no Código Brasileiro de Ética Médica, segundo o CFM;
 - 1.3. Procedimentos não aprovados pela Organização Mundial de Saúde ou não relacionados no Código Internacional de Doenças (CID) 11, atualizado;
 - 1.4. *Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim*: todo aquele que não visa restaurar função parcial ou total de órgão ou parte do corpo humano lesionada, seja por enfermidade, traumatismo ou anomalia congênita;
 - 1.5. *Inseminação artificial*: técnica de reprodução assistida que inclui a manipulação de oócitos e espermatozoides para alcançar a fertilização, por meio de injeções de espermatozoides intracitoplasmáticas, transferência intrafalopiana de gameta, doação de oócitos, indução da ovulação, concepção póstuma, recuperação espermática ou transferência intratubária do zigoto, entre outras técnicas;
 - 1.6. *Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética*;
 - 1.7. *Fornecimento de medicamentos, materiais e produtos para a saúde importados não nacionalizados*: são aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
 - 1.8. Medicamentos prescritos durante a internação hospitalar cuja eficácia e/ou efetividade tenham sido reprovadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC;
 - 1.9. *Fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico*:
 - 1.9.1. *prótese* – qualquer dispositivo permanente ou transitório que substitua total ou parcialmente um membro, órgão ou tecido
 - 1.9.2. *órtese* – qualquer dispositivo permanente ou transitório, incluindo materiais de osteossíntese, que auxilie as funções de um membro, órgão ou tecido;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

1.9.3. *não ligados ao ato cirúrgico* – aqueles dispositivos cuja colocação ou remoção não requeiram a realização de intervenção cirúrgica;

1.10. *Tratamentos ilícitos ou antiéticos*, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

1.11. *Casos de cataclismos, guerras e comoções internas*, quando declarados pela autoridade competente;

1.12. *Procedimentos odontológicos*, ainda que decorrentes de acidentes pessoais, exceto cirurgias buco maxilofaciais que necessitem de ambiente hospitalar, com cobertura prevista e regulamentada pela ANS de acordo com a Lei nº 9.656/1998;

1.13. Atendimento em hospitais, clínicas e laboratórios que utilizem *tabela própria (alto custo) fora da área geográfica de abrangência do estado do Rio Grande do Sul*;

1.14. Tratamentos para *redução de peso* em clínicas de emagrecimento, *spas*, clínicas de repouso e estâncias hidrominerais;

1.15. Tratamentos em clínicas para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;

1.16. *Transplantes*, conforme disposto no artigo 19, inciso IV, da RN ANS nº 465/2021, bem como de todas as suas atualizações durante o período de vigência do contrato.

1.17. *Fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, exceto os previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde*, anexo à RN ANS nº 465/2021, bem como de todas as suas atualizações durante o período de vigência do contrato: medicamentos para tratamento domiciliar são aqueles que não requerem administração assistida, ou seja, não necessitam de intervenção ou supervisão direta de profissional de saúde habilitado ou cujo uso não é exclusivamente hospitalar, podendo ser adquiridos por pessoas físicas em farmácias de acesso ao público e administrados em ambiente externo ao de unidade de saúde (hospitais, clínicas, ambulatorios, urgência e emergência).

2. Atendimento Domiciliar (**Home Care**), compreendendo:

2.1. consultas domiciliares;

2.2. fisioterapia domiciliar, mesmo em caráter de urgência/emergência;

2.3. materiais (importados ou não) prescritos para atendimento ou tratamento domiciliar;

2.4. serviços de enfermagem em caráter domiciliar;

2.5. qualquer outra atividade a ser realizada em ambiente extra-hospitalar.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

**ANEXO III – QUANTITATIVOS MÍNIMOS DE HOSPITAIS E MÉDICOS
 DISPONÍVEIS PARA ATENDIMENTO DE BENEFICIÁRIOS NO
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

1. A REDE HOSPITALAR (própria, contratada ou credenciada) da operadora contratada para prestação do serviço objeto do presente termo deverá atender, no mínimo, os seguintes quantitativos:

1.1. Em Porto Alegre/RS – **5 (cinco) hospitais**, entre eles os seguintes: Hospital Moinhos de Vento, Hospital Mãe de Deus, Hospital São Lucas e Complexo Hospitalar Santa Casa.

1.2. Nas localidades abaixo relacionadas – **1 (um) hospital**, no mínimo:

Alegrete	Estância Velha	Passo Fundo
Alvorada e/ou Viamão	Esteio e/ou Sapucaia do Sul e/ou São Leopoldo	Pelotas
Arroio Grande	Frederico Westphalen	Rio Grande
Bagé	Gramado	Rosário do Sul
Bento Gonçalves e/ou Farroupilha	Gravataí e/ou Cachoeirinha	Santa Cruz do Sul
Cachoeira do Sul	Guaíba	Santa Maria
Camaquã	Ijuí	Santa Rosa
Canoas	Itaqui	Santa Vitória do Palmar
Capão da Canoa	Lagoa Vermelha e/ou Vacaria	Santana do Livramento
Carazinho	Lajeado e/ou Estrela	Santiago
Caxias do Sul	Marau e/ou Soledade	Santo Ângelo
Cruz Alta	Montenegro	São Borja
Dom Pedrito	Novo Hamburgo	São Gabriel
Encantado	Osório e/ou Tramandaí	Uruguaiana
Erechim	Palmeira das Missões	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

2. Os MÉDICOS credenciados pela operadora contratada para prestação do serviço objeto do presente termo de referência deverá atender, no mínimo, os seguintes quantitativos:

2.1. Em Porto Alegre/RS – 500 (quinhentos) médicos, distribuídos, no mínimo, nas seguintes especialidades: Alergia e Imunologia, Anestesiologia, Angiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica Reparadora, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Clínica Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Geriatria, Ginecologia, Hematologia, Infectologia, Mastologia, Medicina Interna, Medicina do Trabalho, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Obstetrícia, Oftalmologia, Oncologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pneumologia, Proctologia, Psiquiatria, Reumatologia, Terapia Intensiva, Traumatologia e Urologia.

2.2. Em cada uma das localidades abaixo relacionadas – 100 (cem) médicos, distribuídos, no mínimo, nas seguintes especialidades: Cardiologia, Cirurgia Geral, Clínica Médica ou Clínica Geral ou Medicina Interna, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia / Obstetrícia, Nefrologia, Neurologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Ortopedia / Traumatologia, Pediatria, Pneumologia, Psiquiatria e Urologia.

Canoas	Novo Hamburgo	Rio Grande
Caxias do Sul	Passo Fundo	Santa Cruz do Sul
Gravataí	Pelotas	Santa Maria

2.3. Em cada uma das localidades abaixo relacionadas – 10 (dez) médicos, distribuídos, no mínimo, nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia ou Obstetrícia e Clínica Geral ou Clínica Médica ou Medicina Interna.

Alegrete	Frederico Westphalen	São Borja
Bagé	Gramado	São Gabriel
Bento Gonçalves	Guaíba	São Jerônimo
Cachoeira do Sul	Ijuí	São Leopoldo
Cachoeirinha	Itaqui	São Lourenço do Sul
Camaquã	Lajeado	Sapucaia do Sul





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Capão da Canoa	Montenegro	Soledade
Carazinho	Osório	Taquara
Cruz Alta	Santa Rosa	Torres
Sapiranga	Santa Vitória do Palmar	Três Passos
Encantado	Santana do Livramento	Uruguaiana
Erechim	Santiago	Vacaria
Esteio	Santo Ângelo	Viamão
Farroupilha	Tramandaí	

2.4. Em cada uma das localidades abaixo relacionadas – **5 (cinco) médicos**, distribuídos, no mínimo, nas seguintes especialidades: Pediatria, Ginecologia ou Obstetrícia e Clínica Geral ou Clínica Médica ou Medicina Interna.

Alvorada	Lagoa Vermelha	Dom Pedrito	Arroio Grande
Marau	Nova Prata	Taquari	Estância Velha
Palmeira das Missões	Triunfo	Estrela	Rosário do Sul
Panambi			





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

ANEXO IV – TRT4: MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS

Microrregiões definidas pela Portaria TRT4 nº 3.782/2013

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIOS
1 - Central	Santa Maria
	Santiago
	Cachoeira do Sul
2 – Vale do Taquari	Santa Cruz do Sul
	Lajeado
	Estrela
	Encantado
3 – Serra	Caxias do Sul
	Bento Gonçalves
	Farroupilha
	Gramado
	Nova Prata
4 - Planalto	Passo Fundo
	Erechim
	Soledade
	Carazinho
	Lagoa Vermelha
	Vacaria
5 - Missões	Marau
	Cruz Alta
	Santo Ângelo
	Santa Rosa
	Ijuí
	Frederico Westphalen
	Palmeira das Missões
	Três Passos
6 - Sul	Panambi
	Pelotas
	Rio Grande
	Camaquã
	Santa Vitória do Palmar
	Arroio Grande
	São Lourenço do Sul
7 - Fronteira Oeste	Uruguaiana
	São Borja
	Itaqui
8 - Campanha	Santana do Livramento
	Bagé
	Rosário do Sul
	São Gabriel
	Alegrete
9 - Vale dos Sinos	Dom Pedrito
	Novo Hamburgo
	São Leopoldo
	Sapiranga
	Taquara
	Estância Velha
	Montenegro
10 - Metropolitana	São Sebastião do Caí
	Canoas
	Triunfo
	São Jerônimo
	Guaíba
	Esteio
	Sapucaia do Sul
	Taquari
11 - Metropolitana Litoral Norte	Gravataí
	Cachoeirinha
	Viamão
	Alvorada
	Osório
	Torres
	Capão da Canoa
	Tramandaí
12 - Capital	Porto Alegre

Mapa disponível em:

<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/microrregioes-da-justica-do-trabalho>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

ANEXO V – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

RISCO	DEFINIÇÃO	RESPONSÁVEL
Fato do Príncipe	Medida de ordem pública não relacionada diretamente ao contrato e que tem efeitos gerais, mas que produz desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	TRT4
Alteração Unilateral do Contrato	Conforme previsto no inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.	TRT4
Descontinuidade da operadora de saúde.	Falência, liquidação ou perda de registro da operadora junto à ANS.	CONTRATADA
Equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta	Falha na apresentação da proposta que leva a CONTRATADA a sagrar-se vencedora do certame. Ficando impossibilitada a revisão econômico-financeira pelos princípios da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e da livre concorrência.	CONTRATADA
Variação Cambial	A variação cambial tem como base a comparação entre os valores da moeda no primeiro e no último dia do período de apuração para os quais exista cotação publicada pelo Banco Central do Brasil (BCB).	CONTRATADA
Inovação em soluções metodológicas ou tecnológicas	Tratam-se de inovações em termos de modificação das soluções previamente delineadas no Termo de Referência	CONTRATADA
Descredenciamento de prestadores	Cancelamento de contratos com hospitais, clínicas ou laboratórios da rede credenciada sem prévio aviso.	CONTRATADA
Judicializações relacionadas a negativas de procedimentos.	Ações judiciais que obriguem o plano a cobrir procedimentos não previstos em contrato ou em rol da ANS.	CONTRATADA
Alterações regulatórias pela ANS	Mudanças nas normas da ANS que impactem custos, cobertura ou exigências do contrato em vigor.	CONTRATADA
Atraso nos repasses ou pagamentos	Não cumprimento dos prazos de pagamento das faturas mensais.	TRT4
Fraude ou uso indevido do plano	Utilização indevida do plano por terceiros ou apresentação de documentos falsos para acesso aos serviços.	COMPARTILHADO
Problemas na comunicação com os beneficiários	Falta de transparência ou falhas na comunicação sobre coberturas ou mudanças na rede.	CONTRATADA
Negativa indevida de cobertura	Recusa não justificada pela operadora em autorizar procedimentos ou internações cobertas pelo contrato.	CONTRATADA
Erro no cálculo de coparticipações e/ou mensalidades	Cálculo incorreto dos valores de coparticipação e/ou mensalidades cobrados dos beneficiários.	CONTRATADA
Indisponibilidade de atendimento	Demora excessiva ou indisponibilidade de prestadores para marcação de consultas, exames e cirurgias.	CONTRATADA
Risco cibernético (dados de saúde vazados)	Vazamento de informações pessoais ou médicas dos beneficiários por falhas em sistemas da operadora.	CONTRATADA





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Observações:

A ocorrência de todo e qualquer risco, independentemente da sua alocação na Matriz acima, somente gerará os efeitos econômico-financeiros respectivos se, e somente se:

- I.** For comprovadamente verificada a real ocorrência do risco ensejador;
- II.** For comprovadamente verificada a imprevisibilidade da ocorrência do risco ensejador ou da incalculabilidade de suas consequências;
- III.** For comprovadamente verificada a elevação dos encargos da parte;
- IV.** Ter havido, de forma comprovada, nexo de causalidade entre a ocorrência do risco ensejador e a majoração dos encargos da parte;
- V.** A ocorrência do risco ensejador não for extemporânea à contratação, configurando-se a contemporaneidade aquele período iniciado após a data de apresentação da proposta no certame licitatório;
- VI.** A parte a ser beneficiada pelo restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não houver, por qualquer modo, concorrido para a ocorrência do risco.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

BRUNO
TOYOTA
SOUZA
COSTA
30/05/2025 12:12

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. OBJETO A SER CONTRATADO

Contratação de serviço de assistência à saúde para a prestação de assistência médica, garantindo coberturas de serviços médico-hospitalares de assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica, tratamentos, exames complementares, internações hospitalares e demais serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, incluindo centro de terapia intensiva, tanto em caráter eletivo, emergencial e de urgência, em hospitais e clínicas próprias, conveniadas ou referenciadas, no âmbito de todo o território nacional, das doenças reconhecidas ou que vierem a ser reconhecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde e/ou pela Agência Nacional de Saúde (ANS), sem excluir doenças preexistentes, crônicas ou congênitas.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Unidade/Setor:	Secretaria de Saúde e Assistência / Divisão de Assistência Indireta à Saúde
Responsável:	Bruno Toyota Souza Costa (118478)

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Motivação da Contratação:

Considerando que o [Contrato TRT4 nº 92/2020](#), firmado entre o Tribunal Regional da 4ª Região e a Unimed Porto Alegre – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., finda em **31-10-2025**, sem possibilidade de nova prorrogação, faz-se necessária a contratação de um novo serviço de assistência médica para dar continuidade a prestação de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar prevista pelo Programa de Assistência à Saúde Suplementar (PASS) instituído pela [PORTARIA - GP.TRT4 n. 1198-2022](#).

3.2. Objetivos da Contratação:

- Cumprir os termos da [Resolução CNJ 207/2015](#) que Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
- Cumprir os termos da [Resolução CNJ nº 294/2019](#) que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário.
- Contribuir com a promoção da saúde de magistrados e servidores, com o objetivo de alcançar os macrodesafios estabelecidos na Estratégia Judiciário 2026, a teor da [Resolução CNJ nº 325/2020](#).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA E JUSTIFICATIVA

O serviço será prestado aos beneficiários regularmente inscritos no Programa de Assistência à Saúde Suplementar do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que totalizam **13.645** vidas, sendo **5.251 Titulares** e **8.394 dependentes**, com distribuição escalonada por modalidade de plano e faixa etária, conforme tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA	PLANO SEMIPRIVATIVO		PLANO PRIVATIVO	
	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES
0 – 18	3	1.886	0	290
19 – 23	4	537	1	36
24 – 28	23	564	27	30
29 – 33	116	478	28	27
34 – 38	273	475	58	50
39 – 43	606	574	105	63
44 – 48	583	530	68	50
49 – 53	471	371	55	49
54 – 58	554	306	43	28
59 ou +	1.939	1.866	294	184
TOTAIS:	4.572	7.587	679	807
Total por modalidade:	12.159		1.486	

A quantidade corresponde aos beneficiários do Plano de Saúde atualmente contratado (base **MAIO/2025**), podendo sofrer alterações, inclusive antes do início da prestação do serviço.

Estima-se, também, a realização mensal de **9.582 consultas médicas**, com base na **mediana** calculada entre os meses de *junho de 2024 e maio de 2025*, podendo variar em razão da utilização.

PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Data: **01/ 11 / 2025.**

Motivo: **Encerramento da vigência do contrato atual em 31/10/2025.**

LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Não se aplica





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico Institucional do Tribunal?

Sim – Qual?

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Documento assinado digitalmente

Bruno Toyota Souza Costa

Chefe da Divisão de Assistência Indireta à Saúde
Secretaria de Saúde e Assistência
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

LUÍZ ANDRÉ DA COSTA DORNELES
30/05/2025 16:11

BRUNO TOYOTA SOUZA COSTA
30/05/2025 16:14

FABIANA DA SILVA PERDOMO
30/05/2025 16:17

INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO A SER CONTRATADO

Contratação de **serviço de assistência à saúde** para a prestação de assistência médica, garantindo coberturas de serviços médico-hospitalares de assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica, tratamentos, exames complementares, internações hospitalares e demais serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, incluindo centro de terapia intensiva, tanto em caráter eletivo, emergencial e de urgência, em hospitais e clínicas próprias, conveniadas ou referenciadas, no âmbito de todo o território nacional, das doenças reconhecidas ou que vierem a ser reconhecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde e/ou pela Agência Nacional de Saúde (ANS), sem excluir doenças preexistentes, crônicas ou congênitas.

2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	Tipo de Integrante	Unidade/Setor
Fabiana da Silva Perdomo	Outro	Secretaria de Saúde e Assistência (SeSAÚDE)
Bruno Toyota Souza Costa	Demandante	Divisão de Assistência Indireta à Saúde (DAIS)/SeSAÚDE
Luiz André da Costa Dorneles	Requisitante	Divisão de Assistência Indireta à Saúde (DAIS)/SeSAÚDE

CHEFE DA DIVISÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Documento assinado digitalmente
Bruno Toyota Souza Costa
 Chefe da Divisão de Assistência Indireta à Saúde
 Secretaria de Saúde e Assistência
 Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Equipe de Planejamento da Contratação

Os integrantes da equipe de planejamento da contratação declaram:

- ciência** da sua nomeação, bem como possuir conhecimento das regras e diretrizes consignadas na Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e na Lei nº 14.133/2021.
- conhecer o Código de Conduta e Valores Éticos do TRT4 e, em especial, as vedações contidas no art. 7º, incisos I e V, e artigo 9º da Portaria nº 4.573/2023.

Documento assinado digitalmente
Luiz André da Costa Dorneles
 Integrante Requisitante

Documento assinado digitalmente
Fabiana da Silva Perdomo
 Integrante da Secretaria de Saúde e Assistência

Documento assinado digitalmente
Bruno Toyota Souza Costa
 Chefe da Divisão de Assistência Indireta à Saúde
 Secretaria de Saúde e Assistência
 Integrante Demandante





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

INDICAÇÃO DE EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Gestor:	Bruno Toyota Souza Costa	Fabiana da Silva Perdomo	DAIS - SeSAÚDE
Fiscal:	Luiz André da Costa Dorneles	Rodrigo Fernando Gerardi	DAIS

GESTOR DA UNIDADE REQUISITANTE

Documento assinado digitalmente
Bruno Toyota Souza Costa
 Chefe da Divisão de Assistência Indireta à Saúde
 Secretaria de Saúde e Assistência

DECLARAÇÃO

Os servidores designados, e seus substitutos, declaram:

- Ciência da indicação para compor equipe de gestão e fiscalização da contratação a ser formalizada para o objeto descrito acima;
- Conhecer suas atribuições descritas no instrumento contratual, no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do Tribunal e nas regras e diretrizes consignadas na Lei 14.133/2021;
- Conhecer o Código de Conduta e Valores Éticos do TRT4 e, em especial, a vedação de atuar como gestor ou fiscal de contratação formalizada com pessoa física ou jurídica com quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, ou que seja ou tenha em seu quadro societário seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- Compreender que suas funções englobam aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os produtos/serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, quando for o caso, bem como prestar apoio à instrução processual, dentre outras;
- Ciência de que suas atribuições na presente contratação permanecerão até o final da vigência de quaisquer serviços ou obrigações acessórias da contratada, independente da vigência contratual;
- Que comunicarão eventuais impedimentos após a assinatura do contrato.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO A SER CONTRATADO

Contratação de **serviço de assistência à saúde** para a prestação de assistência médica, garantindo coberturas de serviços médico-hospitalares de assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica, tratamentos, exames complementares, internações hospitalares e demais serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, incluindo centro de terapia intensiva, tanto em caráter eletivo, emergencial e de urgência, em hospitais e clínicas próprias, conveniadas ou referenciadas, no âmbito de todo o território nacional, das doenças reconhecidas ou que vierem a ser reconhecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde e/ou pela Agência Nacional de Saúde (ANS), sem excluir doenças preexistentes, crônicas ou congênitas.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação da Contratação:

Considerando que o [Contrato TRT4 nº 92/2020](#), firmado entre o Tribunal Regional da 4ª Região e a Unimed Porto Alegre – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., finda em **31-10-2025**, sem possibilidade de nova prorrogação, faz-se necessária a contratação de um novo serviço de assistência médica para dar continuidade a prestação de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar prevista pelo Programa de Assistência à Saúde Suplementar (PASS) instituído pela [Portaria - GP.TRT4 n. 1.198/2022](#)

2.2. Objetivos da Contratação:

- Cumprir os termos da [Resolução CNJ 207/2015](#) que Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
- Cumprir os termos da [Resolução CNJ nº 294/2019](#) que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário.
- Contribuir com a promoção da saúde de magistrados e servidores, com o objetivo de alcançar os macrodesafios estabelecidos na Estratégia Judiciário 2026, a teor da Resolução [CNJ nº 325/2020](#).

3. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

ID da demanda no Plano de Gestão de Contratações – PGC: nº **SESAÚDE-05**.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

5. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

TIPOS	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Negócio	Prestação continuada de assistência médica suplementar, sem dedicação exclusiva de mão de obra, garantindo coberturas de serviços médico-hospitalares em todo o território nacional, conforme previsto no inciso I, art.1º da Lei nº 9.656/98 .	Promover a qualidade de vida dos magistrados, servidores, bem como seus dependentes, com vistas à composição de um quadro funcional saudável, motivado e produtivo, garantindo a continuidade e qualidade da prestação jurisdicional.
Legais	Lei nº 14.133, de 01/04/2021	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
	IN SEGES/MP nº 05/2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
	Portaria Gp.TRT4 nº 1.737, de 31/03/2023	Regulamenta, no âmbito do TRT4, as licitações e contratações promovidas com fundamento na Lei nº 14.133/2021.
	Lei nº 9.656, de 03/06/1998	Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.
	Deliberações da ANS	Normatização e controle dos serviços de prestação de assistência a saúde suplementar.
	Resolução CNJ nº 294/2019	Regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

TIPOS	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
	Portaria TRT4 nº 1.198/2022	Dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar - PASS - no âmbito do TRT4.
Temporais	<ul style="list-style-type: none"> A contratação deverá ocorrer até 01/11/2025, tendo em vista o término da vigência do contrato nº 92/2020, que ocorrerá em 31/10/2025. Prazo de 30 meses, prorrogáveis até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021. 	<p>Garantir a continuidade da prestação dos serviços de Assistência à Saúde Médico-Hospitalar e Ambulatorial ao quadro de magistrados e servidores do TRT4.</p> <p>Justifica-se a adoção do prazo tendo em vista a possibilidade de ganho de escala na contratação, trazido pela certeza de a futura contratada poder diluir custos em período de tempo maior. Outra vantagem para a Administração é a redução do número de prorrogações contratuais ou mesmo de realização de novas contratações a cada 12 (doze) meses.</p>
Segurança da Informação	Adoção de Cláusula relacionada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nos mesmos termos do Contrato atual .	As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 , Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) , quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, observando a finalidade e boa-fé na utilização de informações para consecução dos fins a que se propõe o contrato, especialmente considerando os dados sensíveis dos beneficiários vinculados ao Programa de Assistência Indireta à Saúde mantido por este Tribunal.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

TIPOS	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Especificações Técnicas	<p>O rol dos serviços a serem prestados estarão em conformidade com o disposto nos artigos 10 a 12 da Lei nº 9.656/1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, ressalvadas as especificações contratuais a serem definidas no Termo de Referência.</p> <p>Os serviços também deverão atender a legislação e normas complementares relacionadas à saúde suplementar, conforme definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).</p> <p>Será adotado o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde.</p>	<p>A especificação de acordo com a legislação vigente garante ao Tribunal a segurança jurídica necessária, pois estabelece os requisitos mínimos que devem ser atendidos pelo prestador de serviços, bem como os limites de atuação da Administração, enquanto Contratante dos serviços.</p> <p>A adoção do plano-referência garante a compatibilidade das especificações da contratação aos serviços comumente oferecidos no mercado, bem como à legislação vigente.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

TIPOS	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Modelo de Prestação do Objeto	A entrega da solução se dará fora das dependências físicas do Tribunal, por empresa especializada, com rede própria e/ou conveniada de profissionais e prestadores de serviços em saúde, com abrangência em todo o território nacional , observadas as normas referentes a assistência suplementar em saúde.	Atendimento ao princípio da Economicidade, visto que não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal.
Capacitação e experiência profissional da equipe	Registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS), com autorização de funcionamento em plena validade , nos termos do art. 8º da Lei nº 9.659/98 .	O registro garante que a contratada atende aos requisitos para funcionamento e comercialização de produtos de assistência à saúde conforme a legislação vigente.
	Comprovação, com base em atestados de capacidade técnica e operacional emitidas por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que está apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação especificada.	Demonstração de experiência na prestação do serviço de assistência médica suplementar, conforme requisitos da Lei nº 9.656/1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.
	Comprovação de que dispõe de profissionais habilitados à prestação dos serviços nas especialidades e quantitativos mínimos nas microrregiões definidas pela Portaria TRT4 nº 3782/2013 , conforme previsto em documento específico componente do Termo de Referência da contratação.	Demonstração da capacidade de prestar atendimento ao quadro funcional do TRT4 em sua área de atuação jurisdicional.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

TIPOS	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Transição Contratual	Bens e serviços comuns, segundo o art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021 , são “ <i>aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado</i> ”. Isto é, são aqueles que podem ser especificados a partir de características (de desempenho e qualidade) que estejam comumente disponibilizadas no mercado pelos fornecedores, não importando se tais características são complexas, ou não. (AC 237/2009-P).	O objeto pretendido se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas para o oferecimento de um Plano de Saúde são usualmente praticadas no mercado, não havendo, portanto, a necessidade de estabelecer critérios específicos para transição contratual, restringindo-se apenas a transferência da base de dados entre a atual contratada e a ganhadora do certame. Destaca-se que a operacionalização de tal transição deverá observar as normas especificadas pela Agência Reguladora (ANS), bem como os procedimentos e cuidados previstos pela LGPD quanto ao tratamento de dados pessoais.

7. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

IMPACTO AMBIENTAL	MEDIDAS MITIGADORAS
<ul style="list-style-type: none"> Utilização de <u>papel para impressão de relatórios</u> utilizados para gerenciamento da base cadastral do plano de saúde. Utilização de <u>meios de transporte à combustão</u> para envio e recebimento dos relatórios gerados, tanto pela Contratada quanto pelo Tribunal. 	Tramitação virtual. Toda a logística processual e de tratativas com a contratada deverá ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.
<ul style="list-style-type: none"> Utilização de etiquetas e envelopes para envio de cartões físicos aos beneficiários. 	Não há medida mitigadora a ser adotada

A contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável? Não se aplica





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO E CONSULTAS/ESTUDOS

AÇÃO	DOCUMENTAÇÃO GERADA
Pesquisas de mercado	<p>Solicitação, por e-mail e/ou por preenchimento de pedido nos sites, de cotações de seguro-saúde. Apenas uma empresa respondeu, informando que não participa de Licitações.</p> <p>Pesquisa em sites de autogestão em saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • https://www.saudeabas.org.br/ • https://saude.trt5.jus.br/ • https://www.trt6.jus.br/portal/trt6-saude <p>Pesquisas em tabelas de planos de saúde oferecidos por outros Tribunais e Sindicatos da categoria de servidores da Justiça do Trabalho de outros estados da federação, bem como de órgãos públicos e instituições do RS que mantêm planos de saúde com características similares ao do TRT4.</p> <p>Todos os documentos gerados estão disponíveis no PROAD nº 3417/2025.</p>
Estudos técnicos	<p>Análise de normas, documentos, artigos e sites que resultaram na identificação e especificação das diferentes soluções apresentadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolução CNJ nº 294/2019 • http://www.ans.gov.br • https://www.gov.br/ans/pt-br/publicidade-ans/mutualismo • http://www.anahp.com.br/wp-content/uploads/2022/11/GUIA_PRATRICO_PLANOS_DE_SAUDE.pdf • https://www.jusbrasil.com.br/artigos/qual-a-diferenca-entre-plano-de-saude-e-seguro-saude/670272950?_gl=1*xp7d0s*_gcl_au*MTA4OTM1NDc1OS4xNzQ1NjAxOTEy*_ga*MTgxMjgyMDgwNi4xNzQ1NjAxOTEy*_ga_QCSXBQ8XPZ*MTc0NTYwMTkxMS4xLjEuMTc0NTYwMTkyMi40OS4wLjA • https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-voce-precisa-saber-na-hora-de-contratar-um-plano-de-saude/854395177 • http://seguros-se.blogspot.com/2010/06/panos-de-saude-como-funcionam-os.html





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

AÇÃO	DOCUMENTAÇÃO GERADA
<p>Estudos técnicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • https://www.linkedin.com/pulse/pr%C3%A9-pagamento-e-p%C3%B3s-na-sa%C3%BAde-suplementar-marcos-costa • https://www.propay.com.br/na-midia/reduzir-sinistralidade-do-plano-de-saude-corporativo • https://www.bradescoseguros.com.br/clientes/produtos/plano-saude/saude-empresarial-plano-nacional-flex • Sakamoto, Luciana Mayumi. Modelo de Pós-Pagamento nos Contratos de Plano de Saúde e a Viabilização do Direito de Extensão do Benefício Pós-Emprego. Dissertação (Mestrado) -- Universidade de São Paulo, 2016. • BERBEL, José Divanil Spósito. Administração de programas de autogestão de saúde: gestão & controles. São Paulo: Editora STS, 2000. • 1º Seminário sobre a SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. Apresentação STJ. • 1º Seminário sobre a SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. Apresentação TST + UNIDAS • II Encontro de Autogestões em Saúde da Justiça do Trabalho (2025). Apresentação Mesa Redonda - Autogestões: TRT5, TRT6, TRT8 e TST. • ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE - TRT5 • ROSA, Tereza Cristina. GESTÃO DOS PLANOS DE SAÚDE NA MODALIDADE DE AUTOGESTÃO: ESTUDO DE CASO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO
ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS
E
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros Tribunais e a contratos de outros órgãos públicos e Entidades de Classe, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração bem como dos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde instituído pelo TRT4.

As alternativas identificadas como modelos de assistência à saúde são as seguintes metodologias:

- I. Implementação de Planos de Autogestão;**
- II. Contratação de Plano de Saúde Coletivo Empresarial ou de Seguro Saúde Empresarial.**

A análise das possibilidades de soluções a serem adotadas e as respectivas características serão tratadas a seguir.

III. Autogestão em Saúde

**Descrição
da
Solução**

Modalidade de prestação de assistência à saúde **sem fins lucrativos com gestão própria da assistência à saúde**, o que implica assumir o risco da variação do custo da assistência médica pela empresa que patrocina o benefício integral ou parcial aos seus funcionários, podendo ou não incluir seus dependentes e agregados até o terceiro grau de parentesco consanguíneo ou afim, mediante **departamento de benefício de empresas ou entidades jurídicas paralelas**.

Nesse sistema, a **própria instituição é a responsável** pela implantação do plano de assistência à saúde, exercendo um controle com a participação do funcionário, podendo resultar na melhoria na qualidade do atendimento e redução das despesas com assistência médica.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

ALTERNATIVAS DE IMPLANTAÇÃO:

1. Administrada pela Empresa Patrocinadora;
2. De forma Terceirizada, mediante a contratação de uma parceria especializada para este fim.

1. Administrada pela Empresa Patrocinadora:

O sistema permite a **interferência direta da organização na escolha da rede credenciada e no acompanhamento da prestação de serviços**, sendo um modelo que **elimina a necessidade de contratação de intermediários**. O seu desenho é definido de acordo com a necessidade apresentada pelos seus beneficiários.

A empresa estabelece junto com seus funcionários o formato do plano e define o credenciamento de médicos, hospitais, especialidades e abrangência da cobertura, os limites de utilização, os períodos de carência, a participação financeira que cabe a cada uma das partes.

Através do programa de autogestão de saúde, a empresa tem a possibilidade de um aumento real na qualidade agregada do benefício, pois o objetivo principal, nesse caso, é a saúde dos seus empregados. O que seria lucro nos planos comuns, reverte-se em mais benefícios para os usuários.

ESTRUTURA *:

- Pessoal integrante do quadro de funcionários dedicados exclusivamente as atividades típicas de gestão de um plano de saúde;
- Planejamento e controle financeiro
- Equipe de auditores médicos para análise das guias;
- Consultoria atuarial para viabilizar a manutenção da viabilidade econômica do Sistema;
- Investimento tecnológico em sistemas computacionais para gerenciamento de todo o esquema operacional;
- Cadastramento de usuários e controle de utilização;
- Emissão de Carteira de identificação;
- Emissão de Guia Médica para apresentar na hora do atendimento;
- Recebimento, processamento e pagamento dos atendimentos encaminhados pelos Hospitais e Clínicas conveniadas.
- Análise de dados com a finalidade de minimizar custos e para identificar ações com o objetivo de evitar abusos indevidos no uso dos recursos.

**Descrição
da
Solução**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Sistema Operacional: *

- Tabelas para remuneração dos serviços médicos.
- Desenvolvimento de negociações com as instituições médicas e fechamento de contratos, sendo os principais itens:
 - Recursos oferecidos;
 - Remuneração e forma de reajuste;
 - Horários.
- Controles internos sobre seus associados e a forma de utilização dos recursos oferecidos procurando maior eficiência na administração dos recursos existentes.
- Empregado paga participação nos eventos em saúde visando controle para evitar os excessos de utilização por um sistema de tabelamento relacionado ao tipo de evento;
- Análise para comparar os atendimentos e evitar possíveis excessos.
- Numa tentativa de evitar o custo de absenteísmo, oferecem ambulatorios com serviços próprios de atendimento médico.

*** Relação não exaustiva**

Exemplos: [TRT6](#), [TRT5](#), STJ, [STF](#), TST, [STM](#).

**Descrição
da
Solução**

2. De forma **TERCEIRIZADA**, mediante a contratação de uma parceria especializada para este fim.

- Serviços são efetuados através de **Associações Benéficas** ou **Fundações**, constituídas para gerar benefícios para os empregados, e por extensão, fazer a administração dessa modalidade de assistência médica, mediante **CONVÊNIO**. Exemplos: [Saúde ABAS](#), [GEAP](#), [ASSEFAZ](#).
- Serviços são efetuados por **Empresas Particulares** de administração de planos de saúde dessa natureza, contratadas especificamente para esse fim. Nesse caso é necessário firmar um **contrato de prestação de serviços, com todo o rigor das normas vigentes**.

Exemplos: [UNIDAS](#), [ELOSAÚDE](#)



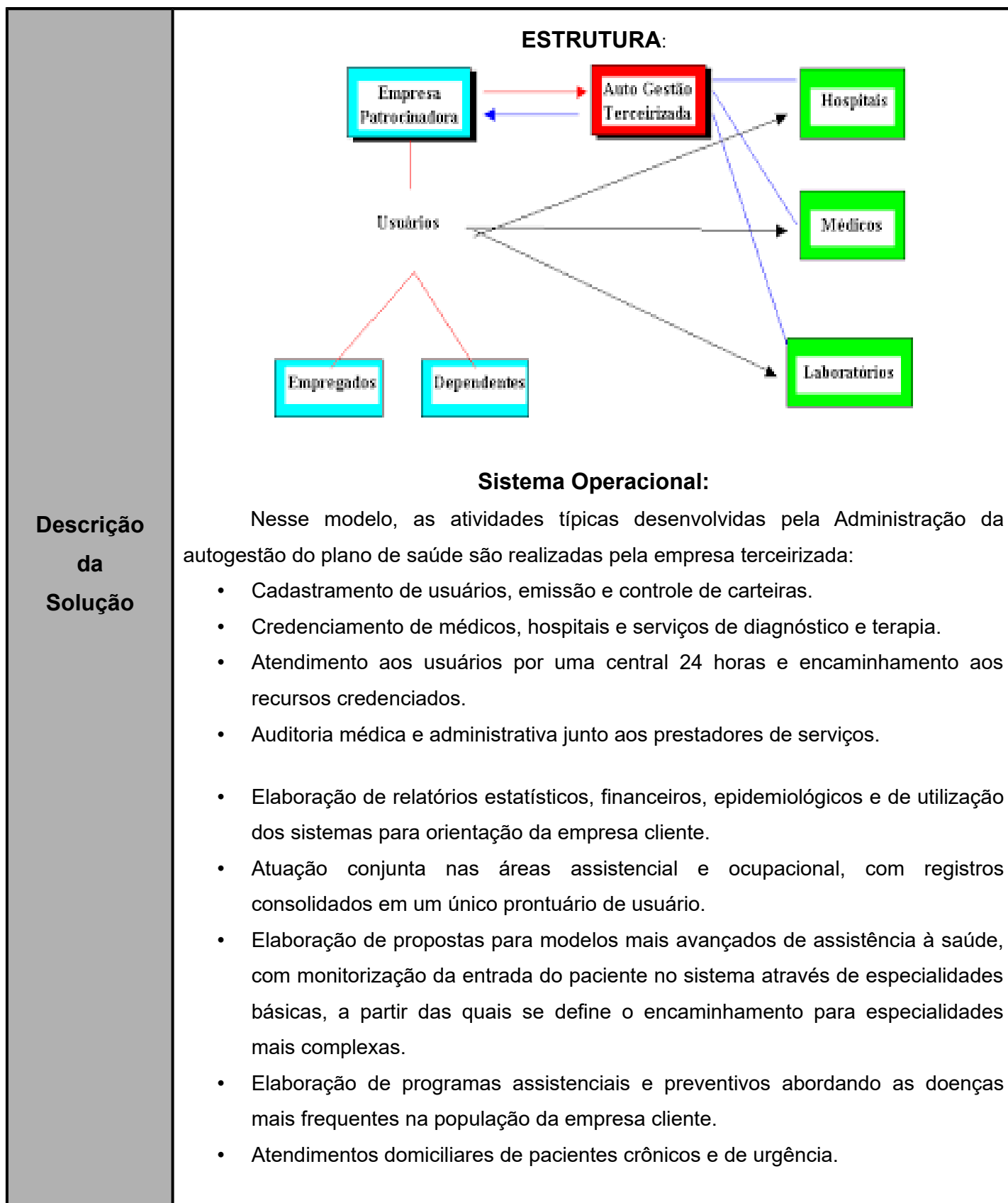


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

**Descrição
da
Solução**

Interface com a Empresa Patrocinadora:

- Guarda a filosofia da autogestão à medida que as diretrizes e normas do plano são sempre próprias e definidas pelo Cliente.
- Preserva a rede própria de cada Cliente, mantendo o pagamento à rede diretamente pela CONTRATANTE.
- Mantém a imagem do Cliente como gerenciador, através de formulários específicos e personalizados, livros e carteiras de beneficiários identificando somente o Cliente.
- Permite versatilidade para mudanças no plano, a critério do Patrocinador.
- Garante a independência futura do Cliente dos serviços da administradora.
- Presta serviços através da taxa administrativa desvinculada do custo assistencial.
- A Administradora não manipula os valores devidos à rede credenciada, gerando para a Empresa Contratante um ganho financeiro e economia tributária, e não é parte interessada nos contratos com a rede prestadora. A sua sistemática de auditoria de contas médicas permite, através de glosas legitimamente identificadas, uma economia geralmente equivalente ou superior aos valores de taxas administrativas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BERBEL, José Divanil Spósito. *Administração de programas de autogestão de saúde: gestão & controles.* São Paulo: Editora STS, 2000.

MATERIAL DE APOIO:

- 1º Seminário sobre a SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. **Apresentação STJ.**
- 1º Seminário sobre a SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. **Apresentação TST + UNIDAS**
- ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE - TRT5
- **ROSA, Tereza Cristina.** *GESTÃO DOS PLANOS DE SAÚDE NA MODALIDADE DE AUTOGESTÃO: ESTUDO DE CASO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL.*
- II Encontro de Autogestões em Saúde da Justiça do Trabalho (2025). Apresentação Mesa Redonda - Autogestões: TRT5, TRT6, TRT8 e TST.
- [Como montar Autogestão. UNIDAS](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

<p>Atendimento aos Requisitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> A solução atende a todos os requisitos da contratação especificados no item 6 deste documento. A solução atende a necessidade de prestação de assistência à saúde suplementar pelo TRT, por estar de acordo com o previsto no artigo 4º, inciso I, da Resolução CNJ nº 294/2019 				
<p>Escolhida?</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="311 689 416 757"></th><th data-bbox="416 689 1505 757">JUSTIFICATIVA</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="311 757 416 2089"> <p>NÃO</p> </td><td data-bbox="416 757 1505 2089"> <p>Em um sistema de autogestão a Administração é diretamente envolvida na gestão de todos os aspectos relacionados a implementação e suporte de um plano de saúde, exigindo um alto investimento financeiro e de tempo para adequar toda a estrutura necessária.</p> <p>A implantação da Autogestão de Saúde exigirá o cumprimento de uma série de etapas por parte da Administração. Nos itens a seguir estão relacionados alguns dos passos indispensáveis a referida implantação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover consulta pública para discussão do regulamento geral por servidores e magistrados; Criação de unidade administrativa com estrutura organizacional de Secretaria para gerenciamento do Plano de Autogestão de Saúde, devendo ser definidas as rotinas e os fluxos de informações da nova unidade (Secretaria de Assistência à Saúde); Contratar consultoria especializada em avaliação atuarial e financeira do plano com o objetivo de sugerir os prêmios, por faixa etária e por remuneração, suficientes para cobertura dos sinistros mensais e constituição das reservas financeiras. Capacitar o quadro de pessoal para a execução da gestão; Criar pessoa jurídica junto à Receita Federal; Credenciar os prestadores de serviços médicos e odontológicos Cadastrar os beneficiários e expedir as carteiras necessárias à utilização da rede credenciada; Contratar auditores especializados em saúde para fins de análise dos requerimentos de procedimentos e acompanhamento das internações. </td></tr> </tbody> </table>		JUSTIFICATIVA	<p>NÃO</p>	<p>Em um sistema de autogestão a Administração é diretamente envolvida na gestão de todos os aspectos relacionados a implementação e suporte de um plano de saúde, exigindo um alto investimento financeiro e de tempo para adequar toda a estrutura necessária.</p> <p>A implantação da Autogestão de Saúde exigirá o cumprimento de uma série de etapas por parte da Administração. Nos itens a seguir estão relacionados alguns dos passos indispensáveis a referida implantação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover consulta pública para discussão do regulamento geral por servidores e magistrados; Criação de unidade administrativa com estrutura organizacional de Secretaria para gerenciamento do Plano de Autogestão de Saúde, devendo ser definidas as rotinas e os fluxos de informações da nova unidade (Secretaria de Assistência à Saúde); Contratar consultoria especializada em avaliação atuarial e financeira do plano com o objetivo de sugerir os prêmios, por faixa etária e por remuneração, suficientes para cobertura dos sinistros mensais e constituição das reservas financeiras. Capacitar o quadro de pessoal para a execução da gestão; Criar pessoa jurídica junto à Receita Federal; Credenciar os prestadores de serviços médicos e odontológicos Cadastrar os beneficiários e expedir as carteiras necessárias à utilização da rede credenciada; Contratar auditores especializados em saúde para fins de análise dos requerimentos de procedimentos e acompanhamento das internações.
	JUSTIFICATIVA				
<p>NÃO</p>	<p>Em um sistema de autogestão a Administração é diretamente envolvida na gestão de todos os aspectos relacionados a implementação e suporte de um plano de saúde, exigindo um alto investimento financeiro e de tempo para adequar toda a estrutura necessária.</p> <p>A implantação da Autogestão de Saúde exigirá o cumprimento de uma série de etapas por parte da Administração. Nos itens a seguir estão relacionados alguns dos passos indispensáveis a referida implantação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover consulta pública para discussão do regulamento geral por servidores e magistrados; Criação de unidade administrativa com estrutura organizacional de Secretaria para gerenciamento do Plano de Autogestão de Saúde, devendo ser definidas as rotinas e os fluxos de informações da nova unidade (Secretaria de Assistência à Saúde); Contratar consultoria especializada em avaliação atuarial e financeira do plano com o objetivo de sugerir os prêmios, por faixa etária e por remuneração, suficientes para cobertura dos sinistros mensais e constituição das reservas financeiras. Capacitar o quadro de pessoal para a execução da gestão; Criar pessoa jurídica junto à Receita Federal; Credenciar os prestadores de serviços médicos e odontológicos Cadastrar os beneficiários e expedir as carteiras necessárias à utilização da rede credenciada; Contratar auditores especializados em saúde para fins de análise dos requerimentos de procedimentos e acompanhamento das internações. 				





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

<p>Escolhida?</p>	<p>NÃO</p>	<p>A partir do estudo realizado, vislumbra-se que esse sistema, em tese, pode ser vantajoso para a Administração e prover serviços de melhor qualidade para os beneficiários, considerando-se sobretudo o fato de não visar lucro. Porém, a implantação de tal Sistema demanda um estudo mais profundo para uma correta identificação das necessidades e dos recursos necessários, devendo ser elaborado por um grupo de trabalho multidisciplinar especificamente criado para tal finalidade, exigindo tempo e recursos para o processo de estruturação necessário.</p> <p>O chefe da Divisão de Assistência Indireta à Saúde deste Tribunal participou do II Encontro de Autogestões em Saúde da Justiça do Trabalho, realizado em Belém-PA, nos dias 03 e 04 de abril de 2025. Entre as apresentações realizadas, o gestor da Coordenadoria de Assistência Suplementar à Saúde do TRT 5 destacou várias dificuldades financeiras enfrentadas pela autogestão, resultando, inclusive, na retirada de valores do fundo de reserva. Essas dificuldades vão desde a financeirização da saúde, com a aquisição de hospitais e clínicas de imagem por grandes grupos econômicos, até o aumento da sinistralidade causado pelo envelhecimento dos beneficiários. Em função desses fatores, o último reajuste nas mensalidades foi de 23%, além de reajustar a tabela de coparticipações em alguns procedimentos, como por exemplo, internações. Esse cenário resulta em um aumento dos gastos na tentativa de reduzir o déficit financeiro. Como medida para contornar essa situação, tanto o TRT 5 quanto o TRT 8 estão adotando a contratação de empresas especializadas em APS - Atenção Primária à Saúde.</p> <p>Nesse mesmo evento o gestor da Coordenadoria de Saúde Complementar do TST também mencionou as dificuldades financeiras enfrentadas com o envelhecimento dos servidores, demora na substituição de servidores aposentados (sinistralidade atual de 110%), dificuldade no combate a fraudes e desperdícios, gerando uma perda de 35% em média.</p> <p>Quando o cenário apresentado é comparado com a realidade do TRT 4, a implementação dessa modalidade torna-se inviável a curto e médio prazo. A título exemplificativo, o TRT 5 iniciou os estudos em 2011, instituiu e regulamentou o sistema de autogestão em 2014 e 2015 (2 etapas).</p>
--------------------------	-------------------	--





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Escolhida?	NÃO	<p>Atualmente, há mais de 13.500 beneficiários apenas no plano de saúde, o que exigiria a alocação de um número significativo de servidores, além de treinamento especializado, para atuar na nova unidade administrativa. Considerando, ainda, que este TRT está atualmente submetido a restrições orçamentárias e de pessoal, além da questão temporal relacionada ao Contrato atual, cuja vigência se encerra em 31-10-2025, entende-se que a implantação de um Sistema de Autogestão em Saúde é inviável no momento.</p>
Vantagens x Desvantagens	<p>VANTAGENS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concepção do plano de acordo as características e necessidades da empresa • Interferência direta na administração do plano, na escolha dos credenciados e na prestação e utilização dos serviços. • Controle de custos mais preciso e confiável pois as tabelas são controladas e negociadas periodicamente. • O fato do empregado participar nos custos ajuda no controle. • Atendimento bastante pessoal sempre contribuirá para maior integração e dedicação com bons resultados para a empresa. • Admite a correção dos desvios e criação de novas alternativas, quando necessárias. • Só paga os serviços realmente efetuados. • Permite facilmente a incorporação de outras especialidades (odontologia, psicologia, fonoaudiologia) e serviços de (farmácias, óticas, material ortopédico, etc.) • Possibilita o desenvolvimento de programas de promoção e prevenção à saúde e de qualidade de vida • Facilita ações conjuntas com o programa de saúde ocupacional. • Faculta o estabelecimento de moderadores de utilização e reguladores de custos. • Melhora e imagem institucional, interna e externamente. <p>DESVANTAGENS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de investimento inicial alto para estruturação dos serviços • Participa com a quase totalidade dos custos. • Apesar dos controles, sempre haverá abusos gerando custos desnecessários. • Todas as responsabilidades recaem sobre a empresa. • Correr riscos com casos de tratamentos onerosos. 	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

<p>Vantagens x Desvantagens</p>	<ul style="list-style-type: none"> Existência de mais um departamento para gerir a saúde, irá ajudar a desviar a atenção dos objetivos principais da área de Recursos Humanos da organização. Escassez de gerenciadores especializados. Maior responsabilidade perante os usuários e a comunidade. A Judicialização de procedimentos negados é um dos principais desafios enfrentados, como fornecimento de medicamentos de alto custo, realização de cirurgias específicas, tratamentos experimentais e internações em instituições determinadas. Entre os impactos diretos da judicialização, destacam-se as despesas imprevistas, uma vez que decisões liminares favoráveis aos autores das ações obrigam as Autogestões a custear os tratamentos antes mesmo do trânsito em julgado, gerando um desequilíbrio atuarial que compromete a previsibilidade das despesas e impacta diretamente a sustentabilidade financeira das entidades, com o aumento expressivo da sinistralidade. Para mitigar essas consequências e reforçar a defesa nas ações judiciais, alguns tribunais, como o TRT da 8ª Região, contam com serviços terceirizados de assessoria jurídica.
<p>Necessidade de Adequação do Ambiente</p>	<p>Legal: Elaboração de Estatuto do plano de autogestão, com a definição de suas características e estrutura administrativa.</p> <p>Tecnológico: Implantação de sistema específico para gerenciamento de todas as atividades do plano, desde o cadastramento dos beneficiários até o faturamento e pagamento dos prestadores.</p> <p>Funcional e operacional: estrutura funcional dedicada ao gerenciamento do plano de saúde. Em um Tribunal do porte do TRT4, provavelmente uma Secretaria. Capacitação dos servidores, contratação de auditoria atuarial para análise de custos, contratação de auditoria médica para análise de requisições médicas, planejamento econômico-financeiro.</p> <p>Física: Espaço específico para as atividades relacionadas a administração do plano de saúde.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

FONTES ORÇAMENTÁRIAS:

O plano de autogestão utilizará duas fontes de recursos: a dotação da orçamentária da patrocinadora destinada a essa finalidade e as contribuições arrecadadas dos beneficiários.

Para garantia da viabilidade financeira, deve-se direcionar todo o crédito destinado à ação orçamentária “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes” (Auxílio Médico-Hospitalar), para a autogestão. Este crédito se constituirá na contribuição deste Regional como entidade patrocinadora da autogestão.

A destinação exclusiva dos créditos orçamentários para pagamento das faturas dos credenciados e outros contratos de serviços da autogestão provocam a cessação do pagamento do Auxílio Médico-Hospitalar a magistrados, pensionistas e servidores.

INVESTIMENTO:

Com os dados disponíveis não é possível estimar o valor a ser investido em todo o processo de inicialização e na posterior manutenção da estrutura do sistema de Autogestão. No entanto, é possível, com base nas informações coletadas, que será necessário, dentre outras ações:

- Criar **Fundo de Reserva** para cobrir despesas emergenciais. Em alguns tribunais, como no TST, a criação desse fundo exigiu a utilização das sobras orçamentárias destinadas à Saúde Suplementar nos **dois anos anteriores à implementação** do modelo de Autogestão.
- Estruturação de nova **unidade administrativa** exclusivamente dedicada para operar o Sistema de Autogestão em Saúde, que certamente provocará aumento nas despesas de custeio e provavelmente de capital (equipamentos). No TRT 5, por exemplo, a Coordenadoria responsável pela administração da Autogestão conta com **17 servidores**, os quais são responsáveis pelas atividades relacionadas a cadastros, atendimentos, busca de rede credenciada, conferência e pagamento das faturas para aproximadamente 7.000 beneficiários.

**Estimativa
do
valor
da
contratação**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

<p>Estimativa do valor da contratação</p>	<p>No que tange aos gastos imediatos estimáveis, há custos mensais decorrentes da necessidade de contratação de serviços já citados em itens anteriores. A título exemplificativo, seguem custos estimados pelo grupo de estudos do TRT5 em 2011 *:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de consultoria atuarial (imediato): R\$ 70.000,00; • Aquisição de sistema de Gestão em Saúde (imediato): R\$ 1.450.000,00 • Auditoria médica terceirizada (anual): R\$ 480.000,00 <p style="text-align: right;">* Disponível em:</p> <p>https://www.trt5.jus.br/sites/default/files/www/noticias/midias/2011/JUNHO/19380_estudo_implantacao_autogestao_trt5.pdf</p> <p>No TRT6, o custo com auditoria médica terceirizada em 2019 foi de R\$ 547.169,52. Esses valores correspondem ao serviço de auditoria destinado a uma média de 4.238 beneficiários.</p> <p>Além desse serviço, há outras contratações necessárias para o pleno funcionamento da Autogestão. No TRT6 além de auditoria médica, há também contratos com uma empresa de assessoria contábil, uma empresa de consultoria atuarial e dois sistemas: SIMPRO e BRASÍNDICE.</p> <p>Na Autogestão do TRT8, além de auditoria médica, também são contratados serviços terceirizados de Tecnologia da Informação, contabilidade e assessoria jurídica.</p> <p>Considerando todas as necessidades acima descritas, bem como o quantitativo de beneficiários vinculados ao plano atualmente contratado, cerca de 13.500, é possível concluir-se que a implementação de um sistema de Autogestão demandará um alto investimento. No entanto, um cálculo exato das despesas decorrentes somente seria possível por meio de um estudo específico para o cenário do TRT4.</p>
--	--





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

II. Contratação de Plano de Saúde Coletivo Empresarial ou de Seguro-Saúde

Descrição da Solução

O modelo atualmente adotado para a assistência à saúde suplementar no âmbito do TRT4 se dá na forma de contrato com **Operadora de Plano de Saúde Coletivo Empresarial**, o qual tem se demonstrado satisfatório, visto que o número de ocorrências de reclamações é irrelevante em comparação ao universo de usuários.

No entanto, entende a equipe de planejamento que o escopo da presente contratação pode ser ampliado para permitir a participação de **Sociedade Seguradora em planos privados de assistência à saúde**. Dessa forma é possível aumentar o espectro de possíveis concorrentes sem colocar em risco a amplitude e qualidade dos serviços oferecidos para os beneficiários, visto que tais Sociedades também estão submetidas a Legislação referente a Assistência à Saúde Suplementar.

Nesse contexto, sugere-se como solução a contratação de **Operadora de Plano de Saúde Coletivo Empresarial** ou de **Sociedade seguradora em planos privados de assistência à saúde**, devidamente registrada no órgão regulador (ANS - Agência Nacional de Saúde), com a finalidade de prestar assistência suplementar a saúde, observado o disposto na Lei nº 9.656/98, que regulamenta os planos de saúde e define a amplitude e os tipos de cobertura que podem ser oferecidos.

No caso da contratação ser efetivada com sociedade seguradora em planos privados de assistência à saúde, deverá ainda ser comprovada a sua regularidade junto à SUSEP (Superintendência dos Seguros Privados), conforme a [Lei nº 10.185/2001](#), que dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde.

Em que pese haver algumas diferenças de nomenclatura associadas a cada uma das modalidades (Plano de Saúde e Seguro-Saúde), o fato de ambas estarem obrigadas a observar a Lei nº 9.656/98, bem como as normas estipuladas pela ANS (Agência Nacional de Saúde), **as suas coberturas e limites são os mesmos**.

Considerando ainda, que a Administração pode estabelecer os requisitos que entender necessários à contratação, desde que respeitados os limites da legislação vigente, as Seguradoras em Saúde, caso tenham interesse em participar do certame, podem adaptar o seu “produto” para atender aos requisitos, da mesma forma que as Operadoras de Plano de Saúde.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

<p>Descrição da Solução</p>	<p>Definida a amplitude do mercado disponível para a contratação pretendida, passasse a discorrer sobre a modelagem da solução, conforme as opções no mercado.</p> <p>Existem dois modelos de contratação para a solução:</p> <p>A) Pré-pagamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Forma de contratação mais utilizada no Brasil, inclusive por este TRT. • Valor mensal por vida, podendo ter ou não algum tipo de coparticipação adicional quando da utilização dos serviços pelos beneficiários. • Reajuste após 12 meses, conforme contrato (índice inflação, sinistralidade,...). • Fatura mensal tende a estabilizar até o próximo reajuste. • O risco da utilização exagerada ou indevida do plano é absorvido pela operadora contratada. • O valor das mensalidades pode ser definido de duas formas: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Por faixa etária, conforme escalonamento definido pela ANS. Essa é a forma atualmente adotada por este Tribunal; ◦ Preço único, independentemente de faixa etária: Nesse modelo, atualmente as mensalidades deste TRT, considerando uma simulação baseado na média de todas as faixas etárias seriam de R\$ 673,72 para o plano semiprivativo e R\$ 1.076,50 para o plano privativo. A título de exemplo, quem adota essa modalidade é o TRE-RS, podendo os valores atuais serem verificados no PROAD nº 3417/2025 (fl. 338). <p>O plano pode ser com ou sem coparticipação nos serviços utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com coparticipação → Nesse caso deve-se definir se é um valor fixo ou um percentual do serviço utilizado, bem como se é aplicado para todos os serviços (integral) ou apenas para alguns (parcial), como por exemplo, apenas para as consultas. • Sem coparticipação → Apenas são pagas as mensalidades, sem nenhum outro custo adicional gerado pela utilização dos serviços. Cabe destacar que nessa opção, os valores das mensalidades são mais elevados, pois a operadora tenderá a compensar a ausência de coparticipação.
--	--





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

**Descrição
da
Solução**

B) Pós-pagamento:

- Também conhecido como Custo Operacional, é a forma adotada, por exemplo, pelo TRF4.
- Operadora cobra Taxa mensal por vida com base em percentual do uso.
- Todos os custos gerados pelos beneficiados são repassados pela operadora para a Contratante, portanto os **riscos da utilização sem controle do sistema são absorvidos pela Contratante**, que terá que se responsabilizar pela implementação das medidas necessárias para o controle do uso, evitando assim os custos excessivos. Tais custos terão que ser absorvidos pela Contratante e/ou repassados para os usuários. (**Risco é da Contratante**).
- Necessidade de estrutura adicional no Órgão, com a finalidade de analisar os custos gerados e definir ações a serem tomadas para evitar o uso desenfreado dos serviços de saúde, o que pode resultar na inviabilização da execução orçamentária por parte do Órgão, ou na sobrecarga financeira dos usuários em função dos repasses dos custos.
- Existe uma incerteza quanto ao valor das faturas, pois ocorrerá uma variação mensal em função do grau de utilização.
- A definição das **mensalidades**, bem como das **coparticipações** são de competência da Contratante, que deverá definir a forma de cálculo com base no grau de utilização (custo operacional), tendo que considerar variáveis de incerteza em função da variação do custo mensal gerado, bem como da efetividade dos controles implementados para a manutenção do uso racional por parte dos beneficiários. Para tanto terá que se preocupar diretamente com os custos gerados, por meio de análises constantes da utilização do plano, a **sinistralidade***.

*** Sinistralidade: a realização desenfreada de procedimentos, elevando os custos, comprometendo a gestão financeira da organização.**

- A contratação de um plano de saúde no modelo de pós-pagamento requer um maior envolvimento mais direto pela área da empresa responsável pela **Gestão** do contrato. Nesse modelo, as despesas oscilam de um mês para outro, e é possível que a área gestora seja mais demandada para explicar/justificar os motivos da oscilação de despesas.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

<p>Descrição da Solução</p>	<ul style="list-style-type: none"> A gestão do plano, no modelo de pós-pagamento deve ser mais focada na gestão dos custos e da utilização dos procedimentos, com envolvimento constante dos gestores, ao invés de uma gestão mais focada nos prêmios pagos e na sinistralidade do contrato, com envolvimento maior dos gestores apenas no período do reajuste do contrato. <p>Principais diferenças dos modelos de contratação:</p> <ol style="list-style-type: none"> Responsabilidade pela absorção do risco derivado do uso: <ul style="list-style-type: none"> Pré-pagamento: Operadora Contratada; Pós-pagamento: Contratante. Momento em que a Contratante quer reconhecer as despesas geradas, ou seja, durante o ano, conforme elas são pagas e repassadas pela administradora do plano (pós-pagamento), ou na data base do reajuste contratual (pré-pagamento). 				
<p>Atendimento aos Requisitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> A solução atende a todos os requisitos da contratação especificados no item 6 deste documento. A solução atende a necessidade de prestação de assistência à saúde suplementar pelo TRT, por estar de acordo com o previsto no artigo 4º, inciso II, da Resolução CNJ nº 294/2019 				
<p>Escolhida?</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="311 1348 403 1406"></th><th data-bbox="403 1348 1505 1406">JUSTIFICATIVA</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="311 1406 403 2089">SIM</td><td data-bbox="403 1406 1505 2089"> <p>A contratação de plano de saúde coletivo empresarial ou de Seguro-saúde, na modalidade de pré-pagamento, com mensalidades escalonadas por faixa etária e com coparticipação apenas nas consultas, é a opção que congrega mais vantagens para a Administração e para os usuários do serviço pelas seguintes razões:</p> <ol style="list-style-type: none"> Modelo conhecido, por ser a solução atualmente adotada neste Tribunal; Enquadramento jurídico adequado de contratação e de assistência à saúde do TRT4; Amolda-se às condições de gestão e fiscalização condizentes com a atual realidade orçamentária e de pessoal do Tribunal; Garante acesso a uma ampla gama de serviços de saúde com regulamentação consolidada, a um custo fixo e previsível, tanto para a Administração, quanto para os beneficiários; </td></tr> </tbody> </table>		JUSTIFICATIVA	SIM	<p>A contratação de plano de saúde coletivo empresarial ou de Seguro-saúde, na modalidade de pré-pagamento, com mensalidades escalonadas por faixa etária e com coparticipação apenas nas consultas, é a opção que congrega mais vantagens para a Administração e para os usuários do serviço pelas seguintes razões:</p> <ol style="list-style-type: none"> Modelo conhecido, por ser a solução atualmente adotada neste Tribunal; Enquadramento jurídico adequado de contratação e de assistência à saúde do TRT4; Amolda-se às condições de gestão e fiscalização condizentes com a atual realidade orçamentária e de pessoal do Tribunal; Garante acesso a uma ampla gama de serviços de saúde com regulamentação consolidada, a um custo fixo e previsível, tanto para a Administração, quanto para os beneficiários;
	JUSTIFICATIVA				
SIM	<p>A contratação de plano de saúde coletivo empresarial ou de Seguro-saúde, na modalidade de pré-pagamento, com mensalidades escalonadas por faixa etária e com coparticipação apenas nas consultas, é a opção que congrega mais vantagens para a Administração e para os usuários do serviço pelas seguintes razões:</p> <ol style="list-style-type: none"> Modelo conhecido, por ser a solução atualmente adotada neste Tribunal; Enquadramento jurídico adequado de contratação e de assistência à saúde do TRT4; Amolda-se às condições de gestão e fiscalização condizentes com a atual realidade orçamentária e de pessoal do Tribunal; Garante acesso a uma ampla gama de serviços de saúde com regulamentação consolidada, a um custo fixo e previsível, tanto para a Administração, quanto para os beneficiários; 				





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Escolhida?	SIM	<p>d) Permite flexibilidade ao longo da execução do contrato, com a inclusão de novos serviços que venham a ser demandados pelos beneficiários, desde que previsto em cláusula contratual e regulamentados pela Agência Nacional de Saúde;</p> <p>e) Permite, em razão do elevado número de beneficiários, maior poder de negociação junto à CONTRATADA;</p> <p>f) Para a contratação dos serviços em comento, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.</p>
Vantagens x Desvantagens		<p>VANTAGENS:</p> <p>Conhecimento histórico de possíveis riscos decorrentes de um processo licitatório dessa natureza.</p> <p>O Tribunal não necessitará alterar a sua estrutura funcional e processos de trabalho para executar as atividades administrativas relacionadas ao gerenciamento de um plano de saúde.</p> <p>O atual modelo adotado tem se demonstrado satisfatório quanto à amplitude e qualidade dos serviços oferecidos para os beneficiários, visto que o número de ocorrências de reclamações é irrelevante em comparação ao universo de usuários.</p> <p>DESVANTAGENS:</p> <p>Concorrência limitada devido à pouca quantidade de prestadores que consigam comprovar as competências necessárias para a prestação do serviço.</p>
Estimativa do valor da contratação		<p>Considerando as projeções das tabelas de mensalidades, somadas a estimativa de consultas, considerando um aumento de 30%, conforme memórias de cálculo disponíveis no PROAD nº 3417/2025 (fls. 473/492), o valor inicial a ser despendido para 30 meses de contratação será de R\$ 398.863.938,30, sem considerar os índices de reajustes a serem aplicados sobre o valor inicial do contrato, bem como o incremento equivalente à taxa de crescimento vegetativo dos beneficiários, que no ano de 2024 foi de 1,6%.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução para a demanda de contratação de serviço de assistência à saúde para a prestação de assistência médica compreende a contratação de operadora de plano de saúde coletivo empresarial ou de Sociedade Seguradora em plano privado de assistência à saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde.

No caso da contratação ser efetivada com sociedade seguradora em planos privados de assistência à saúde, deverá ainda ser comprovada a sua regularidade junto à SUSEP (Superintendência dos Seguros Privados), conforme a [Lei nº 10.185/2001](#), que dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde.

O rol dos serviços a serem ofertados pela contratada estarão em conformidade com o disposto nos artigos 10 a 12 da [Lei nº 9.656/1998](#), que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, ressalvadas as especificações contratuais a serem definidas no Termo de Referência.

A gestão da contratação será centralizada pelo órgão e a opção selecionada não admite o parcelamento do objeto.

Na solução escolhida, os magistrados (ativos e inativos), servidores (ativos e inativos) e pensionistas interessados em fazer uso do plano de saúde solicitam sua inclusão (livre adesão) no rol de beneficiários do plano de saúde por meio de formulário próprio, indicando o plano escolhido (semiprivativo ou privativo) e autorizam o desconto em folha de pagamento do valor correspondente da mensalidade, de acordo com a faixa etária, bem como da coparticipação nas consultas médicas realizadas e também de eventuais itens extras a serem ofertados pela operadora. O modelo escolhido é o de pré-pagamento.

A área responsável solicitará a inclusão dos interessados na relação de beneficiários do plano, de acordo com os prazos a serem definidos junto a contratada. Os beneficiários também poderão indicar os dependentes a serem incluídos no plano de saúde, de acordo com as diretrizes estabelecidas na [Portaria TRT4 nº 1.198/2022](#).

A gestão dos beneficiários do plano será realizada pela área responsável e se dará por meio de relatórios fornecidos pela contratada para que possam ser realizadas as devidas cobranças dos usuários.

Os beneficiários do plano de saúde atual, cujo contrato se encerra em 31/10/2025 deverão manifestar-se a respeito do interesse em não permanecer no plano de saúde a ser ofertado pela empresa ganhadora do certame, sendo necessário o envio de formulário formalizando a opção de exclusão.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

A contratada deverá fornecer planilhas em formato editável e garantir que os dados possam ser migrados para outros sistemas a fim de que a área técnica possa realizar a gestão adequada das informações. Os prazos e as responsabilidades para solução das demandas que surgirem durante a execução do contrato serão especificados no Termo de Referência.

A prestação do serviço contratado iniciar-se-á em 01/11/2025 e vigorará por **30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133 de 2021](#).

Justifica-se a adoção do prazo acima tendo em vista a possibilidade de ganho de escala na contratação, trazido pela certeza de a futura contratada poder diluir custos em período de tempo maior.

Outra vantagem para a Administração é a redução do número de prorrogações contratuais ou mesmo de realização de novas contratações a cada 12 (doze) meses.

Assim, considerando sua natureza continuada e os custos envolvidos com a realização de novas contratações, havendo adequada prestação do serviço, uma contratação mais longa mostra-se a opção mais vantajosa à Administração.

A respeito da qualidade dos serviços, cabe registrar que a [Instrução Normativa nº 05/2017](#), que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e é referência como boa prática a ser implementada na gestão de contratações, estabelece que a fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços ([item IX do Anexo I da IN 05/2017](#))

O IMR, segundo a referida norma, é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

A utilização desse instrumento é apropriada para serviços em que a qualidade é elemento essencial do objeto, sem o qual o serviço, mesmo prestado na sua totalidade, não se mostra adequado. Para que isso seja possível, é fundamental que a natureza dos serviços a serem contratados possibilite a aferição da qualidade em que será prestado. No presente caso, a contratação trata da prestação continuada de serviços de assistência à saúde, na forma de plano privado de assistência à saúde, na qual os usuários são magistrados, servidores e demais beneficiários previstos na [Portaria TRT4 nº 1.198/2022](#).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

A qualidade do serviço prestado se dá na relação entre médico e paciente, o que impossibilita a definição de critérios objetivos para realizar tal medição. Ademais, o usuário terá a sua disposição uma ampla rede de atendimento, sendo de livre escolha do beneficiário o profissional ou unidade de saúde em que buscará atendimento.

Diferentemente da avaliação de qualidade referida anteriormente, a disponibilidade dos serviços médicos, clínicos e laboratoriais, entre outros, é obrigação da contratada nos termos que serão estabelecidos no Termo de Referência, quando da definição do modelo de execução do objeto. Eventuais descumprimentos por parte da contratada serão apurados pela fiscalização no curso da execução do contrato e, caso observados, serão realizados os devidos procedimentos para aplicação de sanções, quando for o caso. Por tais razões, entende-se que na presente contratação o IMR é dispensável.

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O serviço será prestado aos beneficiários regularmente inscritos no Programa de Assistência à Saúde Suplementar do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que totalizam **13.645** vidas, sendo **5.251 Titulares** e **8.394 dependentes**, com distribuição escalonada por modalidade de plano e faixa etária, conforme tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA	PLANO SEMIPRIVATIVO		PLANO PRIVATIVO	
	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES	Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES
0 – 18	3	1.886	0	290
19 – 23	4	537	1	36
24 – 28	23	564	27	30
29 – 33	116	478	28	27
34 – 38	273	475	58	50
39 – 43	606	574	105	63
44 – 48	583	530	68	50
49 – 53	471	371	55	49
54 – 58	554	306	43	28
59 ou +	1.939	1.866	294	184
TOTAIS:	4.572	7.587	679	807
Total por modalidade:	12.159		1.486	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

A quantidade corresponde aos beneficiários do Plano de Saúde atualmente contratado (base **MAIO/2025**), podendo sofrer alterações, inclusive antes do início da prestação do serviço.

Estima-se, também, a realização mensal de **9.582 consultas médicas**, com base na **mediana** calculada entre os meses de *junho de 2024 e maio de 2025*, podendo variar em razão da utilização.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Uma vez que o objeto não permite sua divisão em parcelas técnica e economicamente viáveis, respeitadas a sua integralidade e interdependência técnica-operacional, não se entende possível o parcelamento do objeto sem **prejuízos da continuidade, adequabilidade, compatibilidade e funcionalidade do objeto**. (g.n.)

Considerem-se, ainda, os benefícios do **gerenciamento centralizado**, vantagem para a Administração com a **economicidade** e o **ganho em economia de escala**, conforme entendimento da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União. (g.n.)

Têm-se ainda que, o objeto ora requerido tem caráter técnico altamente especializado, com restrição de prestadores no mercado que dispõe de capacidade e conhecimento para executá-lo.

Pelas razões expostas, recomenda-se o **não parcelamento do objeto**.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Tipo	Detalhamento
Ganho de produtividade	<p>A manutenção de um serviço de assistência à saúde para os magistrados, servidores e dependentes, por certo, é fundamental para o desempenho de suas atribuições funcionais, permitindo que a Administração não comprometa a continuidade de suas atividades.</p> <p>Com efeito, tal serviço é fator diferencial na qualidade de vida dos seus colaboradores e propicia a tranquilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades laborais, favorecendo um <u>baixo índice de absenteísmo</u>. Logo, oferecer um plano de saúde adequado, além de contribuir para a preservação da saúde do quadro de pessoal do Tribunal, incentiva a manutenção da motivação e comprometimento dos magistrados e servidores em suas atividades laborais, além de <u>minimizar os fatores de risco que podem levar ao afastamento do desempenho de suas funções</u>, o que gera como consequências a perda da qualidade e da celeridade na prestação jurisdicional.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

<p>Cumprimento de determinação legal e/ou administrativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atender o previsto na Resolução CNJ 207/2015 que Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. • Cumprir os termos da Resolução CNJ nº 294/2019 que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário. • Contribuir com a promoção da saúde de magistrados e servidores, com o objetivo de alcançar os macrodesafios estabelecidos na Estratégia Judiciário 2026, a teor da Resolução CNJ nº 325/2020. • Garantir a continuidade da prestação de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar prevista pelo Programa de Assistência à Saúde Suplementar (PASS) instituído pela PORTARIA - GP.TRT4 n. 1.198-2022.
<p>Economicidade</p>	<p>Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal.</p>

14. CARACTERIZAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

Segundo o TCU, “o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua **essencialidade** para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para **manter o funcionamento das atividades finalísticas** do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.” (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008).

Tendo em vista a necessidade de cumprimento das diretrizes definidas pela Resolução CNJ nº 294/2019, que determina que os órgãos do Poder Judiciário instituem programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores, o serviço de **assistência à saúde caracteriza-se como de natureza continuada** em razão da necessidade de a Administração dispor de prestador capaz de oferecer o referido serviço aos magistrados, servidores e dependentes.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Tipo	Detalhamento
Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> Dependendo dos procedimentos a serem implementados para a tramitação dos dados entre o Tribunal e a Contratada, poderá ser necessária alteração do <i>Programa de Apoio ao Plano de Saúde (PAPS)</i>, desenvolvido pela SETIC, para adaptação ao modelo de processo adotado. Poderá ser necessária a adaptação da FolhaWeb, na hipótese de criação de novas rubricas para efetivação das cobranças aos servidores e magistrados, nos termos do Contrato.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

<p>Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?</p>	<p>Sim</p>	<p>Justificativa:</p> <p>A presente contratação objetiva atender a Resolução CNJ nº 294/2019, que trata da obrigatoriedade dos Tribunais em instituir programa de assistência à saúde suplementar de magistrados e servidores e está prevista no Plano de Gestão das Contratações de 2025 do TRT4.</p>
		<p>Entende-se que a solução encontrada para a demanda, qual seja, a contratação de Plano de Saúde Coletivo Empresarial ou de Seguro-Saúde, modalidade prevista no artigo 4º, inciso II, do referido ato normativo, atende de forma satisfatória às necessidades da Administração sem restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação. Além disso, a opção escolhida busca atender a demanda da forma mais vantajosa para a Administração e os beneficiários do programa, ressaltando os princípios da eficácia, da economicidade e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.</p> <p>A opção escolhida é a que já vem sendo utilizada por este Regional nas últimas contratações com o mesmo objeto e que tem atendido de forma satisfatória aos objetivos pretendido pela norma do Conselho Nacional de Justiça.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Assim sendo, a contratação de **Plano de Saúde Coletivo Empresarial** ou de **Seguro-Saúde**, atende aos requisitos necessários para atendimento da demanda do Tribunal, conforme justificado no [item 9](#) deste documento.

Equipe de Planejamento da Contratação

Luiz André da Costa Dorneles
 Integrante Requisitante

Bruno Toyota Souza Costa
 Integrante Demandante

Fabiana da Silva Perdomo
Integrante da Secretaria de Saúde e Assistência





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

MAPA DE RISCOS

Objeto a ser contratado:

Contratação de **serviço de assistência à saúde** para a prestação de assistência médica, garantindo coberturas de serviços médico-hospitalares de assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica, tratamentos, exames complementares, internações hospitalares e demais serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, incluindo centro de terapia intensiva, tanto em caráter eletivo, emergencial e de urgência, em hospitais e clínicas próprias, conveniadas ou referenciadas, no âmbito de todo o território nacional, das doenças reconhecidas ou que vierem a ser reconhecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde e/ou pela Agência Nacional de Saúde (ANS), sem excluir doenças preexistentes, crônicas ou congênitas.

Risco 1

Descrição do risco:	Interrupção do serviço pelo atraso na realização do certame.		
Tipo:	<input type="radio"/> Risco da Solução	<input checked="" type="radio"/> Risco do Processo de Contratação	
Probabilidade:	<input checked="" type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixo	<input type="radio"/> Médio	<input checked="" type="radio"/> Alto
Dano potencial:	Ausência de recebimento do objeto até o início da vigência da contratação pretendida.		
Ação Preventiva e Responsável:	Planejamento antecipado do processo de contratação <i>Responsável:</i> Bruno Toyota Souza Costa - Gestor a ser designado.		
Ação de Contingência e Responsável:	Prorrogação do contrato em vigor, com fundamento no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993. <i>Responsável:</i> Fabiana da Silva Perdomo (SeSAÚDE) - Gestora atual do contrato		

Risco 2

Descrição do risco:	Contratação de prestadora incapaz de executar o contrato por falta de qualificação econômico-financeira e/ou técnica adequadas.		
Tipo:	<input type="radio"/> Risco da Solução	<input checked="" type="radio"/> Risco do Processo de Contratação	
Probabilidade:	<input checked="" type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixo	<input type="radio"/> Médio	<input checked="" type="radio"/> Alto
Dano potencial	1. Não Obtenção do objeto contratado; 2. Descumprimento pela contratada de obrigações do contrato.		
Ação Preventiva e Responsável:	Solicitação de capacidade técnica e econômica compatíveis no Edital. <i>Responsáveis:</i> Bruno Toyota Souza Costa (DAIS/SeSAÚDE) e Secretaria de Administração (SA).		
Ação de Contingência e Responsável:	Rescisão do contrato e contratação da segunda colocada na licitação. <i>Responsáveis:</i> SeSAÚDE e SA		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Risco 3	
Descrição do risco:	Ausência de interessados na licitação.
Tipo:	<input type="radio"/> Risco da Solução <input checked="" type="radio"/> Risco do Processo de Contratação
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa <input type="radio"/> Média <input checked="" type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixo <input type="radio"/> Médio <input checked="" type="radio"/> Alto
Dano potencial	Ausência de recebimento do objeto até a data em que o serviço deve iniciar.
Ação Preventiva e Responsável:	Realização de novo procedimento licitatório, revendo as especificações <i>Responsável: SeSAÚDE e SA</i>
Ação de Contingência e Responsável:	Elaboração de Termo de Referência e Edital com exigências compatíveis com a prática de mercado. <i>Responsáveis: SeSAÚDE e SA</i>
Risco 4	
Descrição do risco:	Aumento exorbitante do custo da contratação
Tipo:	<input checked="" type="radio"/> Risco da Solução <input type="radio"/> Risco do Processo de Contratação
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa <input checked="" type="radio"/> Média <input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixo <input type="radio"/> Médio <input checked="" type="radio"/> Alto
Dano potencial	Elevação das despesas, em contraposição ao cenário de contenção de gastos.
Ação Preventiva e Responsável:	Correta apuração de preço referencial. <i>Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação</i>
Ação de Contingência e Responsável:	Redução do objeto contratado, mesmo em prejuízo a perfeição do serviço, negociação com a contratada e não prorrogação contratual. <i>Responsável: Bruno Toyota Souza Costa (DAIS/SeSAÚDE)</i>
Risco 5	
Descrição do risco:	Impossibilidade de aplicação das penalidades devido a definição de cláusulas de penalidades genéricas.
Tipo:	<input checked="" type="radio"/> Risco da Solução <input type="radio"/> Risco do Processo de Contratação
Probabilidade:	<input checked="" type="radio"/> Baixa <input type="radio"/> Média <input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="radio"/> Baixo <input type="radio"/> Médio <input type="radio"/> Alto
Dano potencial	Impossibilidade de induzir o contrato a voltar à normalidade em caso de desconformidade na execução.
Ação Preventiva e Responsável:	Correta definição das cláusulas de penalidades: vinculação, rigor, aferição, cálculo. <i>Responsáveis: SeSAÚDE e SA</i>
Ação de Contingência e Responsável:	Realizar aditivo contratual para inclusão de cláusula que corrija a situação. <i>Responsáveis: SeSAÚDE e SA</i>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Risco 6

Descrição do risco:	Rescisão contratual por cumprimento irregular de cláusulas contratuais.		
Tipo:	<input checked="" type="radio"/> Risco da Solução	<input type="radio"/> Risco do Processo de Contratação	
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixo	<input type="radio"/> Médio	<input checked="" type="radio"/> Alto
Dano potencial	Paralisação do serviço.		
Ação Preventiva e Responsável:	Acompanhamento constante da execução do contrato. <i>Responsável:</i> Luiz André da Costa Dorneles (SeSaude/DAIS) – Fiscal a ser designado		
Ação de Contingência e Responsável:	1. Convocar o segundo colocado no Certame; 2. Processo de contratação emergencial, com base no inciso VIII, do art. 75 da Lei nº 13.144/2021. <i>Responsáveis:</i> SeSaúde e SA		

Risco 7

Descrição do risco:	Requisitos/Especificação da Contratação que possam ser erroneamente interpretados pelos licitantes.		
Tipo:	<input checked="" type="radio"/> Risco da Solução	<input type="radio"/> Risco do Processo de Contratação	
Probabilidade:	<input checked="" type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="radio"/> Baixo	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Alto
Dano potencial	Atraso no Processo de Licitação devido à necessidade de alterações do Termo de Referência.		
Ação Preventiva e Responsável:	Elaborar o TR de forma clara e concisa. <i>Responsável:</i> DAIS/SeSaúde		
Ação de Contingência e Responsável:	Análise do TR a fim de identificar pontos que possam ser questionados e se for o caso, encaminhar para alteração por parte do Requiritante <i>Responsável:</i> DAIS/SeSaúde		

Risco 8

Descrição do risco:	Entrega das faturas em desacordo com os meios e prazos previstos.		
Tipo:	<input checked="" type="radio"/> Risco da Solução	<input type="radio"/> Risco do Processo de Contratação	
Probabilidade:	<input checked="" type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="radio"/> Baixo	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Alto
Dano potencial	Tempo insuficiente para análise e processamento das faturas, impossibilitando o pagamento conforme definido no Contrato.		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PROAD nº 3416/2025

Interessada: **Secretaria de Saúde e Assistência - TRT4**

Assunto: **SeSaúde : DAIS - Contratação de Serviço: Assistência Médico-Hospitalar**

Ação Preventiva e Responsável:	Prever no TR a entrega da fatura até o 2º dia útil do mês de competência <i>Responsável: DAIS/SeSaúde</i>
Ação de Contingência e Responsável:	Aplicação de sanção, conforme definido no IMR <i>Responsável: DAIS/SeSAÚDE e SA</i>
<p style="text-align: center;">Equipe de Planejamento da Contratação</p>	
<p style="text-align: center;"><i>Documento assinado digitalmente</i> Luiz André da Costa Dorneles Integrante Requisitante</p>	<p style="text-align: center;"><i>Documento assinado digitalmente</i> Fabiana da Silva Perdomo Integrante da Secretaria de Saúde e Assistência</p>
<p style="text-align: center;"><i>Documento assinado digitalmente</i> Bruno Toyota Souza Costa Chefe da Divisão de Assistência Indireta à Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Integrante Demandante</p>	





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Anexo VII - FORMULÁRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de Serviço de Assistência à Saúde Médico-Hospitalar

Unidade Requiritante:	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA INDIRETA À SAÚDE SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA	Responsável(is) pela pesquisa de preços:	Luiz André da Costa Dorneles Bruno Toyota Souza Costa
------------------------------	--	---	--

PLANO SEMIPRIVATIVO (COLETIVO/ENFERMARIA)

(A) Faixa Etária	(B) Nº de Titulares	(C) Nº de Dependentes	Beneficiários (B+C)	Tabela de Referência Regional (RS) Fonte 1 (fl. 483 - Proad 3417/2025) (1)	Tabela Atual TRT4 x 39,41% Fonte 2 (fl. 485 - Proad 3417/2025) (2)	Tabela Atual TRT4 x 20% Fonte 3 (fl. 486 - Proad 3417/2025) (3)	Tabela Atual TRT4 x 40% Fonte 4 (fl. 488 - Proad 3417/2025) (4)	Metodologia de Cálculo (5)	(D) Valor Unitário Estimado (R\$)	(E) Valor Total Estimado (R\$) ((B+C)xD)
0-18	3	1.886	1.889	R\$ 339,83	R\$ 400,29	R\$ 344,56	R\$ 401,98	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 373,27	R\$ 705.107,03
19-23	4	537	541	R\$ 429,81	R\$ 472,53	R\$ 406,74	R\$ 474,53	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 440,64	R\$ 238.386,24
24-28	23	564	587	R\$ 507,42	R\$ 520,89	R\$ 448,37	R\$ 523,10	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 485,73	R\$ 285.123,51



29-33	116	478	594	R\$ 580,95	R\$ 584,24	R\$ 502,90	R\$ 586,71	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 544,80	R\$ 323.611,20
34-38	273	475	748	R\$ 614,26	R\$ 650,85	R\$ 560,23	R\$ 653,60	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 606,92	R\$ 453.976,16
39-43	606	574	1180	R\$ 674,81	R\$ 732,11	R\$ 630,18	R\$ 735,21	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 682,70	R\$ 805.586,00
44-48	583	530	1113	R\$ 833,02	R\$ 772,57	R\$ 665,00	R\$ 775,84	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 720,42	R\$ 801.827,46
49-53	471	371	842	R\$ 917,92	R\$ 955,85	R\$ 822,77	R\$ 959,90	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 891,33	R\$ 750.499,86
54-58	554	306	860	R\$ 1.264,66	R\$ 1.170,99	R\$ 1.007,95	R\$ 1.175,94	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 1.091,95	R\$ 939.077,00
59 ou +	1.939	1.866	3.805	R\$ 1.939,84	R\$ 1.504,94	R\$ 1.295,41	R\$ 1.511,31	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 1.403,36	R\$ 5.339.784,80
TOTAIS:	4.572	7.587	12.159						Valor Total Estimado (R\$)	R\$ 10.642.979,26
PLANO PRIVATIVO (INDIVIDUAL/APARTAMENTO)										
(A) Faixa Etária	(B) Nº de Titulares	(C) Nº de Dependentes	Beneficiários (B+C)	Tabela de Referência Regional (RS) Fonte 1 (fl. 483 - Proad 3417/2025) (1)	Tabela Atual TRT4 x 39,41% Fonte 2 (fl. 485 - Proad 3417/2025) (2)	Tabela Atual TRT4 x 20% Fonte 3 (fl. 486 - Proad 3417/2025) (3)	Tabela Atual TRT4 x 40% Fonte 4 (fl. 488 - Proad 3417/2025) (4)	Metodologia de Cálculo (5)	(D) Valor Unitário Estimado (R\$)	(E) Valor Total Estimado (R\$) ((B+C)x(D))
0-18	0	290	290	R\$ 465,20	R\$ 646,53	R\$ 556,51	R\$ 649,26	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 602,88	R\$ 174.835,20



19-23	1	36	37	R\$ 571,39	R\$ 775,19	R\$ 667,26	R\$ 778,47	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 722,86	R\$ 26.745,82
24-28	27	30	57	R\$ 663,51	R\$ 850,02	R\$ 731,68	R\$ 853,62	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 792,64	R\$ 45.180,48
29-33	28	27	55	R\$ 762,26	R\$ 974,11	R\$ 838,49	R\$ 978,24	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 908,36	R\$ 49.959,80
34-38	58	50	108	R\$ 840,63	R\$ 1.052,74	R\$ 906,17	R\$ 1.057,20	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 981,68	R\$ 106.021,44
39-43	105	63	168	R\$ 930,87	R\$ 1.169,48	R\$ 1.006,66	R\$ 1.174,43	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 1.090,54	R\$ 183.210,72
44-48	68	50	118	R\$ 1.141,00	R\$ 1.272,91	R\$ 1.095,68	R\$ 1.278,30	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 1.186,99	R\$ 140.064,82
49-53	55	49	104	R\$ 1.248,21	R\$ 1.560,61	R\$ 1.343,33	R\$ 1.567,22	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 1.455,27	R\$ 151.348,08
54-58	43	28	71	R\$ 1.702,06	R\$ 1.931,25	R\$ 1.662,36	R\$ 1.939,42	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 1.800,89	R\$ 127.863,19
59 ou +	294	184	478	R\$ 2.506,35	R\$ 2.410,29	R\$ 2.074,70	R\$ 2.420,49	Contrato Atual TRT4 x 30%	R\$ 2.247,59	R\$ 1.074.348,02
TOTAIS:	679	807	1.486						Valor Total Estimado (R\$)	R\$ 2.079.577,57
Valor Total Estimado Mensal										R\$ 12.722.556,83
Valor Total Estimado para 12 meses										R\$ 152.670.681,96
Valor Total Estimado para 30 meses										R\$ 381.676.704,90



Valor Coparticipação Estimado (consulta)	Contrato Atual x 30%	Número de Consultas (6)	Valor Mensal Estimado	Valor Total Estimado para 12 meses
	R\$ 59,79	9.582	R\$ 572.907,78	R\$ 6.874.893,36
Valor Total Estimado (da contratação) para 12 meses				R\$ 159.545.575,32
Valor Total Estimado (da contratação) para 30 meses				R\$ 398.863.938,30
Data do Orçamento Estimado				30/05/2025

Observações:

- (1) Fonte obtida através de valores médios e medianos do agrupamento dos contratos atuais das entidades SINTRAJUFE/RS, AFCEEE, UFRGS E SINPRO/RS (fls. 480-482 - - Proad 3417/2025);
- (2) Fonte obtida aplicando-se a média percentual (39,41%) da fonte 1 sobre os valores do Contrato Atual do TRT4 (fls. 484-485 - Proad 3417/2025);
- (3) Fonte obtida aplicando-se uma projeção de 20% sobre os valores do Contrato Atual do TRT4 (fl. 486 - Proad 3417/2025);
- (4) Fonte obtida aplicando-se uma projeção de 40% sobre os valores do Contrato Atual do TRT4 (fl. 488 - Proad 3417/2025);
- (5) Método de cálculo adotado pela aplicação de 30% sobre os valores do Contrato Atual do TRT4 (fls. 487; 489 - Proad 3417/2025).
- (6) Valor da mediana da quantidade de consultas do período compreendido entre junho/2024 e maio2025 (fls. 489; 491 - Proad 3417/2025).

CONTRATO ATUAL TRT4 - Nº 92/2020					
(A) Faixa Etária	(B) Nº de Titulares	(C) Nº de Dependentes	Beneficiários (B+C)	Tabela Atual TRT4 - Semiprivativo	Tabela Atual TRT4 - Privativo
0-18	3	2.176	2.179	R\$ 287,13	R\$ 463,76
19-23	5	573	578	R\$ 338,95	R\$ 556,05
24-28	50	594	644	R\$ 373,64	R\$ 609,73



29-33	144	505	649	R\$ 419,08	R\$ 698,74
34-38	331	525	856	R\$ 466,86	R\$ 755,14
39-43	711	637	1348	R\$ 525,15	R\$ 838,88
44-48	651	580	1231	R\$ 554,17	R\$ 913,07
49-53	526	420	946	R\$ 685,64	R\$ 1.119,44
54-58	597	334	931	R\$ 839,96	R\$ 1.385,30
59 ou +	2.233	2.050	4.283	R\$ 1.079,51	R\$ 1.728,92
Valor da Coparticipação (consulta)					R\$ 45,99

Observações:

1. A pesquisa de preços deve ser realizada de acordo com as recomendações do Guia de Pesquisa de Preços do TRT4.
2. Devem ser indicadas as páginas (folhas) que ratificam os preços lançados em cada uma das fontes utilizadas.
3. Não há necessidade de indicação do nome das fontes que originaram o valor estimado.
4. Na coluna "Metodologia de Cálculo", deve ser indicada a metodologia utilizada para o valor estimado de cada um dos itens da contratação (média, mediana ou menor preço, etc).
5. A unidade requisitante poderá adaptar o presente formulário a sua necessidade, devendo atentar para a apresentação, no processo administrativo, em arquivo único, devidamente identificado.
6. O valor estimado (unitário e total) deve constar no Termo de Referência da contratação.
7. A data do orçamento estimado refere-se à data de análise das fontes de pesquisa, escolha da metodologia de cálculo e formação do valor total estimado da contratação.
8. O Código do Catálogo Comprasnet deve ser obtido no seguinte link: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

Justificativa da escolha dos fornecedores que participaram da pesquisa de preços:

- (x) Fornecedores que atuam no ramo empresarial relativo ao objeto da contratação;
- () Fornecedores que mantêm contrato vigente com o Tribunal;
- () Fornecedores cadastrados no Tribunal e/ou que tenham fornecido no passado objeto similar;
- (x) Fornecedores que venceram licitações de objetos similares em outros órgãos públicos;
- (x) Outra: Fornecedores contratados por Entidades de Classe cujo público seja similar ao do Tribunal





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA

VALORES DA PROPOSTA:

1. PLANO SEMIPRIVATIVO (COLETIVO/ENFERMARIA):

(A) Faixa Etária	(B) Nº de Titulares	(C) Nº de Dependentes	(D) Preço Líquido Mensal <i>per capita</i> (R\$)	(E) = ((B+C)x D) Preço Total por Faixa (R\$)
0-18	3	1.886		
19-23	4	537		
24-28	23	564		
29-33	116	478		
34-38	273	475		
39-43	606	574		
44-48	583	530		
49-53	471	371		
54-58	554	306		
59 ou +	1.939	1.866		
Total	12.159		Preço Total Mensal (R\$)	

2. PLANO PRIVATIVO (INDIVIDUAL/APARTAMENTO):

(A) Faixa Etária	(B) Nº de Titulares	(C) Nº de Dependentes	(D) Preço Líquido Mensal <i>per capita</i> (R\$)	(E) = ((B+C)x D) Preço Total por Faixa (R\$)
0-18	0	290		
19-23	1	36		
24-28	27	30		
29-33	28	27		
34-38	58	50		
39-43	105	63		
44-48	68	50		



TRT da 4ª Região
Pregão Eletrônico nº 07/90007/2025

49-53	55	49		
54-58	43	28		
59 ou +	294	184		
Total	1.486		Preço Total Mensal (R\$)	

3. COPARTICIPAÇÃO EM CONSULTA MÉDICA:

Nº de consultas mensais	Valor da Coparticipação (R\$)	Valor Líquido Mensal da Coparticipação (R\$)
9.582*		

* Estimativa mensal de consultas com base no contrato em vigor.

4. PREÇO GLOBAL MENSAL:

(A) Preço Total Mensal (plano semiprivativo) (R\$)	(B) Preço Total Mensal (plano privativo) (R\$)	(C) Valor Líquido Mensal da Coparticipação (R\$)	(D) = A + B + C Preço Global Mensal (R\$)

DADOS DA LICITANTE:

Razão social: _____

CNPJ: _____

Endereço (CEP, cidade, estado): _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Falar com: _____

Carimbo e assinatura da empresa





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CONTRATO TRT4 Nº ____/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
ASSISTÊNCIA À SAÚDE, QUE ENTRE SI
FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 4ª REGIÃO E _____.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, inscrito no C.N.P.J.M.F. sob o nº 02.520.619/0001-52, com sede na AV. Praia de Belas, nº 1.100, em Porto Alegre/RS, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Exmo. Presidente, Desembargador **RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA**, e, de outro lado, _____, inscrita no C.N.P.J.M.F. sob o nº _____, com sede na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, inscrito no C.P.F.M.F. sob o nº _____, ajustam entre si este contrato, o qual reger-se-á pelas condições adiante discriminadas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente instrumento tem por objeto a contratação de **serviços de Assistência à Saúde**, conforme discriminação constante no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos, do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2025.

Parágrafo Primeiro. Os serviços destinam-se aos magistrados e servidores, ativos e inativos, respectivos dependentes e pensionistas do CONTRATANTE, conforme classificação constante no subitem 1.5 do Termo de Referência mencionado no *caput*.

Parágrafo Segundo. O objeto compreende a prestação continuada de serviços de assistência à saúde, em todo o território nacional, na forma de **Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde**, conforme previsto no [art. 1º, inciso I, da Lei 9.656/98](#), **garantindo coberturas de serviços médico-hospitalares de assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica**, tratamentos, exames complementares, internações hospitalares e demais serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, incluindo centro de terapia intensiva, tanto em caráter eletivo, de emergência e de urgência, em hospitais e clínicas próprias, conveniadas ou referenciadas, no âmbito de todo o território nacional, das doenças reconhecidas ou que vierem a ser reconhecidas na [Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde \(CID-11\)](#) e/ou pela [Agência Nacional de Saúde Suplementar \(ANS\)](#), sem excluir doenças preexistentes, crônicas ou congênitas, conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência mencionado no *caput*, e seus anexos, devendo também ser observadas as leis e normas nacionais sobre a matéria.

Parágrafo Terceiro. Os serviços e procedimentos a serem ofertados pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com o constante nos [artigos 10 a 12 da Lei nº 9.656/1998](#), que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, bem como devem observar as coberturas mínimas obrigatórias previstas no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde divulgados pela ANS (edição atualizada), e demais atos normativos que venham a ser publicados pelo referido órgão regulador, ressalvadas as especificações contratuais a serem definidas neste instrumento.

Parágrafo Quarto. O serviço privado de assistência à saúde será prestado sob o regime coletivo, por adesão, a preço "per capita" previamente determinado e com coparticipação tão somente para consultas. A utilização dos serviços será por intermédio do acesso direto dos beneficiários à ampla rede de profissionais e serviços próprios da CONTRATADA, credenciados, contratados, cooperados ou referenciados, em todo o território nacional,





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

sendo vedada aos usuários a livre escolha de profissionais ou serviços fora da rede, à exceção dos casos de atendimentos de urgência e emergência, ou quando não for possível a utilização dos serviços da CONTRATADA, nos termos da [Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar \(RN - ANS\) nº 465/2021](#) e suas atualizações.

CLÁUSULA SEGUNDA. O plano-referência, objeto da presente contratação, cobre eventos **ambulatoriais, hospitalares e obstétricos**, conforme artigos 10 a 12 da [Lei nº 9.656/98](#), que compreende os procedimentos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e os atendimentos de urgência e emergência, bem como todos os exames e procedimentos elencados no rol da ANS ([anexos da RN - ANS nº 465/2021](#) e alterações), respeitadas as respectivas [Diretrizes de Utilização](#), não sendo admitidas quaisquer tipos de limitações nas coberturas garantidas pelas referidas normas.

Parágrafo Primeiro. Além das coberturas constantes do plano-referência, a CONTRATADA será obrigada a garantir cobertura de doenças preexistentes, crônicas ou congênitas, sendo vedado o estabelecimento de qualquer cláusula de Cobertura Parcial Temporária (CPT).

Parágrafo Segundo. Será facultado à CONTRATADA disponibilizar, a qualquer momento, no transcurso da vigência do contrato, **serviços adicionais** àqueles especificados no presente instrumento, observando-se o que segue:

- a) A adesão aos serviços adicionais eventualmente disponibilizados pela CONTRATADA será optativa, sendo que os beneficiários deverão manifestar formalmente, em formulário próprio, o desejo de incluir os referidos serviços adicionais à configuração do seu plano;
- b) A inclusão dos serviços adicionais será celebrada por aditamento contratual, sujeitando-se estes serviços às demais cláusulas contratadas;
- c) O custeio de eventuais serviços adicionais será realizado integralmente pelos respectivos beneficiários.

CLÁUSULA TERCEIRA. As coberturas e procedimentos mínimos garantidos são as que seguem:

- a) Assistência médica/paramédica e de outros profissionais da área de saúde em hospitais, clínicas, centros médicos ou consultórios em todas as especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM;
- b) Coberturas conforme previsto no [artigo 10 da Lei nº 9.656/1998](#);
- c) Cobertura de todos os procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, anexo à [RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN nº 465/2021](#) da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, bem como de todas as suas atualizações durante o período de vigência do contrato.
- d) Atendimentos organizados em sistema de **sessões sem coparticipação**, para qualquer especialidade.
- e) **Sessões de fisioterapia e fisioterapia** em número ilimitado.
- f) Cobertura médica - ambulatorial e hospitalar para doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, bem como de suas consequências, incluindo a realização de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia relacionados com a saúde ocupacional.
- g) Internações eletivas e emergenciais de todas as modalidades e especialidades médicas, **em número ilimitado de dias e sem coparticipação**, incluindo:
 - g.1) atendimento em hospitais, clínicas e laboratórios que *utilizem tabela própria (alto custo)*, na área geográfica de abrangência do estado do Rio Grande do Sul;
 - g.2) tratamento dos **transtornos psiquiátricos** codificados na CID-11, de acordo com as diretrizes estabelecidas na [Resolução CONSU nº 11/1998](#) e alterações posteriores, incluindo os procedimentos médicos necessários ao atendimento das lesões auto





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

infringidas, compreendendo:

- internação em hospital psiquiátrico ou em unidade psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise;
- internação em hospital geral para pacientes portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização.

g.3) internações em unidades hospitalares, inclusive UTI/CTI, sem limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo CFM, incluindo os procedimentos obstétricos, o pagamento de diárias e de toda e qualquer taxa relativa à internação.

g.4) honorários médicos, serviços gerais de enfermagem, fisioterapia e alimentação (serviços dietéticos em geral).

g.5) cobertura de despesas de acompanhante, conforme previsto no artigo 19, inciso VII, alíneas a), b) e c), da RN ANS nº 465/2021, apenas no que se refere especificamente à causa da internação (alimentação, roupa de cama e banho), no caso de pacientes:

- menores de 18 anos, nos termos do [art. 12 da Lei nº 8.069/1990](#);
- maiores de 60 anos, nos termos do [art. 16 da Lei nº 10.741/2003](#);
- portadores de deficiências, conforme a [Lei nº 13.146/2015](#).

g.6) cobertura das despesas, incluindo paramentação, acomodação e alimentação, relativas ao acompanhante indicado pela mulher, nos termos do [artigo 21, inciso I, da RN ANS nº 465/2021](#).

h) Cirurgia plástica reparadora quando efetuada para restauração das funções em órgãos, membros e regiões, e que estejam causando problemas funcionais.

i) Cirurgia plástica reconstrutiva de mama, para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer.

j) Cirurgias, mesmo aquelas passíveis de realização em consultório, quando, por imperativo clínico, necessitem ser realizadas durante internação hospitalar.

k) Procedimentos relativos ao pré-natal e à assistência ao parto.

l) Diárias de maternidade e berçário, sem limite.

m) Exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica.

n) Fornecimento de todo o material/medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões de sangue e seus derivados, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente.

o) Fornecimento de materiais e aparelhos ortopédicos, próteses diversas, órteses e seus acessórios quando ligados ao ato cirúrgico, gesso, lente intraocular, implante de marcapasso provisório e definitivo.

p) Serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive para o internado, sem limite de qualquer espécie, em situações eletivas e/ou emergenciais, pré-anestésicas e pré-cirúrgicas.

q) Atendimento de urgência e emergência, 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

r) Remoção do paciente, quando comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, em todo o território nacional, conforme previsto na Cláusula Décima Nona, infra.

s) Cobertura de cirurgias odontológicas bucomaxilofaciais que necessitem de ambiente hospitalar, realizadas por profissional habilitado pelo seu Conselho de Classe, incluindo o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação ministrados durante o período de internação hospitalar.

t) Cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos passíveis de realização em consultório, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obrigada a cobrir integralmente todas as despesas com a realização da assistência proposta, caso ela não tenha estes serviços, sejam eles próprios, referenciados ou credenciados.

CLÁUSULA QUARTA. A CONTRATADA deverá providenciar para que as requisições emitidas pelos médicos pertencentes ao quadro de servidores do CONTRATANTE para realização de exames complementares sejam amplamente aceitas pela rede conveniada, independentemente do credenciamento dos referidos médicos junto à CONTRATADA.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá garantir cobertura dos **testes ergométricos em esteira rolante** para os servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, com idade a partir de 40 anos e que desempenhem as atividades de segurança no CONTRATANTE, para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS, **independentemente da vinculação do servidor ao plano de saúde**. O referido teste integra o Programa de Reciclagem Anual previsto na [Portaria TRT4 nº 5.743/2023](#), e as despesas dele decorrentes serão custeadas pelo CONTRATANTE, mediante lançamento na fatura dos serviços do plano de saúde, conforme tabela de custo operacional da CONTRATADA, que deverá ser apresentada a cada nova atualização.

Dos Beneficiários

CLÁUSULA QUINTA. Os beneficiários do Plano de Saúde classificam-se em titulares e dependentes.

Parágrafo Primeiro. São **beneficiários-titulares**:

- a) magistrados e servidores, ativos e inativos;
- b) servidores sem vínculo efetivo com a Administração Pública, no exercício de cargo em comissão;
- c) servidores de outros quadros, à disposição do CONTRATANTE, e que optarem pelo benefício deste órgão;
- d) beneficiário de pensão estatutária (pensionista).

Parágrafo Segundo. Qualifica-se como **beneficiário-dependente** aquela pessoa inscrita pelo beneficiário-titular, de acordo com a seguinte relação:

- a) cônjuge;
- b) companheiro(a) designado conforme a regulamentação interna vigente neste órgão;
- c) ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) que perceba pensão alimentícia;
- d) filho(a) e enteado(a), até completar 34 anos;
- e) filho(a) e enteado(a), inválido ou interditado por alienação mental, sem economia própria, que viva sob a dependência econômica do beneficiário-titular, independentemente da idade;
- f) menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial, até completar 21 anos;
- g) pai e mãe, se comprovadamente constarem como dependentes do beneficiário-titular para fins de IRPF;
- h) irmão/irmã, inválido ou interditado por alienação mental, sem economia própria, que viva sob a dependência econômica do beneficiário-titular;
- i) neto(a) até completar 21 anos.

Parágrafo Terceiro. É vedado ao beneficiário de pensão estatutária (*pensionista*) participante do plano de saúde inscrever beneficiários-dependentes.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA fica obrigada a garantir a inclusão de novos tipos de beneficiários, resultantes de alterações na regulamentação interna do CONTRATANTE





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

([Portaria GP.TRT4 nº 1.198/2022](#)).

CLÁUSULA SEXTA. A gestão da contratação e do rol de beneficiários será centralizada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro. A área responsável do CONTRATANTE solicitará a movimentação dos interessados na relação de beneficiários, de acordo com os prazos a serem definidos junto à CONTRATADA. Os beneficiários também poderão indicar os dependentes a serem incluídos no plano de saúde, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRATANTE na [Portaria GP.TRT4 nº 1.198/2022](#), ou pela que vier a substituí-la.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios em formato e parâmetros a serem ajustados quando da reunião inicial, para que possam ser realizadas as devidas cobranças dos usuários.

CLÁUSULA SÉTIMA. Os beneficiários do plano de saúde atual, cujo contrato se encerra em **31/10/2025** serão notificados da nova contratação e sua migração ocorrerá de forma automática, salvo manifestação expressa declarando o não interesse em permanecer no plano de saúde a ser ofertado pela CONTRATADA.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá fornecer planilhas em formato editável e garantir que os dados possam ser migrados para outros sistemas a fim de que a área técnica possa realizar a gestão adequada das informações.

Da Aceitação dos Beneficiários

CLÁUSULA OITAVA. A CONTRATADA deverá providenciar o cadastramento de todos os beneficiários atualmente inscritos no plano de saúde, a partir da assinatura do contrato até, no máximo, **30 (trinta) dias** antes do início da cobertura assistencial.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cadastrar todos os beneficiários que constarem inscritos no atual plano de saúde na data do início da prestação dos serviços, mesmo que não previstos na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA NONA. Serão aceitos como beneficiários pela CONTRATADA, a contar da data do início da prestação dos serviços, todos os beneficiários elencados na Cláusula Quinta, sem limite de idade.

Parágrafo Primeiro. Deverão ser aceitos no plano de saúde os beneficiários portadores de doenças e lesões preexistentes, crônicas ou congênitas em igualdade de condições com os demais integrantes do grupo de beneficiários.

Parágrafo Segundo. Todos os beneficiários que se encontrarem em qualquer tipo de tratamento de saúde, ambulatorial ou hospitalar na data do início da vigência do contrato deverão ser aceitos, independentemente de estarem internados em entidade hospitalar cooperada/credenciada/contratada/referenciada ou não, compreendendo-se, para este efeito, a assunção imediata das despesas com a continuidade do tratamento ou internação diretamente junto ao prestador de serviço.

Das Inclusões, do Início da Cobertura e das Carências

CLÁUSULA DÉCIMA. A cobertura assistencial terá início em **01/11/2025**, sem qualquer tipo de carência para os beneficiários já inscritos no Programa de Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial em vigor (Contrato TRT4 nº 92/2020).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Primeiro. Durante a vigência do contrato, as inclusões no plano de saúde com direito à cobertura assistencial imediata e sem cumprimento de carências, deverão ser solicitadas no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) da data de exercício no CONTRATANTE de novos magistrados e servidores, abrangendo seus respectivos dependentes;
- b) do nascimento de filho natural;
- c) do compromisso de guarda de menor ou adoção.

Parágrafo Segundo. As demais inclusões que não se enquadrarem nas hipóteses do parágrafo anterior cumprirão os seguintes períodos de carência:

- a) prazo de 24 (vinte e quatro) horas para cobertura dos casos de **emergência e urgência**, conforme definições constantes na Cláusula Décima Oitava, infra;
- b) prazo de 30 (trinta) dias para todos os demais eventos em saúde do rol da ANS, à exceção de internações em casos de **urgências** decorrentes de acidente pessoal, conforme definições constantes na Cláusula Décima Oitava, infra.

Parágrafo Terceiro. Os beneficiários-titulares serão responsabilizados pela utilização do plano de saúde durante o cumprimento de carências, cujos valores serão cobrados pela CONTRATADA a título de custo operacional.

Parágrafo Quarto. Os beneficiários-dependentes serão incluídos na mesma modalidade de plano escolhida pelo beneficiário-titular.

Das Alterações das Modalidades de Plano, do Início da Cobertura e das Carências

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Nas alterações de modalidade de plano de saúde serão considerados os seguintes prazos de carências:

- a) Em caso de alteração para uma modalidade superior (p. ex. Semiprivativo para Privativo) será obrigatório o cumprimento de 180 dias de carência, somente para internações hospitalares;
- b) Durante o prazo de carência citado na alínea anterior, as internações hospitalares ocorrerão na modalidade em que o beneficiário-titular encontrava-se anteriormente vinculado;
- c) Em caso de alteração para uma modalidade inferior (p. ex. Privativo para Semiprivativo), não será exigido o cumprimento de nenhum tipo de carência.

Parágrafo Primeiro. Na alteração para uma modalidade superior, conforme citado na alínea “a” do *caput* desta cláusula, em caso de ocorrer efetiva internação do beneficiário-titular e/ou de algum dos seus beneficiários-dependentes, será obrigatória a permanência pelo prazo de 12 (doze meses) na nova modalidade, a contar da data da efetiva alteração junto à CONTRATADA, que ocorrerá sempre no dia 1º de um determinado mês, conforme Cláusula Décima Quarta, infra.

Parágrafo Segundo. Nas alterações de modalidade de plano de saúde, os beneficiários-dependentes terão seu plano compulsoriamente alterado para a mesma modalidade selecionada pelo beneficiário-titular.

Das Exclusões e do Fim das Coberturas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Constituem exclusões dos beneficiários-titulares:

- a) Cancelamento voluntário;
- b) falecimento;
- c) exoneração;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

- d) vacância para posse em outro cargo inacumulável;
- e) perda da condição de beneficiário de pensão estatutária;
- f) demissão;
- g) redistribuição;
- h) remoção de magistrado;
- i) retorno ao órgão de origem de servidor cedido ou em exercício provisório no CONTRATANTE;
- j) opção por receber benefício similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta no qual se encontre em exercício;
- k) prestação de informações falsas, utilização de documentos falsos e uso indevido dos benefícios;
- l) descumprimento das obrigações financeiras relativas ao PASS.

Parágrafo Único. No caso das hipóteses previstas no *caput*, todos os beneficiários-dependentes serão compulsoriamente excluídos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Constituem exclusões dos beneficiários-dependentes:

- a) Solicitação de cancelamento pelo beneficiário-titular;
- b) falecimento;
- c) separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável sem fixação judicial de pensão alimentícia;
- d) perda da condição de dependência definida no parágrafo segundo da Cláusula Quinta.

Parágrafo Primeiro. Os beneficiários-titulares serão responsabilizados pelos eventuais débitos remanescentes, bem como pelo custo operacional a ser cobrado pela CONTRATADA, em caso de utilização após a efetiva exclusão do plano de saúde.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de exclusão por óbito do beneficiário, as mensalidades devidas serão cobradas *pro rata die* até a data do falecimento, sendo o ajuste financeiro realizado mediante abatimento na fatura do mês subsequente ao da comunicação do óbito à CONTRATADA.

Da Operacionalização do Cadastro

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. A movimentação cadastral será encerrada no dia **20 (vinte)** de cada mês e encaminhada por correio eletrônico (ou outro meio digital) à CONTRATADA para a elaboração dos valores a serem pagos, bem como para inclusões, alterações e exclusões de beneficiários, a contar do primeiro dia do mês seguinte, salvo nas hipóteses de inclusões previstas no parágrafo primeiro da Cláusula Décima, em que os pedidos serão encaminhados imediatamente, mediante procedimento a ser convencionado por ocasião da reunião inicial.

Parágrafo Primeiro. Se o dia 20 (vinte) ocorrer em feriado ou final de semana, o cadastro será encaminhado no último dia útil imediatamente anterior a esta data.

Parágrafo Segundo. Os cartões físicos de identificação dos beneficiários relacionados no cadastro mensal previsto no *caput* deverão ser encaminhados para o CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês das inclusões e/ou alterações.

Parágrafo Terceiro. É vedada à CONTRATADA cobrar qualquer taxa a título de movimentação cadastral e/ou expedição dos cartões físicos de identificação dos beneficiários.

Parágrafo Quarto. Em caso de solicitação de segunda via do cartão físico de identificação





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

de beneficiário, o pedido será encaminhado para a CONTRATADA mediante procedimento a ser convencionado por ocasião da reunião inicial.

Parágrafo Quinto. Os cartões físicos de identificação dos beneficiários previstos nas hipóteses do parágrafo primeiro da Cláusula Décima, bem como no caso do parágrafo anterior, deverão ser encaminhados para o CONTRATANTE em até 10 (dias) úteis, a contar do recebimento da solicitação pela CONTRATADA.

Do Âmbito Geográfico De Cobertura

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. O plano deverá ter cobertura em todo o território nacional, em consultórios, hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços de saúde, próprios, credenciados ou referenciados, devendo garantir a cobertura mínima constante na Cláusula Terceira.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA compromete-se a manter assistência permanente em 100% (cem por cento) das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013, e, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos municípios em cada microrregião conforme listagem constante no **Anexo II** deste contrato (*TRT4: Microrregiões e Municípios*), arredondando-se as frações para o primeiro número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA deverá apresentar em mídia digital, por ocasião da assinatura do contrato, a lista individualizada de todos os serviços em saúde oferecidos em cada um dos municípios mencionados no parágrafo anterior, devendo disponibilizar nova listagem ao CONTRATANTE a cada alteração da rede de atendimento.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deverá manter durante a vigência do contrato, os quantitativos mínimos constantes do **Anexo I** deste contrato (*Quantitativos Mínimos de Hospitais e Médicos Disponíveis para Atendimento de Beneficiários no estado do Rio Grande Do Sul*).

Das Modalidades de Plano

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Independentemente da modalidade, serão cobertas, cumulativamente, as despesas referentes aos serviços e especialidades médicas/profissionais de saúde especificados neste instrumento e outras asseguradas pela legislação vigente a serem executadas pela CONTRATADA em rede própria, credenciada ou referenciada.

Parágrafo Primeiro. Aos beneficiários caberá os seguintes tipos de planos:

a) Plano Privativo (ou outra denominação equivalente utilizada pela CONTRATADA): padrão de internação em apartamento individual, com apenas um leito e banheiro privativo;

b) Plano Semiprivativo (ou outra denominação equivalente utilizada pela CONTRATADA): padrão de internação em quarto com no máximo 02 (dois) leitos.

Parágrafo Segundo. Havendo indisponibilidade de leito hospitalar em quartos de acordo com o plano do beneficiário, nos estabelecimentos próprios, credenciados ou referenciados pela CONTRATADA, deverá ser garantido ao beneficiário o acesso à acomodação em nível superior, sem ônus adicional, conforme artigo 33, da Lei nº. 9.656/98, até que haja a disponibilidade de leito, quando será providenciada a transferência.

Parágrafo Terceiro. Havendo indisponibilidade de vagas nos estabelecimentos próprios, credenciados ou referenciados pela CONTRATADA, o ônus da internação em outro hospital fora da rede de serviço é de responsabilidade da CONTRATADA, nas mesmas condições da





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

modalidade de plano em que o beneficiário está cadastrado.

Parágrafo Quarto. Caso o beneficiário opte, no momento de sua internação hospitalar, por acomodação superior àquela em que estiver inscrito, ficará a cargo do mesmo o pagamento correspondente às respectivas diferenças, ficando os médicos e os hospitais autorizados a convencionar junto ao beneficiário, sem intermediação do CONTRATANTE, seus honorários e despesas hospitalares, de acordo com suas próprias tabelas.

Da Coparticipação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. Os beneficiários contribuirão com coparticipação somente em consultas médicas, de qualquer especialidade, em valor a ser reajustado pelo mesmo índice do reajuste das mensalidades do plano.

Parágrafo Único. É vedada a cobrança de coparticipação em atendimentos de especialidades organizadas em sistema de sessões.

Das Urgências e Emergências

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. Considera-se atendimento de **urgência** o evento resultante de acidente pessoal ou de complicação no processo de gestação.

Parágrafo Primeiro. Considera-se atendimento de **emergência** o evento que implica em risco imediato de morte ou lesão irreparável para o paciente, a ser caracterizado em declaração do médico assistente.

Parágrafo Segundo. Nos casos de urgência e emergência a CONTRATADA não poderá exigir autorização prévia para a realização de qualquer exame ou procedimento.

Parágrafo Terceiro. Os atendimentos de urgência e emergência serão garantidos após decorrido o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) horas de inclusão do beneficiário no plano, referido na alínea “a” do parágrafo segundo da Cláusula Décima.

Parágrafo Quarto. A assistência médica para urgência e emergência deve ser **imediata**, garantir a atenção e atuar no sentido da preservação da vida, órgãos e funções do beneficiário, incluindo eventual necessidade de remoção, observando-se o seguinte:

a) Quando o atendimento de emergência for efetuado no período de carência referido na alínea “b” do parágrafo segundo da Cláusula Décima, será limitado a 12 (doze) horas de atendimento, nos moldes da cobertura ambulatorial, não garantindo, portanto, cobertura para internação;

b) Quando o atendimento de urgência for decorrente de complicações no **processo gestacional** e efetuado no período de carência referido na alínea “b” do parágrafo segundo da Cláusula Décima, será limitado a 24 (vinte e quatro) horas de atendimento, nos moldes da cobertura ambulatorial, não garantindo, portanto, cobertura para internação;

c) O atendimento de urgência decorrente de **acidente pessoal** será garantido sem restrições, inclusive para internação.

Parágrafo Quinto. Nos casos previstos nas alíneas “a” e “b” do parágrafo anterior, quando for necessária a continuidade do atendimento para a realização de procedimentos exclusivos da cobertura hospitalar (como intervenção cirúrgica, parto e outros), ainda que na mesma unidade de serviços e em tempo menor que o limite previsto para atendimento, a cobertura cessará e a responsabilidade financeira a partir da necessidade de internação passará a ser do beneficiário, não cabendo qualquer ônus à CONTRATADA.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Sexto. Nos casos de urgência e emergência, os beneficiários utilizarão os serviços da rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada e, na impossibilidade, qualquer serviço de urgência e emergência disponível, sendo os valores das despesas decorrentes reembolsados na forma prevista na Cláusula Vigésima Primeira, infra.

Das Remoções

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. É garantida a remoção inter-hospitalar do paciente (do hospital de origem para o hospital de destino), comprovadamente necessária, a ser caracterizada em declaração do médico assistente, dentro dos limites de abrangência geográfica do plano, observadas a RN ANS nº 490/2022 e a Resolução CFM nº 1.672/2003, que normatizam o transporte inter-hospitalar.

Parágrafo Único. Nos casos de urgência e de emergência definidos na Cláusula Décima Oitava, quando o paciente não tiver direito à internação em virtude do cumprimento de carências, é garantida a remoção inter-hospitalar (do hospital de origem para o hospital de destino), dentro da área de abrangência geográfica do plano, quando caracterizada pelo médico assistente a necessidade de internação, observando-se que:

- a)** Quando não puder ocorrer a remoção por **risco de morte**, o paciente ou seu responsável e o prestador do atendimento deverão negociar entre si a responsabilidade financeira da continuidade da assistência, desobrigando-se, assim, a CONTRATADA desse ônus;
- b)** Caberá à CONTRATADA o ônus e a responsabilidade da remoção do paciente para uma unidade do SUS que disponha dos recursos necessários a garantir a continuidade do atendimento;
- c)** A CONTRATADA deverá disponibilizar meio de remoção adequado à gravidade da situação, conforme indicação do médico assistente, equipado com os recursos necessários a garantir a manutenção da vida, só cessando sua responsabilidade sobre o paciente quando efetuado o registro na unidade hospitalar que o receber;
- d)** Quando o paciente ou seus responsáveis optarem, mediante assinatura de termo de responsabilidade, pela continuidade do atendimento em unidade diferente daquela definida na alínea “**b**” deste parágrafo, a CONTRATADA estará desobrigada do ônus financeiro da remoção.

Das Exclusões de Cobertura Assistencial

CLÁUSULA VIGÉSIMA. Estão excluídos da cobertura e, portanto, não serão pagos pelo CONTRATANTE:

I - Os procedimentos, materiais e medicamentos que não constem no rol daqueles inseridos na Lei nº 9.656/1998 e na RN ANS nº 465/2021 e alterações posteriores, ou não reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina, Agência de Vigilância Sanitária ou outros órgãos reguladores, observando-se as seguintes definições:

- a)** *Tratamento clínico ou cirúrgico experimental:* é aquele que emprega fármacos, vacinas, testes diagnósticos, aparelhos ou técnicas cuja segurança, eficácia e esquema de utilização ainda sejam objeto de pesquisas em fase I, II ou III, ou que utilizem medicamentos ou produtos para a saúde não registrados no Brasil, bem como, aqueles considerados experimentais pelo Conselho Federal de Medicina - CFM;
- b)** Cirurgias não previstas no Código Brasileiro de Ética Médica, segundo o CFM;





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

- c)** Procedimentos não aprovados pela Organização Mundial de Saúde ou não relacionados no Código Internacional de Doenças (CID) 11, atualizado;
- d)** *Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim:* todo aquele que não visa restaurar função parcial ou total de órgão ou parte do corpo humano lesionada, seja por enfermidade, traumatismo ou anomalia congênita;
- e)** *Inseminação artificial:* técnica de reprodução assistida que inclui a manipulação de oócitos e espermatozoides para alcançar a fertilização, por meio de injeções de espermatozoides intracitoplasmáticas, transferência intrafalopiana de gameta, doação de oócitos, indução da ovulação, concepção póstuma, recuperação espermática ou transferência intratubária do zigoto, entre outras técnicas;
- f)** *Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;*
- g)** *Fornecimento de medicamentos, materiais e produtos para a saúde importados não nacionalizados:* são aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- h)** Medicamentos prescritos durante a internação hospitalar cuja eficácia e/ou efetividade tenham sido reprovadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC;
- i)** *Fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico:*
- i.1)** *prótese* - qualquer dispositivo permanente ou transitório que substitua total ou parcialmente um membro, órgão ou tecido;
- i.2)** *órtese* - qualquer dispositivo permanente ou transitório, incluindo materiais de osteossíntese, que auxilie as funções de um membro, órgão ou tecido;
- i.3)** *não ligados ao ato cirúrgico* - aqueles dispositivos cuja colocação ou remoção não requeiram a realização de intervenção cirúrgica;
- j)** *Tratamentos ilícitos ou antiéticos,* assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;
- k)** *Casos de cataclismos, guerras e comoções internas,* quando declarados pela autoridade competente;
- l)** *Procedimentos odontológicos,* ainda que decorrentes de acidentes pessoais, exceto cirurgias buco maxilofaciais que necessitem de ambiente hospitalar, com cobertura prevista e regulamentada pela ANS de acordo com a Lei nº 9.656/1998;
- m)** Atendimento em hospitais, clínicas e laboratórios que utilizem *tabela própria (alto custo) fora da área geográfica de abrangência do estado do Rio Grande do Sul;*
- n)** Tratamentos para *redução de peso* em clínicas de emagrecimento, spas, clínicas de repouso e estâncias hidrominerais;
- o)** Tratamentos em clínicas para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;
- p)** *Transplantes, conforme disposto no artigo 19, inciso IV, da RN ANS nº 465/2021,* bem como de todas as suas atualizações durante o período de vigência do contrato;
- q)** *Fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, exceto os previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, anexo à RN ANS nº 465/2021, bem como de todas as suas atualizações durante o período de vigência do contrato:* medicamentos para tratamento domiciliar são aqueles que não requerem administração assistida, ou seja, não necessitam de intervenção ou supervisão direta de profissional de saúde habilitado ou cujo uso não é exclusivamente hospitalar, podendo ser adquiridos por pessoas físicas em farmácias de





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

acesso ao público e administrados em ambiente externo ao de unidade de saúde (hospitais, clínicas, ambulatórios, urgência e emergência).

II - A prestação de serviço de Atendimento Domiciliar (*Home Care*), compreendendo:

- a) Consultas domiciliares;
- b) Fisioterapia domiciliar, mesmo em caráter de urgência/emergência;
- c) Materiais (importados ou não) prescritos para atendimento ou tratamento domiciliar;
- d) Serviços de enfermagem em caráter domiciliar;
- e) Qualquer outra atividade a ser realizada em ambiente extra-hospitalar.

Do Reembolso

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. É garantido o reembolso de despesas com assistência à saúde quando não for possível a utilização dos serviços oferecidos pela CONTRATADA, nos limites das obrigações contratuais, conforme disposto no art. 10 da RN-ANS nº 566/2022, e alterações posteriores, devendo ser também observadas as hipóteses e condições definidas neste instrumento.

Parágrafo Primeiro. Caberá reembolso das despesas efetuadas nas seguintes hipóteses:

- a) O serviço for realizado em localidade pertencente à área de abrangência geográfica do plano, onde, comprovadamente, não houver profissional da rede de serviço habilitado para prestar atendimento;
- b) Na paralisação do atendimento pela rede de serviços ou interrupção de atendimento em determinadas especialidades;
- c) Quando se configurar atendimentos de urgência e emergência, devidamente justificado pelo profissional que o executou.

Parágrafo Segundo. Serão considerados os seguintes critérios para os valores de reembolso:

- a) Para as situações previstas na alínea “a” do parágrafo primeiro da presente Cláusula, será reembolsado 100% (cem por cento) do Valor de Referência (VR) da Tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) atualizada ou, no caso de despesas hospitalares, a tabela da CONTRATADA, vigentes à época do evento;
- b) Os procedimentos não previstos na Tabela da CBHPM e constantes do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, anexo à RN-ANS nº 465/2021 serão reembolsados conforme tabela a ser apresentada pela CONTRATADA;
- c) Nos casos previstos nas alíneas “b” e “c” do parágrafo primeiro da presente Cláusula, o valor do reembolso corresponderá ao pagamento integral das despesas cobertas por este instrumento.

Parágrafo Terceiro. Em caso de reembolso de consultas, é facultado à CONTRATADA o desconto do valor da coparticipação prevista na Cláusula Décima Sétima.

Parágrafo Quarto. O prazo máximo para reembolso, contado do recebimento pela CONTRATADA, do comprovante de pagamento acompanhado da documentação exigida, será de 30 (trinta) dias consecutivos.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA informará ao CONTRATANTE, no início da vigência do contrato, os documentos necessários, a serem apresentados pelos beneficiários, para fins de reembolso das despesas médico-hospitalares.

Parágrafo Sexto. Em caso de negativa total e/ou parcial de reembolsos solicitados, a





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

CONTRATADA deverá encaminhar para o beneficiário-titular do plano, juntamente com os documentos originais do pedido indeferido, justificativa formal que fundamente os motivos da negativa, nos termos e prazos da RN-ANS nº 623/2024 e atualizações.

Parágrafo Sétimo. Para fins de reembolso, o beneficiário deverá apresentar a documentação adequada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do evento, sob pena de perder o direito ao reembolso.

Dos Mecanismos de Regulação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. O beneficiário poderá se utilizar dos serviços oferecidos pela CONTRATADA, exclusivamente para o atendimento decorrente de riscos cobertos. Ao utilizar a rede da CONTRATADA, o beneficiário não fará qualquer desembolso, cabendo à CONTRATADA efetuar o pagamento diretamente ao prestador do serviço, em nome e por conta do beneficiário. A lista de prestadores de serviço pode sofrer inclusões e/ou exclusões a qualquer tempo, comprometendo-se a CONTRATADA em manter a informação relativa ao rol de prestadores sempre atualizada.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA reserva-se o direito de alterar a rede de prestadores de serviços, obedecidos os trâmites legais existentes, principalmente no que se refere à mudança de entidade hospitalar, conforme art. 17 da Lei nº 9.656/1998.

Parágrafo Segundo. É facultada a substituição de entidade hospitalar, desde que por outra equivalente e mediante comunicação ao CONTRATANTE, aos beneficiários e à ANS com 30 (trinta dias) de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias em vigor.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de a substituição de entidade hospitalar ocorrer por vontade da CONTRATADA, durante o período de internação de algum beneficiário, será garantido o pagamento das despesas relacionadas com a internação até a alta hospitalar, estabelecida pelo médico assistente, exceto nos casos de infração às normas sanitárias, quando a CONTRATADA providenciará, às suas expensas, a transferência imediata do beneficiário para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuidade da assistência.

Parágrafo Quarto. A marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos, quando exigirem autorização prévia ou auditoria médica, devem ser feitas de forma a atender os prazos exigidos no artigo 3º da RN-ANS nº 566/2022 e alterações posteriores.

Parágrafo Quinto. Nos casos de **urgência e emergência** a autorização deverá ser imediata, nos termos do inciso XVII do art. 3º da RN-ANS nº 566/2022 e alterações posteriores.

Parágrafo Sexto. Em caso de divergência médica na concessão da autorização, será garantida a instauração de **junta médica** para definição do impasse, conforme definido pela RN-ANS nº 424/2017 e alterações posteriores.

Parágrafo Sétimo. Em caso de negativa de autorização de quaisquer serviços solicitados, a CONTRATADA deverá encaminhar a negativa formal para o beneficiário interessado, conforme a RN-ANS nº 623/2024, e alterações posteriores.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. A vigência deste contrato tem início com sua assinatura e encerra-se no prazo de **30 meses** contados do início da prestação dos serviços





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

(início da cobertura assistencial), podendo ser prorrogado, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021](#).

Parágrafo Primeiro. A prorrogação de que trata esta Cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

Parágrafo Segundo. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, na forma do [artigo 106, inciso III e § 1º da Lei nº 14.133/2021](#) e dos [§§ 7º e 8º do artigo 112 da Portaria GP.TRT4 nº 1.737/2023](#).

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. O objeto da presente contratação será prestado na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Parágrafo Primeiro. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em **01/11/2025**.

Parágrafo Segundo. Os trabalhos serão realizados nas dependências da CONTRATADA ou na rede credenciada dessa e, tendo os magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes, e pensionistas do CONTRATANTE, beneficiários do plano, o acesso ao serviço final.

DO PREÇO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. Os preços das mensalidades, **per capita**, por faixa etária, são os que constam das tabelas que seguem:

Tabela 1 - PLANO SEMIPRIVATIVO (COLETIVO/ENFERMARIA)

Inciso	Faixa Etária	Preço Mensal <i>per capita</i> (R\$)
I	0-18	R\$ @@
II	19-23	R\$ @@
III	24-28	R\$ @@
IV	29-33	R\$ @@
V	34-38	R\$ @@
VI	39-43	R\$ @@
VII	44-48	R\$ @@
VIII	49-53	R\$ @@
IX	54-58	R\$ @@
X	59 ou +	R\$ @@





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Tabela 2 - PLANO PRIVATIVO (INDIVIDUAL/APARTAMENTO)

Inciso	Faixa Etária	Preço Mensal per capita (R\$)
I	0-18	R\$ @@
II	19-23	R\$ @@
III	24-28	R\$ @@
IV	29-33	R\$ @@
V	34-38	R\$ @@
VI	39-43	R\$ @@
VII	44-48	R\$ @@
VIII	49-53	R\$ @@
IX	54-58	R\$ @@
X	59 ou +	R\$ @@

Parágrafo Primeiro. O preço da coparticipação do beneficiário em cada consulta médica, independentemente do plano escolhido, é de R\$ @ (@@).

Parágrafo Segundo. Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total mensal estimado de R\$ @ (@@), totalizando o valor total estimado para período de 30 meses, em R\$ @ (@@).

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. O pagamento das mensalidades, coparticipação dos beneficiários nas consultas médicas, bem como dos eventuais serviços extracontratuais realizados e comprovadamente devidos, será realizado mediante crédito em conta corrente bancária até o dia 25 de cada mês, após a entrega do documento fiscal (fatura) correspondente à prestação do serviço, devidamente atestado pela fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP e, se for o caso ISSQN.

Parágrafo Primeiro. A movimentação cadastral será encerrada no CONTRATANTE no dia 20 de cada mês e encaminhada à CONTRATADA para os devidos ajustes do rol de beneficiários, a contar do primeiro dia do mês seguinte.

Parágrafo Segundo. O faturamento deverá ser emitido pela CONTRATADA onde deverá apresentar descrição completa dos valores cobrados, detalhada por beneficiário.

Parágrafo Terceiro. A fatura correspondente à prestação do serviço deverá ser entregue ao CONTRATANTE até o dia 1º (primeiro) de cada mês, acompanhada dos relatórios gerenciais necessários à sua conferência.

Parágrafo Quarto. Todos os serviços prestados aos beneficiários do CONTRATANTE que não estiverem expressamente previstos neste instrumento ou por ele forem expressamente afastados, serão ressarcidos pelos referidos beneficiários mediante desconto em folha de pagamento.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Quinto. O pagamento do valor previsto no parágrafo anterior será efetuado até o dia 25 do mês subsequente à realização do desconto na folha de pagamento do beneficiário.

Parágrafo Sexto. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para ateste, liquidação e pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. No caso de os documentos apresentados para atendimento ao disposto no subitem 11.2 do Edital Pregão Eletrônico nº 07/2025 estarem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a CONTRATADA deverá providenciar a regularização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. Na eventualidade de atraso no pagamento, entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos pelo CONTRATANTE:

- a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;
- b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e
- c) atualização financeira pelo IGP-DI.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da CONTRATADA para o atraso no pagamento.

DO CRÉDITO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. As despesas oriundas do presente Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao CONTRATANTE nos exercícios de 2025 a 2027, Programa de Trabalho @ - @@@, Classificação: @ - @@@.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA. O reajustamento ocorrerá, mediante solicitação da CONTRATADA, a cada período de 12 meses contados a partir da data do orçamento estimado (30.05.2025) com base no IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/Planos de Saúde, aplicando-se sua variação a partir da referida data.

Parágrafo Primeiro. O reajustamento será calculado mediante a aplicação da variação acumulada do índice de reajuste sobre os preços praticados à época da concessão do reajuste.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de prorrogação da vigência do contrato, o valor total estimado deverá ser atualizado com a incidência do reajuste na sua integralidade.

Parágrafo Terceiro. Será aplicado o índice acumulado do mês correspondente à data-base.

Parágrafo Quarto. Caso a variação acumulada no período seja positiva, o reajuste será concedido mediante requerimento da CONTRATADA à fiscalização do contrato e o valor resultante da aplicação do índice poderá ser objeto de negociação entre as partes.

Parágrafo Quinto. Caso a variação acumulada no período seja negativa, o valor total do contrato será diminuído, automaticamente, com base na aplicação do índice.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Sexto. A prorrogação da vigência do contrato sem prévio requerimento dos valores de reajuste implicará na preclusão do direito da CONTRATADA. Também ensejará a preclusão do direito ao reajuste a extinção do contrato sem a prévia apresentação de requerimento da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo. Na hipótese de legislação superveniente reduzir ou aumentar o prazo de suspensão de aplicação de reajuste aos contratos, adequar-se-á o instrumento de contrato para refletir tal circunstância.

Parágrafo Oitavo. A Matriz de Alocação de Riscos definida no Anexo III deste contrato tem o objetivo de estabelecer os riscos assumidos pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA na execução do contrato.

Parágrafo Nono. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do presente contrato, conforme estabelecido no Anexo III - Matriz de Alocação de Riscos, exceto quando estiver definido expressamente a responsabilidade da CONTRATANTE ou que o risco seja compartilhado.

Parágrafo Décimo. Os casos omissos serão objeto de análise pautada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo, conforme caso concreto.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA. São obrigações da CONTRATADA:

- a)** Indicar, **em até 10 dias** contados da assinatura do contrato, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
- b)** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades ou terceiros;
- c)** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE, aos beneficiários do plano de saúde ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- d)** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não possuem nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- e)** Responder por eventuais valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;
- f)** Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;
- g)** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação;
- h)** Assegurar a execução dos serviços, conforme a forma preconizada em lei e de acordo com as normas e regulamentações expedidas pela ANS, Resoluções Normativas do CONSU (Conselho de Saúde Suplementar), e observando o estabelecido neste instrumento;





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

i) Garantir aos beneficiários, quando da utilização da rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada, o atendimento mediante sua identificação, que poderá se dar por meio de apresentação da carteira de identificação, física ou digital, por reconhecimento facial, por identificação biométrica ou outra forma disponibilizada pela CONTRATADA, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade e quando necessária, a autorização prévia, assegure aos beneficiários o direito a utilização dos serviços, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente;

j) Possuir meio próprio para invalidar carteiras de identificação, quando canceladas em razão de exclusão, em caso de extravios ou quando da rescisão do contrato. O CONTRATANTE não se compromete a devolver as carteiras de identificação entregues aos seus beneficiários.

k) Instituir controle de validade dos cartões físicos de identificação, devendo, até o prazo máximo de 40 dias antes de expirado o prazo de validade, entregar novos cartões ao CONTRATANTE;

l) Disponibilizar e divulgar, de forma clara e ostensiva, até o prazo de início da prestação dos serviços previsto no parágrafo primeiro da Cláusula Vigésima Quarta os canais de atendimento adequados às demandas dos beneficiários, nos termos da [RN-ANS nº 623/2024](#);

m) Disponibilizar em portal eletrônico próprio na Internet, até o prazo de início da prestação dos serviços previsto no parágrafo primeiro da Cláusula Vigésima Quarta, todas as informações referentes ao plano ou seguro privado de assistência à saúde contratado, conforme denominação apresentada na proposta;

n) O portal eletrônico referido na alínea anterior deve, obrigatoriamente, possuir guia médico acessível pela Internet, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, laboratórios e outras instituições da área de saúde e serviços auxiliares da rede da CONTRATADA, atualizando os dados sempre que houver alguma modificação;

o) Manter a rede de atendimento em número igual ou superior ao apresentado no ato da contratação, e, caso haja descredenciamento de qualquer serviço, credenciar outro de mesmo porte e com a mesma capacidade técnica, abrangência e número de leitos, no prazo máximo de 30 dias contados do descredenciamento, e informar imediatamente ao CONTRATANTE;

o.1) para que seja admitida a não reposição dos credenciamentos a CONTRATADA deverá submeter para análise do CONTRATANTE:

- documentos que demonstrem que, apesar da diminuição da rede credenciada, não haverá influência na capacidade técnica para o cumprimento do contrato;
- documento expedido pela ANS que autoriza expressamente a diminuição da rede credenciada da CONTRATADA, nos termos do art. 17 da Lei nº 9.656/1998;
- Comprovar, independentemente da situação, que serão mantidos os quantitativos mínimos constantes no Anexo I deste contrato (*Quantitativos Mínimos de Hospitais e Médicos Disponíveis para Atendimento de Beneficiários no estado do Rio Grande Do Sul*), sob pena de descumprimento contratual.

p) Demonstrar, durante toda a vigência do contrato, a manutenção da qualidade na prestação dos serviços especificados neste instrumento;

q) Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pelo CONTRATANTE, responsabilizando-se pelos fatos advindos da ineficiência, morosidade e irregularidades praticadas por seus empregados e prepostos, exceto no que se refere a procedimentos médicos, em que prevalece a relação médico-paciente, e a responsabilidade de ambos;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

- r) Manter rede própria, cooperada, contratada ou referenciada que propicie aos beneficiários a utilização de todos os serviços necessários ao tratamento, diagnóstico e prevenção das doenças abrangidas pelo presente instrumento;
- s) Comunicar, por escrito, e **com antecedência mínima de 30 dias**, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los, bem como eventual atraso ou paralisação dos serviços, neste caso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
- t) Dispor de equipe especializada para oferecer todo o suporte na implantação, manutenção e gerenciamento do plano, mantendo no decorrer deste contrato, um canal de comunicação exclusivo;
- u) Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade cometida por beneficiário, por má-fé ou dolo, para as medidas cabíveis;
- v) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados, em até **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação do CONTRATANTE;
- w) Corrigir faturas contestadas pelo CONTRATANTE em um prazo máximo de **05 (cinco) dias**;
- x) Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA aos beneficiários do serviço a ser contratado;

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA assumirá as despesas hospitalares decorrentes das internações sob a responsabilidade de outra operadora de saúde ou do SUS, a partir da data de início da prestação do serviço objeto, prevista na Cláusula Décima, facultando-lhe a transferência dos beneficiários que estiverem internados em condições de remoção, para seus hospitais próprios ou credenciados, desde que não exista restrição médica que a impossibilite.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA não aplicará nenhum custo administrativo por ocasião de inclusão, exclusão, alteração ou de fornecimento de credenciais;

Parágrafo Terceiro. O descumprimento de qualquer das obrigações, assim como a não prestação ou interrupção dos serviços ou sua prestação em qualidade e quantidade inferior ao especificado, poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA, conforme previsto na Cláusula Trigésima Sexta, infra.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA deverá implantar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do art. 25, § 4º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 12.304/2024.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA, o preposto e os empregados, vinculados à presente contratação, deverão conhecer e observar a Portaria GP.TRT4 nº 4.081/2023, que regulamenta o tratamento das notícias de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, de acordo com a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau e com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Parágrafo Sexto. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Parágrafo Sétimo. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Oitavo. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o parágrafo acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato.

Parágrafo Nono. A CONTRATADA deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento, por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>.

Parágrafo Décimo. A CONTRATADA terá acesso a um guia detalhado das funcionalidades do sistema SIGEO - JT pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Relacionar os beneficiários, quando da assinatura do contrato, com todos os dados necessários para fins de cadastramento;
- b) Informar periodicamente, por escrito ou via eletrônica, as movimentações cadastrais conforme Cláusula Décima Quarta;
- c) Comunicar à CONTRATADA os casos em que o beneficiário, por qualquer motivo, perder o direito de atendimento, na forma prevista neste instrumento;
- d) Recolher e eliminar, quando possível, na ocasião da exclusão ou no caso de rescisão contratual, os respectivos cartões de identificação, bem como qualquer documento análogo fornecido pela CONTRATADA;
- e) Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato;
- f) Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;
- g) Registrar, por escrito, com a devida comprovação, as principais ocorrências relacionadas à prestação de serviços;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante a execução do contrato;
- i) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com as condições e prazos estabelecidos nas cláusulas contratuais.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

- a) A fatura correspondente à prestação do serviço deverá ser entregue ao CONTRATANTE até o dia 1º (primeiro) de cada mês, acompanhada dos relatórios gerenciais necessários à sua conferência, quando será recebida provisoriamente.
- b) A fatura será recebida definitivamente após a equipe de Gestão e Fiscalização proceder a verificação do atendimento dos requisitos da contratação.

Parágrafo Primeiro. A fiscalização recusará o recebimento provisório do objeto, caso haja qualquer inconformidade com as normas, com a legislação vigente afeta ao serviço/objeto ou com qualquer disposição do presente contrato.

Parágrafo Segundo. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

Parágrafo Primeiro. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 4º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#));

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do *caput* desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 5º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#));

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do *caput* desta Cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 6º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

IV - Multa:

a) Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido na alínea “a” do *caput* da Cláusula Trigésima Terceira para designação de preposto, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

b) Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido na alínea “k” do *caput* da Cláusula Trigésima Terceira para envio dos novos cartões ao CONTRATANTE, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

b.1) O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.

c) Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “l” e “m” do *caput* da Cláusula Trigésima Terceira, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

c.1) O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

d) Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido alínea “o” do *caput* da Cláusula Trigésima Terceira para credenciamento de serviço, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para o credenciamento, limitada a 1% (um por cento) do referido valor.

d.1) O atraso por período superior a 30 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.

e) Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido na alínea “v” do *caput* da Cláusula Trigésima Terceira para prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data limite para prestação das informações solicitadas, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

f) Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido na alínea “w” do *caput* da Cláusula Trigésima Terceira para correção de faturas contestadas pelo Tribunal, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data fixada para a correção, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

g) Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor da parcela não executada.

g.1) A inexecução do contrato poderá ser caracterizada pelo descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações nele previstas, a critério do CONTRATANTE.

g.2) O valor da parcela não executada do contrato corresponderá ao montante mensal estimado da contratação, multiplicado pelo número de meses restantes para o término da vigência contratual.

Parágrafo Segundo. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 3º, §1º, da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#))

Parágrafo Terceiro. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 3º, §2º, da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 18 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#))

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 12 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

III - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente ([art. 12, II, da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

Parágrafo Quarto. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#) e Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quinto. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sexto. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

Parágrafo Sétimo. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 8º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

Parágrafo Oitavo. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 31 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

Parágrafo Nono. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 36 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#).

Parágrafo Décimo. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26/2022](#).

Parágrafo Décimo Primeiro. Da decisão proferida pela administração caberá recurso administrativo, que deverá ser apresentado no prazo de 15 dias úteis, contados da data da intimação, e encaminhado exclusivamente por e-mail para o endereço dg@trt4.jus.br.

Parágrafo Décimo Segundo. A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Décimo Terceiro. A defesa escrita e os recursos administrativos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço dg@trt4.jus.br.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA. A gestão e a fiscalização do contrato competirá aos seguintes servidores, e nos seus impedimentos legais, por seus substitutos:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Gestor:	Bruno Toyota Souza Costa	Fabiana da Silva Perdomo	DAIS e SeSAÚDE
Fiscal:	Luiz André da Costa Dorneles	Rodrigo Fernando Gerardi	DAIS

Parágrafo Primeiro. O gestor do contrato ficará responsável por:

- a) Organizar a reunião inicial;
- b) Encaminhar alterações contratuais;
- c) Controlar prazos e indicadores contratuais;
- d) Atestar notas fiscais;
- e) Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- f) Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;
- g) Verificar as obrigações previstas no encerramento do contrato.

Parágrafo Segundo. O fiscal do contrato ficará responsável por:

- a) Participar da reunião inicial;
- b) Monitorar e conferir cumprimento de prazos contratuais;
- c) Conferir documentação exigida no contrato;
- d) Verificar a conformidade da fatura do objeto contratado;
- e) Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;
- f) Encaminhar à CONTRATADA as demandas que surgirem no curso da execução do contrato, por e-mail ou outro canal a ser definido na reunião inicial;
- g) Atestar se os requisitos de negócio da contratação foram atendidos;
- h) Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

Dos mecanismos formais de comunicação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da CONTRATADA, do gestor e fiscais do contrato.

Parágrafo Primeiro. Toda a logística processual e de tratativas com a CONTRATADA deverá ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

Parágrafo Segundo. O mecanismo formal de comunicação a ser utilizado para todos os assuntos relacionados ao contrato será o e-mail saude.planos@trt4.jus.br.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deverá manter, também, um(a) consultor(a) gerente devidamente assessorado(a) por equipe de relacionamento empresarial, com disponibilidade para atendimento por intermédio de rede de telefonia fixa e/ou móvel, para tratativas relacionadas às demandas que possam surgir e que exijam medidas imediatas.

DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA. A extinção deste contrato poderá ser:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração CONTRATANTE;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo único. A extinção contratual será formalmente motivada nos autos do respectivo processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA. Ficam fazendo parte do presente contrato, independentemente de transcrição, a íntegra do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2025 e seus Anexos, bem como a proposta apresentada na licitação pela CONTRATADA, nos termos em que esta não for contrária ao referido instrumento convocatório.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA. Aplicam-se à execução deste contrato a Lei nº 14.133/2021 e a legislação complementar, vigente e pertinente à matéria.

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA. A comunicação com a CONTRATADA se dará, preferencialmente, por meio eletrônico.

Parágrafo Primeiro. A tramitação do processo administrativo de contratação será eletrônica.

Parágrafo Segundo. Os documentos elaborados pela CONTRATADA serão entregues no formato digital.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deverá observar as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), relacionadas ao tema.

DA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA. A CONTRATADA, em consonância com os princípios e normas constantes na Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT4, instituída pela Resolução Administrativa nº 03/2017, deverá implementar, sempre que possível, na execução do objeto da contratação, políticas que respeitem e valorizem a diversidade, garantindo tratamento equânime e repudiando preconceitos e discriminações de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geracional e de pessoas com deficiência.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA em ter ciência e cumprir as disposições da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT4, a fiscalização ou a gestão contratual deverá, no início da execução do contrato, encaminhar à CONTRATADA cópia do referido documento, a fim de assegurar a plena ciência de seu conteúdo.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

DA PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A CONTRATADA será Controladora dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

Parágrafo Segundo. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105/2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

Parágrafo Terceiro. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

I. Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes deste parágrafo.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE (Portaria TRT4 nº 2.036/2021), cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata esta Cláusula.

Parágrafo Quinto. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do objeto deste contrato, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Parágrafo Sexto. O Encarregado indicado pela CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Parágrafo Sétimo. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA. Na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

Parágrafo Primeiro. Caso o CONTRATANTE verifique a não manutenção das condições habilitatórias, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias úteis.

Parágrafo Segundo. Em caso de não atendimento à determinação constante no Parágrafo anterior, a CONTRATADA incorrerá em inexecução contratual, hipótese que poderá ensejar a extinção do contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA. A CONTRATADA obriga-se a manter seu endereço e telefone atualizados durante toda a vigência da contratação, mediante envio de mensagem eletrônica para o endereço dlic@trt4.jus.br.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA. As alterações de quaisquer condições do presente Contrato deverão sempre ser procedidas por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA. Não será admitida a subcontratação de toda e qualquer atividade relacionada à operação do **Plano ou Seguro Privado** de Assistência à Saúde contratado.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do presente contrato, caso a empresa CONTRATADA venha a admitir empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de:

I - servidores que tenham participado do planejamento da contratação ou que desempenhem função na área de licitações e contratos do TRT4;

II - servidores ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento vinculados à Secretaria de Administração, à Diretoria-Geral, à Assessoria Jurídica da Presidência, à Secretaria-Geral da Presidência e às demais unidades envolvidas no procedimento licitatório;

III - o Presidente do Tribunal ou o desembargador que estiver no exercício da Presidência do TRT4;

IV - o Diretor da Escola Judicial do TRT4 ou o desembargador que estiver no exercício do cargo, em relação às contratações da referida unidade;

V - os membros ou juízes vinculados a este Tribunal (conforme o art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012](#), no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Capital deste Estado para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Assinantes:

Pelo CONTRATANTE:

Documento assinado digitalmente

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Presidente do TRT da 4ª Região

Pela CONTRATADA:

Documento assinado digitalmente

@@@@@@@@@@@@@@@@

CPF nº @@@@@@





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

CONTRATO TRT4 Nº @/2025 - ANEXO I

**QUANTITATIVOS MÍNIMOS DE HOSPITAIS E MÉDICOS DISPONÍVEIS
PARA ATENDIMENTO DE BENEFICIÁRIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL**

1. A **REDE HOSPITALAR** (própria, contratada ou credenciada) da operadora contratada para prestação do serviço objeto do presente termo deverá atender, no mínimo, os seguintes quantitativos:

1.1. Em Porto Alegre/RS - **5 (cinco) hospitais**, entre eles os seguintes: Hospital Moinhos de Vento, Hospital Mãe de Deus, Hospital São Lucas e Complexo Hospitalar Santa Casa.

1.2. Nas localidades abaixo relacionadas - **1 (um) hospital**, no mínimo:

Alegrete	Estância Velha	Passo Fundo
Alvorada e/ou Viamão	Esteio e/ou Sapucaia do Sul e/ou São Leopoldo	Pelotas
Arroio Grande	Frederico Westphalen	Rio Grande
Bagé	Gramado	Rosário do Sul
Bento Gonçalves e/ou Farroupilha	Gravataí e/ou Cachoeirinha	Santa Cruz do Sul
Cachoeira do Sul	Guaíba	Santa Maria
Camaquã	Ijuí	Santa Rosa
Canoas	Itaqui	Santa Vitória do Palmar
Capão da Canoa	Lagoa Vermelha e/ou Vacaria	Santana do Livramento
Carazinho	Lajeado e/ou Estrela	Santiago
Caxias do Sul	Marau e/ou Soledade	Santo Ângelo
Cruz Alta	Montenegro	São Borja
Dom Pedrito	Novo Hamburgo	São Gabriel
Encantado	Osório e/ou Tramandaí	Uruguaiana
Erechim	Palmeira das Missões	

2. Os **MÉDICOS** credenciados pela operadora contratada para prestação do serviço objeto do presente termo de referência deverá atender, no mínimo, os seguintes quantitativos:

2.1. Em **Porto Alegre/RS** – **500 (quinhentos) médicos**, distribuídos, no mínimo,





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

nas seguintes especialidades: Alergia e Imunologia, Anestesiologia, Angiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica Reparadora, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Clínica Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Geriatria, Ginecologia, Hematologia, Infectologia, Mastologia, Medicina Interna, Medicina do Trabalho, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Obstetrícia, Oftalmologia, Oncologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pneumologia, Proctologia, Psiquiatria, Reumatologia, Terapia Intensiva, Traumatologia e Urologia.

- 2.2.** Em cada uma das localidades abaixo relacionadas – **100 (cem) médicos**, distribuídos, no mínimo, nas seguintes especialidades: Cardiologia, Cirurgia Geral, Clínica Médica ou Clínica Geral ou Medicina Interna, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia / Obstetrícia, Nefrologia, Neurologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Ortopedia / Traumatologia, Pediatria, Pneumologia, Psiquiatria e Urologia.

Canoas	Novo Hamburgo	Rio Grande
Caxias do Sul	Passo Fundo	Santa Cruz do Sul
Gravataí	Pelotas	Santa Maria

- 2.3.** Em cada uma das localidades abaixo relacionadas – **10 (dez) médicos**, distribuídos, no mínimo, nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia ou Obstetrícia e Clínica Geral ou Clínica Médica ou Medicina Interna.

Alegrete	Frederico Westphalen	São Borja
Bagé	Gramado	São Gabriel
Bento Gonçalves	Guaíba	São Jerônimo
Cachoeira do Sul	Ijuí	São Leopoldo
Cachoeirinha	Itaqui	São Lourenço do Sul
Camaquã	Lajeado	Sapucaia do Sul
Capão da Canoa	Montenegro	Soledade
Carazinho	Osório	Taquara
Cruz Alta	Santa Rosa	Torres
Sapiranga	Santa Vitória do Palmar	Três Passos
Encantado	Santana do Livramento	Uruguaiana





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Erechim	Santiago	Vacaria
Esteio	Santo Ângelo	Viamão
Farroupilha	Tramandaí	

- 2.4.** Em cada uma das localidades abaixo relacionadas – **5 (cinco) médicos**, distribuídos, no mínimo, nas seguintes especialidades: Pediatria, Ginecologia ou Obstetrícia e Clínica Geral ou Clínica Médica ou Medicina Interna.

Alvorada	Lagoa Vermelha	Dom Pedrito	Arroio Grande
Marau	Nova Prata	Taquari	Estância Velha
Palmeira das Missões	Triunfo	Estrela	Rosário do Sul
Panambi			





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

CONTRATO TRT4 Nº @@/2025 - ANEXO II

TRT4: MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIOS
1 - Central	Santa Maria
	Santiago
	Cachoeira do Sul
2 - Vale do Taquari	Santa Cruz do Sul
	Lajeado
	Estrela
	Encantado
3 - Serra	Caxias do Sul
	Bento Gonçalves
	Farroupilha
	Gramado
	Nova Prata
4 - Planalto	Passo Fundo
	Erechim
	Soledade
	Carazinho
	Lagoa Vermelha
	Vacaria
5 - Missões	Marau
	Cruz Alta
	Santo Ângelo
	Santa Rosa
	Ijuí
	Frederico Westphalen
	Palmeira das Missões
	Três Passos
	Panambi
6 - Sul	Pelotas
	Rio Grande
	Camaquã
	Santa Vitória do Palmar
	Arroio Grande
7 - Fronteira Oeste	São Lourenço do Sul
	Uruguaiana
	São Borja
8 - Campanha	Itaqui
	Santana do Livramento
	Bagé
	Rosário do Sul
	São Gabriel
9 - Vale dos Sinos	Alegrete
	Dom Pedrito
	Novo Hamburgo
	São Leopoldo
	Sapiranga
	Taquara
10 - Metropolitana	Estância Velha
	Montenegro
	São Sebastião do Cai
	Canoas
	Triunfo
	São Jerônimo
	Guaíba
	Esteio
11 - Metropolitana Litoral Norte	Sapucaia do Sul
	Taquari
	Gravataí
	Cachoeirinha
	Viamão
	Alvorada
	Osório
12 - Capital	Torres
	Capão da Canoa
	Tramandaí
	Porto Alegre

Microrregiões definidas pela Portaria TRT4 nº 3.782/2013





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

CONTRATO TRT4 Nº @@/2025 - ANEXO III

MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

RISCO	DEFINIÇÃO	RESPONSÁVEL
Fato do Príncipe	Medida de ordem pública não relacionada diretamente ao contrato e que tem efeitos gerais, mas que produz desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	TRT4
Alteração Unilateral do Contrato	Conforme previsto no inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.	TRT4
Descontinuidade da operadora de saúde.	Falência, liquidação ou perda de registro da operadora junto à ANS.	CONTRATADA
Equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta	Falha na apresentação da proposta que leva a CONTRATADA a sagrar-se vencedora do certame. Ficando impossibilitada a revisão econômico-financeira pelos princípios da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e da livre concorrência.	CONTRATADA
Variação Cambial	A variação cambial tem como base a comparação entre os valores da moeda no primeiro e no último dia do período de apuração para os quais exista cotação publicada pelo Banco Central do Brasil (BCB).	CONTRATADA
Inovação em soluções metodológicas ou tecnológicas	Tratam-se de inovações em termos de modificação das soluções previamente delineadas no Termo de Referência.	CONTRATADA
Descredenciamento de prestadores	Cancelamento de contratos com hospitais, clínicas ou laboratórios da rede credenciada sem prévio aviso.	CONTRATADA
Judicializações relacionadas a negativas de procedimentos.	Ações judiciais que obriguem o plano a cobrir procedimentos não previstos em contrato ou em rol da ANS.	CONTRATADA





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico nº 07/2025 – PROAD 3416/2025

Contrato TRT4 nº @/2025

Alterações regulatórias pela ANS	Mudanças nas normas da ANS que impactem custos, cobertura ou exigências do contrato em vigor.	CONTRATADA
Atraso nos repasses ou pagamentos	Não cumprimento dos prazos de pagamento das faturas mensais.	TRT4
Fraude ou uso indevido do plano	Utilização indevida do plano por terceiros ou apresentação de documentos falsos para acesso aos serviços.	COMPARTILHADO
Problemas na comunicação com os beneficiários	Falta de transparência ou falhas na comunicação sobre coberturas ou mudanças na rede.	CONTRATADA
Negativa indevida de cobertura	Recusa não justificada pela operadora em autorizar procedimentos ou internações cobertas pelo contrato.	CONTRATADA
Erro no cálculo de coparticipações e/ou mensalidades	Cálculo incorreto dos valores de coparticipação e/ou mensalidades cobrados dos beneficiários.	CONTRATADA
Indisponibilidade de atendimento	Demora excessiva ou indisponibilidade de prestadores para marcação de consultas, exames e cirurgias.	CONTRATADA
Risco cibernético (dados de saúde vazados)	Vazamento de informações pessoais ou médicas dos beneficiários por falhas em sistemas da operadora.	CONTRATADA

A ocorrência de todo e qualquer risco, independentemente da sua alocação na Matriz acima, somente gerará os efeitos econômico-financeiros respectivos se, e somente se:

- I. For comprovadamente verificada a real ocorrência do risco ensejador;
- II. For comprovadamente verificada a imprevisibilidade da ocorrência do risco ensejador ou da incalculabilidade de suas consequências;
- III. For comprovadamente verificada a elevação dos encargos da parte;
- IV. Ter havido, de forma comprovada, nexo de causalidade entre a ocorrência do risco ensejador e a majoração dos encargos da parte;
- V. A ocorrência do risco ensejador não for extemporânea à contratação, configurando-se a contemporaneidade aquele período iniciado após a data de apresentação da proposta no certame licitatório;
- VI. A parte a ser beneficiada pelo restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não houver, por qualquer modo, concorrido para a ocorrência do risco.

